



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM LETRAS

ELBA SILVEIRA CHAGAS SILVA

***IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: ESPETACULARIZAÇÃO
E LEGITIMAÇÃO NA MÍDIA DA VEJA**

São Cristóvão-SE

2018

ELBA SILVEIRA CHAGAS SILVA

***IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: ESPETACULARIZAÇÃO
E LEGITIMAÇÃO NA MÍDIA DA VEJA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de pesquisa: Descrição, Leitura e Escrita da Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Elias Verdiani Tfouni.

São Cristóvão-SE

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586i Silva, Elba Silveira Chagas
Impeachment da presidente Dilma Rousseff :
espetacularização e legitimação na mídia Veja / Elba Silveira
Chagas Silva ; orientador Fabio Elias Verdiani Tfouni.– São
Cristóvão, SE, 2018.
126 f.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de
Sergipe, 2018.

1. Análise do discurso. 2. Veja (Revista). 3. Impedimentos. 4.
Rousseff, Dilma, 1947- - Impedimentos. I. Tfouni, Fabio Elias
Verdiani, orient. II. Título.

CDU 81'42

ELBA SILVEIRA CHAGAS SILVA

***IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: ESPETACULARIZAÇÃO
E LEGITIMAÇÃO NA MÍDIA DA VEJA***

Aprovada em: 08/02/2018.

Dissertação apresentada como exigência para
exame de defesa no curso de Mestrado em Letras,
na área de concentração Estudos Linguísticos, à
seguinte comissão julgadora:

Prof. Dr. Fábio Elias Verdiani Tfouni (UFS)
Orientador

Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Curado Pereira Mariano
1^a Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho
2^a Examinadora

Aos meus pequeninos Eloísa, de 2 anos,
e Elias, de 4, que, com a doçura de ser
criança, têm me ensinado muito sobre a
vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador de minha vida, por me manter firme em busca da realização de meus objetivos profissionais.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio Elias Verdiani Tfouni, que, com seu profissionalismo e sua dedicação, soube me acolher nessa caminhada quando eu mais precisei, tornando-se peça fundamental para a realização deste sonho.

Aos meus professores: Dr. Antonio Ponciano Bezerra, Dr^a. Mariléia Silva dos Reis, Dr^a. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho, Dr^a. Geralda de Oliveira Lima, Dr^a. Raquel Meister Ko. Freitag e Dr^a. Romana Castro Zambrano, por todos os momentos de aprendizagem e troca de experiências vivenciadas em suas aulas, durante o curso de mestrado.

Aos membros de minhas bancas de Qualificação e Defesa, Dr^a. Márcia Regina Curado Pereira Mariano e Dr^a. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho: muito obrigada pelas sugestões e contribuições relevantes para que eu pudesse enriquecer e aprimorar a minha dissertação.

Aos meus pais: José Rodrigues Chagas e Josefa Silveira Pereira, que sempre lutaram por mim. Assim como também sou imensamente grata às minhas irmãs: Edinelma, Elizeni e Elma, que são amigas em todos os momentos.

Ao meu esposo, que, com muita paciência e dedicação, me ajudou a cuidar de nossos maiores tesouros, Elias e Eloísa, enquanto eu pesquisava e me dedicava a este estudo.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS), pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

Enfim, sou grata imensamente a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste objetivo na minha caminhada acadêmica.

“O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

(Michel Foucault)

RESUMO

No espaço midiático, há uma disputa de forças políticas e ideológicas que intervêm diretamente no processo de formação discursiva dos sujeitos que são afetados por uma exterioridade discursiva da língua. De acordo com Piovezani Filho (2003), política e mídia se relacionam desde a metade do século passado. Portanto, a politização da mídia não é algo novo, o que vem a ser novidade é o fato de surgir uma nova maneira de tratar as informações/acontecimentos sob a égide da espetacularização. Diante disso, esta pesquisa insere-se no campo da Análise do Discurso (AD), e a desenvolvemos por meio do método qualitativo-interpretativista, fazendo uma análise vertical dos recortes discursivos e os relacionando ao contexto sócio-histórico, procurando trabalhar os sentidos inscritos na e pela linguagem. Como objetivo geral, intencionamos mostrar como a materialidade discursiva da revista *Veja* estabeleceu, construiu e naturalizou, no espaço social, o sentido do *impeachment* através de um discurso ideologicamente marcado e atravessado por relações de poder. As análises versam sobre o acontecimento do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, e o *corpus* é constituído por cinco edições da Revista *Veja* dos anos de 2015 e 2016, período em que se deu a produção de discursos que contribuíram de forma significativa para a aceitação, legitimação e concretização do fato histórico-discursivo – o *impeachment*. Partindo da ideia de Gregolin (2003), que destaca a mídia como sendo a responsável por exercer a função de porta-voz dos interesses do povo, mostra-se, neste estudo, como se tecem os sentidos, atravessados por Formações Discursivas (FDs) que representam ideologias que interpelam os sujeitos. Hoje, mais do que nunca, a mídia integra discursos políticos à sua prática discursiva ao reportar acontecimentos, e isso interfere no curso da história, no modo de agir e pensar do leitor/telespectador, tendo em vista que os fatos são passíveis de inúmeras interpretações. Como arcabouço teórico, lança-se mão de estudiosos como: Althusser (1985), Brandão (2012), Foucault (2014, 2016), Gregolin (2003), Gadet e Hak (2010), Pêcheux e Fuchs (1975), Orlandi (2007, 2009, 2011, 2012), entre outros. Diante das análises, conclui-se que a revista em seus discursos se lançou na tarefa de naturalizar o *impeachment* com investidas constantes de interpelação/assujeitamento, além de que o sujeito enunciador refletiu práticas ideológicas advindas de interdiscursos que se filiavam a determinadas posições ideológicas, demonstrando, com isso, parcialidade ao tratar do *impeachment*. Nesse contexto, a partir da formação discursiva da *Veja*, percebe-se que, através do silenciamento de outros discursos, a revista manteve uma postura de ultradireita, atendendo a interesses de uma determinada classe, e não demonstrou posição de neutralidade ao abordar fatos da política brasileira, objetivando, assim, desgastar a imagem pública de Dilma e do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual ela é filiada. Ademais, o campo midiático politizado atuou com seus discursos docilizando “os corpos”, por meio da produção de mecanismos de controle, como mostra Foucault (2014).

Palavras-chave: Análise do Discurso. Revista *Veja*. *Impeachment*. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

In the media space, there is a dispute of political and ideological forces that intervene directly in the process of discursive formation of the subjects that are affected by a discursive exteriority of the language. According to Piovezani Filho (2003), politics and media have been related since the middle of the last century. Therefore, the politicization of the media is not something new, what is new is the fact that a new way of dealing with information / events under the aegis of spectacularization has emerged. Therefore, this research is inserted in the field of Discourse Analysis (AD), and we develop it through the qualitative-interpretative method, making a vertical analysis of the discursive cuts and relating them to the socio-historical context, seeking to work the registered meanings in and by language. As a general objective, we intend to show how the discursive materiality of *Veja* magazine established, constructed and naturalized, in social space, the sense of impeachment through a discourse ideologically marked and crossed by relations of power. The analyzes are about the impeachment event of former president Dilma Rousseff, and the corpus is made up of five editions of *Veja* Magazine from the years 2015 and 2016, a period in which the production of discourses that contributed significantly to the acceptance, legitimation and concretization of the historical-discursive fact - impeachment. Based on the idea of Gregolin (2003), which emphasizes the media as being responsible for acting as spokesperson for the interests of the people, it is shown in this study how the senses are woven, traversed by Discursive Formations (FDs) which represent ideologies that challenge the subjects. Today, more than ever, the media integrate political discourses into their discursive practice in reporting events, and this interferes in the course of history, in the reader's / viewer's way of thinking and acting, given that the facts are amenable to numerous interpretations. As a theoretical framework, scholars like Althusser (1985), Brandão (2012), Foucault (2014, 2016), Gregolin (2003), Gadet and Hak (2010), Pêcheux and Fuchs (1975), Orlandi 2007, 2009, 2011, 2012), among others. In the face of the analyzes, it is concluded that the journal in its speeches embarked on the task of naturalizing impeachment with constant involvements of interpellation / *assujeitamento*, in addition to that the subject enunciador reflected ideological practices coming from interdiscourses that were affiliated to certain ideological positions, demonstrating, with this, bias in dealing with impeachment. In this context, from the discursive formation of the *Veja*, it is perceived that, through the silencing of other discourses, the magazine maintained a posture of ultra-right, attending to the interests of a certain class, and did not demonstrate a position of neutrality in addressing facts of politics Brazilian society, aiming, therefore, to undermine the public image of Dilma and of the Workers' Party (PT), to which she is affiliated. In addition, the politicized media field acted with its discourses *docilizando* "the bodies", through the production of mechanisms of control, as shown by Foucault (2014).

Keywords: Discourse Analysis. *Veja* magazine. Impeachment. Dilma Rousseff.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Edição Extra Veja: Impeachment
- Figura 2 – Dilma: derrotada e próxima do adeus
- Figura 3 – O Brasil venceu
- Figura 4 – Veja só vê um lado. O lado do Brasil
- Figura 5 – Como é
- Figura 6 – Como será
- Figura 7 – Ela passou a faixa
- Figura 8 – O golpe do 3º mandato
- Figura 9 – Tempo fechado
- Figura 10 – Impeachment
- Figura 11 – Fora Collor
- Figura 12 – Em silêncio
- Figura 13 – A máquina do atraso de Dilma
- Figura 14 – Lula lá
- Figura 15 – É tudo cambalacho
- Figura 16 – Delações explosivas

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso

FD – Formação Discursiva

PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

SD – Sequência Discursiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – PERCURSOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO	18
1.1 A Análise do Discurso de linha francesa.....	20
1.2 As três fases da teoria de Pêcheux.....	22
1.3 As categorias discursivas focadas nesta pesquisa.....	26
1.3.1 Acepções sobre discurso, ideologia e efeitos de sentido.....	27
1.3.2 Conceitos sobre: formação discursiva, memória e interdiscursos.....	30
1.3.3 A paráfrase, a polissemia e a metáfora.....	35
1.3.4 O sujeito discursivo.....	37
1.4 Os sentidos do silêncio no modo de interpretar.....	39
1.5 Discurso, mídia e poder: articulações e sentidos.....	41
CAPÍTULO II – O MÉTODO EM ANÁLISE DO DISCURSO	51
2.1 Aspectos metodológicos em relação à análise do <i>corpus</i>	56
CAPÍTULO III – DAS MATERIALIDADES DISCURSIVAS EM ANÁLISE	59
3.1 As condições de produção e o contexto histórico-social à época dos discursos sobre o <i>impeachment</i>	60
3.2 Análises discursivas da construção do sentido <i>pró-impeachment</i> no dispositivo midiático Veja.....	64
a) 1ª Análise.....	64
b) 2ª Análise.....	84
c) 3ª Análise.....	91
d) 4ª Análise.....	101
e) 5ª Análise.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos as discussões nesta pesquisa, parafraseamos Gregolin (2003) a partir de seu pensamento de que, no espaço social, há batalhas de ordem discursiva que movem a construção dos sentidos e nos possibilitam ver que a circulação dos enunciados representa disputas ideológicas e é signo de poder. Diante disso, concebemos que discursos são controlados ou, muitas vezes, silenciados.

No mover discursivo das palavras que alardeiam os acontecimentos, vemos se inscreverem na história fatos/acontecimentos que perpetuam na memória social os sentidos nas materialidades discursivas, e estes, por sua vez, são moventes, fluidos e opacos. No terreno movediço chamado “linguagem”, abordamos como os discursos concernentes ao processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (2011-2016) foram produzidos e naturalizados pela mídia da Veja, tendo a sua consumação final em 31 de agosto de 2016 e resultando na destituição de Dilma da presidência.

O primeiro fato a ser destacado aqui é a questão da ascensão de uma mulher como primeira presidente do Brasil em 31 de outubro de 2010. Dilma Vana Rousseff, filiada ao PT (Partido dos Trabalhadores), governa por quatro anos e, em 2014, vence pela segunda vez as eleições contra o candidato Aécio Neves (PSDB), com mais de 55,7 milhões de votos. A reeleição dela acirrou a disputa política entre partidos e, devido à falta de apoio no congresso, Dilma passou a enfrentar diversas dificuldades no início de seu segundo mandato.

Vale ressaltar que a construção discursiva de uma atmosfera contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) vem desde as eleições de 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) venceu as eleições para a presidência da República contra o candidato José Serra (PSDB). Segundo Braga e Pasquarelli (2011), o modelo de política vigente no Brasil até aquela época foi interrompido com a vitória do primeiro partido de esquerda para o posto mais alto da política brasileira. Outro fato relevante diz respeito à origem do candidato vencedor das eleições de 2002, pois ele não se enquadrava nos perfis de presidentes eleitos no Brasil anteriormente: um nordestino com pouca escolaridade – apenas o Ensino Fundamental –, pertencente à classe popular e ex-metalúrgico que participava de movimentos sociais.

Com o objetivo de garantir governabilidade na presidência, Braga e Pasquarelli (2011) mostram que o governo de Lula manteve relações e acordos com alguns líderes da direita, e esse fato provocou algumas rachaduras dentro do PT, criando-se partidos como o PSTU e o PSOL. Ainda segundo esses autores, desde 1994 foi instaurado um quadro de disputa política entre os partidos PSDB e PT, com interesses opostos, evidenciando-se uma disputa acirrada entre esquerda e direita.

Como forma de uma continuação da era PT, nas eleições de 2010, Lula conseguiu eleger sua candidata sucessora, Dilma Vana Rousseff (PT), seu braço direito, durante seus governos, numa disputa contra o candidato José Serra (PSDB). Esse acontecimento ganhou destaque nesse período: é a primeira vez que uma mulher chega à presidência da República brasileira. Dilma Rousseff enfrentou, em seu primeiro mandato, no ano de 2013, várias manifestações contra o seu governo, e o povo nas ruas utilizava como pretexto o aumento das tarifas de ônibus para protestar. Até então, não se sabia ao certo o real motivo dos manifestos contra o governo de Dilma.

Dilma Vana Rousseff, segundo o Portal Brasil (2015), nasceu em Belo Horizonte, em 14 de dezembro de 1947. Ela é filha do imigrante e advogado Pedro Rousseff e da professora fluminense Dilma Jane da Silva. A ex-presidente do Brasil se envolveu desde cedo em lutas sociais, indo às ruas defender a democracia durante o regime militar, tendo sido por isso condenada pela ditadura e ficado presa por quase três anos (1970-1972) no presídio Tiradentes, localizado em São Paulo.

Na época dos governos de Lula, Dilma Rousseff ocupou cargos importantes como o de Ministra de Minas e Energia, além de exercer o cargo de chefia da Casa Civil, em 2005, e também esteve à frente de projetos sociais como o Programa de Aceleração (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Em 2010, apoiada por Lula, Dilma foi candidata à eleição pela primeira vez e, em 31 de outubro do mesmo ano, venceu as eleições em segundo turno, sendo a primeira mulher a chegar à presidência da República brasileira.

Na vigência do seu segundo mandato, Dilma Rousseff enfrentou períodos de grande mobilização social, a exemplo das manifestações do dia 15 de março de 2015, organizadas com o apoio da grande mídia que encorajava grupos, como o MBL

(*Movimento Brasil Livre*) e o movimento *Vem Pra Rua*, a criarem um grande manifesto pela renúncia ou pelo *impeachment* da presidente.

No dia 15 de outubro de 2015, Miguel Reale Jr., jurista, político, professor titular de Direito Penal da Universidade de São Paulo (USP), filiado ao partido PSDB (1990-2017), juntamente com Janaína Conceição Paschoal, professora da USP, ex-integrante do movimento cara-pintada em 1992, e o jurista Hélio Pereira Bicudo, ex-petista, que deixou o PT em 2005, protocolaram pedido de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, alegando crimes de responsabilidade praticados por ela.

Observando de onde partiu esse pedido de *impeachment* contra o governo de Dilma, vemos que o passado e a história dos seus autores geram sentidos discursivos na interpretação dos sentidos propostos nas materialidades discursivas aqui analisadas. Isso porque os sujeitos falam de certas posições que evidenciam uma unanimidade a favor do *impeachment* usando um discurso de legalidade jurídica.

O fato de Hélio Bicudo já ter sido militante do PT, de ser conhecedor da realidade interna do partido, além de estar influenciado por certos ressentimentos em relação à figura de Lula, acentuara ainda mais o teor de sua denúncia contra Dilma. A questão de Janaína Conceição Paschoal ser ex-cara-pintada também a coloca como sendo a imagem do sujeito “combatente da corrupção”. Enfim, o lugar jurídico de onde falavam os autores desse processo, de antemão, já constituía um meio de legitimar o *impeachment*, e as denúncias estavam pautadas pelo artigo 85 da Constituição Federal, bem como pela Lei 1079, de 10 de abril de 1950.

Eduardo Cunha, opositor político de Dilma e então presidente da Câmara à época, aceitou a denúncia dia 02 de dezembro de 2015. Conforme Lopes (2016, p. 123), “Cunha foi transformado em interlocutor qualificado e político confiável pela mídia conservadora, que o protegeu até a votação da Câmara, enquanto Lula e Dilma foram tratados como desqualificados e criminosos”.

No dia 17 de abril de 2016, a maioria dos deputados federais foi a favor do pedido da denúncia contra Dilma, que passou para a instância do Senado federal, onde foi dado parecer favorável à continuação do processo e, como reza a lei, a presidente em vigência foi afastada de maneira temporária para que todos os fatos fossem apurados por uma comissão especial que julgaria o processo de *impeachment*.

De 29 a 31 de agosto de 2016, aconteceram as sessões de julgamento da presidente afastada e, ao final do processo, Dilma perdeu o mandato de presidente do Brasil.

Diante dessa breve explanação a respeito dos sujeitos e das condições imediatas de produção em que se deu a instauração do processo de *impeachment* e a perda do mandato da ex-presidente é que construímos as análises deste trabalho. Optamos por fazer um recorte dos discursos produzidos pela Veja em 5 edições, tendo como recorte temporal os anos de 2015 e 2016. A referida revista foi escolhida porque as suas formações discursivas nos possibilitam ver que o sujeito da imprensa atua numa posição jurídica de direito legal ao reportar e julgar os fatos por ela narrados. Em face disso, as ideologias materializadas nos discursos mobilizaram a construção e a naturalização do *impeachment* perante a opinião pública brasileira.

Já tendo discorrido brevemente sobre a biografia da Presidente Dilma Rousseff, a qual é protagonista do acontecimento discursivo aqui enfocado, também se faz necessário dizer que a Revista Veja se consagrou por suas tiragens semanais e é publicada pela Editora Abril. Sua primeira edição data de 1968 e foi idealizada e construída pelos jornalistas Mino Carta e Victor Civita. É uma revista que possui um número considerável de tiragens, chegando a superar a marca de um milhão de assinaturas, segundo o site *Poder360*¹. São constantes em suas edições temas como assuntos de repercussão mundial, economia, política, cultura, tecnologia, religião, comportamento, assim como outros.

Dessa forma, o tratamento das informações propostas neste estudo trabalha com análises dos sentidos e seu processo de constituição enquanto discurso social que modifica realidades e mentes que se relacionam por meio dos interdiscursos, dos não-ditos, dos silenciamentos. Logo, ao fazer uma análise do discurso dessa natureza, Pinto afirma que:

A análise investiga os modos de dizer, os modos de mostrar e/ou os modos de seduzir; detecta traços recorrentes invariantes de operações de enunciação a partir das marcas que essas operações deixam na superfície textual, no verbal e no não verbal, e os organiza sob a forma de regras. Não se trata da análise de conteúdos (*apud* PACHECO, 2008, p. 7).

¹ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-e-revistas-continuam-avancando-em-2017-com-suas-edicoes-digitais/>. Acesso em: 09 nov. 2017.

A partir da afirmação de Pinto, temos o intuito, nas análises, de não apenas descrever e caracterizar o discurso do acontecimento do *impeachment*, mas também de mostrar como se tece seu funcionamento e destacar o papel que os interdiscursos têm, haja vista que eles marcam a história, atravessam os enunciados ditos pelos sujeitos e acabam por produzir memória, a qual se ressignifica e possibilita o surgimento de novos sentidos e acontecimentos.

Partindo de uma análise sociodiscursiva da linguagem e de seus modos de construção advindos de um contexto historicamente marcado, temos como suporte teórico principal o campo da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD). Como objetivo geral, intencionamos mostrar como a materialidade discursiva das publicações jornalísticas da referida revista estabeleceu, construiu e naturalizou, no espaço social, o sentido do *impeachment* através de um discurso ideologicamente marcado e atravessado por relações de poder.

Desde a sua origem, a teoria da AD toma para si, como objeto de trabalho, o discurso que nasce do ato político de estar e agir no seio social. E, por meio do uso desse suporte teórico, ao longo deste trabalho, mostraremos a relação intrínseca que há entre mídia, discurso e poder. Esses três elementos desvelam sentidos instituídos nas materialidades discursivas analisadas e mostram o papel fundamental que as ideologias implícitas e explícitas exercem como formadoras de opinião e cooptadoras de sujeitos numa investida midiática de alinhamento de ideias a grupos de poder.

A hipótese que norteia esta pesquisa parte do pressuposto de que é no discurso que linguagem e ideologia fazem sentidos. De modo mais específico, a ideologia atua como mecanismo de interpelação dos sujeitos em agentes de práticas discursivas nos espaços sociais, como, por exemplo, na mídia. Diante disso, elegemos como objetivos específicos desta pesquisa os seguintes pontos: fazer relação entre o discurso da Veja e a posição do sujeito enunciator, procurando ver os sentidos atravessados pela relação entre língua e exterioridade e, ao mesmo tempo, identificar as formações ideológicas dos enunciadores do discurso analisado.

Outro objetivo específico diz respeito a compreender, à luz da Análise de Discurso de linha francesa, os mecanismos de produção do discurso e os sentidos estabelecidos pela ideologia representada pela esfera midiática jornalística,

explicitando como as estratégias discursivas escolhidas corroboraram para a interpelação/assujeitamento dos sujeitos leitores. Ao mesmo tempo, também intencionamos mostrar como a espetacularização dos fatos permite levar o leitor a refletir sobre até que ponto o discurso da mídia consegue ser imparcial e objetivo diante do processo de cobertura das informações.

Para tanto, o estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de caráter qualitativo. Como já dito, temos como aparato teórico-metodológico principal a teoria da Análise do Discurso de linha francesa. O *corpus* se constituiu de cinco edições da Revista Veja, sendo algumas do ano de 2015 e outras do ano de 2016.

De acordo com Orlandi (2009), o papel do analista na escolha do *corpus* é de fundamental importância, sendo assim, optamos por selecioná-lo com vistas a considerar as cinco edições mais emblemáticas referentes à produção de sentidos e a interpretações sobre os discursos que se referiam ao processo de *impeachment*. Destacamos que são elementos essenciais neste enfoque as condições de produção e os interdiscursos produzidos sob a forma de materialidade linguística que evidenciam as posições ideológicas da referida revista.

A pesquisa em questão está dividida em três partes. Em um primeiro momento, no capítulo 1, fazemos uma breve explanação acerca dos percursos teóricos da Análise do Discurso e seu modo de estruturação na França. Ainda nesse capítulo, são colocados os principais aspectos teóricos da AD, com seus elementos e categorias, e há uma consideração sobre a relação que existe desde muito tempo entre discurso, mídia e poder, a qual vem se ressignificando constantemente para atender às novas configurações da sociedade vigente.

No capítulo dois, temos considerações sobre a metodologia da AD e também enfatizamos a questão da interpretação como um mecanismo essencial na prática do analista do discurso, que visa a compreender como se dá o processo de produção de sentidos. No capítulo três, por seu turno, mostramos as condições de produção e o contexto histórico-social à época dos discursos favoráveis ao *impeachment*, e, em seguida, apresentamos as análises discursivas das cinco edições da Veja consideradas representativas para o estabelecimento do sentido do discurso do *impeachment* no espaço social.

Tendo como aparato teórico principal a Análise do Discurso de linha francesa, as reflexões acerca do objeto serão alicerçadas pelas ideias de estudiosos como Althusser (1985), Foucault (2014, 2016), Gadet e Hak (2010), Pêcheux e Fuchs (1975), Orlandi (2007, 2009, 2011, 2012) – considerada uma das principais representantes da teoria da AD no Brasil –, Brandão (2012), Gregolin (2003), assim como outros autores que serão citados ao longo deste trabalho.

Ao final, são tecidas as considerações finais acerca do tema abordado, voltando-se para as conclusões das análises dos discursos jornalísticos impressos e veiculados pela Revista Veja, a fim de demonstrarmos que eles são engendrados na história social por meio da narração dos acontecimentos com finalidades específicas, obedecendo-se, inclusive, a uma lógica que provém de formações ideológicas advindas das formações discursivas determinadas e controladas por aparelhos ideológicos do Estado.

CAPÍTULO I – PERCURSOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Antes de focarmos a teoria da Análise do Discurso, a qual embasa este trabalho de pesquisa, neste primeiro momento abordaremos brevemente algumas questões acerca da concepção de língua(gem) a partir da teoria estruturalista, com o intuito de marcar as diferenças entre o objetivismo abstrato de Ferdinand de Saussure e os postulados preconizados pela teoria discursiva da Análise do Discurso, que insere a presença do sujeito e dos aspectos sócio-histórico e político como determinantes na produção dos sentidos na linguagem.

Apesar de Saussure ter revolucionado o campo da linguística com o seu estudo sistemático da língua e a criação das dicotomias *langue* e *parole*, *significado* e *significante*, vemos que, ao deixar de lado aspectos da fala e a importância dos sujeitos na produção dos enunciados, o mestre de Genebra despertou em muitos estudiosos uma certa inquietude e insatisfação em relação à sua concepção abstrata e idealizada de língua.

E é a partir dessa insatisfação e da defesa de que a língua é essencialmente social para a realização da comunicação que Volóchinov (2017) amplia e ressignifica o conceito de língua(gem), enfatizando-a numa perspectiva dialógica.

Nessa atmosfera de perspectivas inovadoras em relação aos estudos linguísticos, Volóchinov se insere na teoria da enunciação, evidenciando a importância que o contexto tem na produção dos sentidos. Percebemos, em seus pressupostos, que a interação passa a ser um aspecto importante na produção da linguagem, sendo um elemento fundador. Sobre isso, atestamos nesse autor que:

A realidade efetiva da linguagem não é o sistema abstrato de formas linguísticas nem o enunciado monológico isolado, tampouco o ato psicofisiológico de sua realização, mas o acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou de vários enunciados (VOLÓCHINOV, 2017, p. 218-219).

Brandão (2012) enfatiza que a linguística não pode se restringir ao estudo interno da língua, visto que precisa trazer para o interior dessa disciplina questões de ordem histórica, política e social determinantes na produção discursiva, mostrando,

com isso, que a linguagem possui uma relação extremamente pertinente com a ideologia e, dessa forma, é representada como:

Sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação sónica, que reside o ideológico (BRANDÃO, 2012, p. 9).

Nesse contexto em que a enunciação ganha um lugar de relevância, podemos ver que Volóchinov (2017) concebe a palavra como um signo carregado de ideologia e que, com seu valor semântico, é capaz de mostrar que há várias maneiras de se dizer a realidade, pois os discursos estão abertos aos sentidos. Isso acontece porque os interlocutores falam lançando mão de um campo semântico que reflete o seu ponto de vista, isto é, a posição que ele ocupa.

Sendo assim, o lugar de onde o sujeito discursivo fala também é importante, sem esquecer de colocar que o discurso de quem fala é caracterizado por uma formação ideológica. A respeito disso, Volóchinov enfatiza que “A língua no processo de sua realização prática não pode ser separada do seu conteúdo ideológico ou cotidiano” (2017, p. 181). Inspirado em Volóchinov, Brandão também mostra que as palavras são sempre endereçadas a um Outro, explicitando que: “Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes” (2012, p. 9).

Ainda de acordo com Brandão (2012), os anos 50 foram decisivos para a preparação de um terreno fértil para a criação da disciplina Análise do Discurso. Com o trabalho de Harris (*Discourse analysis*, 1952), foi possível o surgimento de análises que iam além da frase, e foram utilizados métodos da linguística distribucional americana para analisar os enunciados. Nessa época, também foram de grande relevância os trabalhos de R. Jakobson e E. Benveniste no campo enunciativo.

Apesar de os estudos de Harris significarem uma mudança na maneira de ver a língua, eles eram feitos utilizando ainda unidades de análises presas ao enunciado, sem uma análise dos sentidos e do papel do sujeito enquanto produtor do discurso. A esse respeito, Brandão diz que:

Numa direção diferente, Benveniste, ao afirmar que o “locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos”, dá relevo ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite (2012, p. 14).

A partir da afirmação acima, notamos que Benveniste mostra que há uma relação de sentidos entre linguagem, pensamento e mundo, e essa ideia é importante porque vai situar o locutor do discurso em uma dada posição que reflete um modo de dizer condicionado pelo fator sócio-histórico.

Dessa maneira, é abraçando uma concepção nova de ver o discurso que a AD de linha francesa vai trabalhar a língua(gem). Nesse sentido, o dizer e as suas condições de produção vão ser fatores determinantes para o surgimento dos sentidos materializados na língua, sendo isso o que a teoria da Análise do Discurso faz questão de focar. A consideração de elementos puramente intralinguísticos vai dar espaço, nessa nova concepção de linguagem, à análise da exterioridade que possibilita o fazer discursivo e a circulação dos sentidos.

1.1 A Análise do Discurso de linha francesa

A Análise do Discurso é uma disciplina que surgiu na França, por volta dos anos de 1960, e tem como principal representante o fundador e estudioso do discurso Michel Pêcheux. Considerada por Orlandi (2012) como uma disciplina de entremeio, justamente por ser questionadora e não meramente acumuladora de conhecimento, ela instituiu uma nova proposta em relação ao modo de conceber e lidar com a linguagem, dizendo que “A AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre linguagem e sua exterioridade constitutiva” (ORLANDI, 2012, p. 25).

De acordo com Gadet, Leon et al. (2010), Michel Pêcheux, à época dos anos de 1960, era um estudioso interessado em várias áreas, inclusive no campo do estruturalismo, difundido por Martinet na França. Além disso, também estudava a teoria sociolinguística, fazendo uma leitura crítica em que procurava mostrar a ineficácia da oposição língua e fala em relação ao modo de lidar com questões da ordem do discurso e do uso da língua como instrumento de interação social.

A Análise do Discurso de linha francesa inaugura, então, um método de interpretar a língua a despeito dos muitos que já existiam desde a época do seu surgimento. Em Orlandi (2009, p. 17), vemos que a AD, “Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia”.

Em Pêcheux e Fuchs (1975), é colocado que a AD é uma disciplina que se constitui mediante questionamentos e articulações do materialismo histórico – considerado um campo que estuda as formações sociais e as transformações que elas sofrem, sem deixar de lado uma teoria de ordem essencialmente ideológica; assim como a articulação da Linguística – que preconiza a valorização da sintaxe e da enunciação; bem como a teoria do discurso – que enfatiza os processos semânticos como determinados pela história. Vale acrescentar, ainda, que essas três áreas citadas sofrem a influência da teoria da subjetividade de ordem psicanalítica.

Observamos, assim, que, com o surgimento dos estudos sobre os discursos, a língua deixa de ser trabalhada apenas sob os aspectos estruturais e fonológicos e ocorre o que chamamos de busca da compreensão da exterioridade da linguagem, inserindo questões como de ideologia, da memória afetada pela relação com a psicanálise e também da história e seus sentidos que regulam as relações sociais. A respeito disso, Henry diz que:

Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social [...]. Nesta tentativa, ele queria se apoiar sobre o que lhe parecia já ter estimulado uma reviravolta na problemática dominante das ciências sociais: o materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu “retorno a Freud”, bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambiguidades, de estruturalismo (2010, p. 12).

O que podemos notar é que Pêcheux se utiliza da teoria já solidificada do estruturalismo para desenvolver a sua teoria do discurso. Ainda de acordo com Henry (2010, p. 13), “O que interessava a Pêcheux no estruturalismo eram os aspectos que supunham uma atitude não reducionista no que se refere à linguagem”.

Vale ressaltar que, no século XIX, já havia estudos em relação à análise da competência, da variação e de aspectos fonológicos da língua. Posteriormente a esse

período, também surgiram vários estudos no campo da pragmática, da enunciação, da linguística discursiva textual, com o objetivo de analisar a língua em suas formas linguísticas de uso.

Ao observarmos os fundamentos epistemológicos da AD de linha francesa, podemos afirmar que o seu surgimento na França, nos fins dos anos de 1960, se deu num cenário em que fatos políticos e econômicos refletiram diretamente em sua formação, como: uma insurreição popular, com a ocorrência de greves e rebeliões, sem poupar nenhum tipo de classe social e econômica. Essas greves eram rechaçadas pelo comunismo francês, sob a orientação stalinista. Tal crise só terminou quando De Gaulle venceu as eleições. Dessa forma, “Não é por acaso, que na primeira época da AD, pensada por Pêcheux, a temática centrava-se no discurso político, haja vista o contexto social em que se achava inserido” (SANTOS, 2013, p. 214).

No campo da Linguística, a corrente estruturalista era hegemônica e influenciava as pesquisas e a mente dos estudiosos dessa área, e também havia uma grande expectativa de inovações trazidas pelas promessas da Gramática Gerativa. Nessa atmosfera, em contrapartida, houve o florescimento do pensamento do marxismo althusseriano que vinha com toda força enfatizar a instância ideológica no bojo da psicanálise de Freud. Uma obra importante que reflete esse período é a publicação de um artigo de Althusser intitulado “Freud e Lacan”, que data de 1964. No que concerne ao texto desse artigo, ele retrata a atmosfera de mudanças históricas em relação à discursividade.

Santos (2013) diz que, embora Jakobson e Benveniste com a enunciação tenham dado impulso positivo na configuração da AD hoje, incontestavelmente foi com os estudos de Pêcheux, por meio de seus questionamentos com o instrumento científico, que surgiu uma teoria metodológica para o desenvolvimento da Análise do Discurso.

1.2 As três fases da teoria de Pêcheux

Na primeira fase, Pêcheux foi diretamente influenciado pela configuração política que imperava na França, “O discurso político era o tema da AD em sua origem,

pois, nele, alguns observavam uma crítica ideológica objetiva e de cunho científico” (SANTOS, 2013, p. 217), e, nessa época, Pêcheux foi fortemente influenciado pelas ideias de Althusser (1985), o qual determinava que a formação social é resultado de uma forma de produção dominante, e o seu processo de produção entra em ação por meio das forças produtivas.

Nessa época, Pêcheux também acreditava ser capaz de criar um dispositivo informático, com o objetivo de fazer “a análise automática do discurso”, tendo como princípio se basear na palavra e sequencialmente usar a sintaxe da língua.

Para Pêcheux (1983), há uma reflexão e consequente exploração metodológica, na primeira época da AD, da noção de maquinaria discursivo-estrutural, e a produção do discurso era vista como uma máquina fechada, na qual existia um sujeito que, de forma latente, direcionava o processo discursivo. Dessa maneira, os sujeitos eram subordinados de modo inconsciente e tinham a ilusão de serem os autores de seu dizer. Há nessa época traços marcantes do estruturalismo.

Como coloca Pêcheux (1983, p. 309): “a AD-I é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados [...]. A existência do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo*”. Diante disso, percebemos que o sujeito usa o discurso como uma estrutura fechada sobre si, ao passo que a linguagem (discurso) não é projetada com base nas considerações do pensamento do outro.

Nessa primeira fase da AD, os discursos eram concebidos como não heterogêneos, resultantes de um processo de produção estável e fechados em si. O sujeito era considerado como um indivíduo completamente assujeitado, apesar de carregar a ilusão de ser autor do próprio discurso.

De acordo com Mالدیدیر (2016), entre 1966 e 1968, dois lados referentes ao campo da linguagem emergiram: o primeiro, representado pelo linguista Jean Dubois, com a obra *Lexicologia e análise do enunciado*, em 1968; e o segundo, sob o comando de Michel Pêcheux, com a sua tese *Analyse automatique du discours*, publicada em 1969. Esses dois estudiosos inauguraram uma nova forma de relação com a língua, destacando o valor do sentido e das significações à medida que se constrói o discurso, enfatizando que em todo texto há a força determinante de aspectos sócio-históricos.

Naquele cenário de desenvolvimento da AD, Pêcheux faz uma crítica aos formalistas, os quais concebem a língua como um sistema abstrato, e levanta questionamentos pautados em alguns conceitos que ele cria, fazendo assim uma diferenciação entre os objetivos e as diferenças da AD em relação aos postulados defendidos pela Linguística estrutural. No entanto, Pêcheux ainda se encontra preso a aspectos funcionalistas, descritivos e formalistas. Utiliza mecanismos, em parte, automáticos, com o objetivo de conseguir elementos discursivos e estruturais para as suas análises, demonstrando uma filiação marxista (SANTOS, 2013).

Nessa fase, o materialismo histórico, a psicanálise e a própria Linguística vão ser decisivos para a ampliação do estudo no campo do discurso e, nesse momento, Pêcheux objetiva estabelecer uma ligação entre ideologia, discurso e subjetividade (SANTOS, 2013). O sujeito é visto como representativo de uma formação social que advém de uma dada formação discursiva, e Pêcheux faz surgir os conceitos de formação discursiva e interdiscurso, concebidos dentro das “máquinas discursivas estruturais”.

No segundo momento da AD, Pêcheux (1983) coloca que há um deslocamento no pensamento sobre as práticas discursivas e surge um repensar filosófico em relação às máquinas discursivas estruturais, as quais passam a ser concebidas como objeto da análise de discurso. Há uma relação de forças entre as máquinas discursivas que impõe uma luta desigual entre os processos discursivos.

Como mostra Pêcheux (1983), a ideia de formação discursiva (FD) começa a enfraquecer a máquina estrutural fechada, direcionando e relacionando a produção do discurso à exterioridade. O discurso atravessa outras FDs que estão inscritas em lugares diferentes e existem na forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”. Mas, segundo Pêcheux, o sujeito continua sendo puramente produzido pelo efeito de assujeitamento, emanando seus princípios da FD com a qual se identifica.

Nessa segunda fase do desenvolvimento da AD, há uma discussão em torno do conceito de formação discursiva que leva à sua reformulação. A ideia de máquina estrutural fechada começa a perder espaço. A reconfiguração consiste em articular memória, história e formação discursiva. Para Santos (2013), o conceito-chave para o desenvolvimento das ideias em Pêcheux se concentra nas FDs. É através das FDs

que Pêcheux vai reconfigurar e trabalhar a margem estreita que se situa entre a regularidade e a não estabilidade dos sentidos no discurso. Os discursos nessa época são menos “estabilizados” e, dessa maneira, menos homogêneos. O sujeito torna-se descentrado e passa a ser visto como aquele que pode desempenhar diferentes papéis a depender das várias posições em que se encontra.

Em 1980, Michel Pêcheux faz uma reconfiguração do conceito de discurso e da Análise do Discurso sob a ótica de Foucault e de autores como Michel de Certeau e Wittgenstein. Para Mالدیدier (2016), Pêcheux sai das vias comuns da análise do discurso e vai em direção a outras formas discursivas, como os discursos considerados ilegítimos, as ideologias sufocadas, os discursos cotidianos, o discurso conversacional. Nesse momento, há a valorização da memória, que está ligada à história e permeia todo o processo constitutivo do sentido da língua.

Pêcheux, nessa fase, produz uma crítica em relação à sua teoria sobre a AD e sobre o conceito de “máquina discursiva” desenvolvido por ele anteriormente. A questão do Outro ganha um lugar de inscrição, e a heterogeneidade torna-se um aspecto relevante e constitutivo do discurso. Ao invés de se interessar apenas pelas estruturas, a AD, segundo Orlandi, passa a focar o acontecimento:

Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história (2009, p. 19).

Notamos, com isso, que a relação entre língua e história ganha uma nova dimensão, e surgem alguns elementos de análise importantes, como a questão do equívoco constitutivo e suas falhas. Essa nova abordagem categoriza suas análises em “universos discursivos não estabilizados logicamente”, fazendo-se mostrar uma nova perspectiva de Análise do Discurso.

Na terceira fase da AD, há, de fato, a exploração do processo de construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos. Há uma abordagem discursiva que considera a heterogeneidade enunciativa e que valoriza o discurso do outro sob as formas linguístico-discursivas. Vemos, assim, um sujeito descentrado, suscetível a

pontos de deriva em seu discurso, em que ele não tem controle total do seu dizer. Logo, os interdiscursos se tornam fios condutores no processo comunicativo.

Em 1983, Pêcheux escreveu um texto intitulado *Análise de discurso: três épocas*, e para Maltidier:

Esta é a terceira época da Análise do Discurso, a da “desconstrução das maquinarias discursivas”. É preciso desestabilizar o rígido dispositivo da Análise de discurso. Criticando o procedimento por etapas com ordem fixa – *corpus*, descrição, interpretação –, Michel Pêcheux lhe opõe uma forma espiral e cumulativa. A informática, que ele havia colocado a serviço de sua visada teórica, reveste-se de um novo valor propriamente heurístico (2016, p. 60-61).

Nessa fase, foi possível descobrir formas diferentes para os caminhos que levam à formação do processo de constituição dos discursos, e a AD postulada por Pêcheux e seu grupo ganha um novo redirecionamento em relação ao seu mecanismo de interpretação, pois mostra nessa fase que pode haver o estudo de objetos discursivos numa perspectiva que engloba a história, os interdiscursos e a sistematicidade da língua. O sujeito, na referida época, é considerado essencialmente heterogêneo, clivado e dividido.

1.3 As categorias discursivas focadas nesta pesquisa

Já foi dito aqui que a Análise do Discurso toma como objeto de análise científica o próprio discurso, por isso enfatizamos neste tópico as categorias fundamentais para que esse objeto possa ser explorado, de modo a mostrar como o funcionamento da linguagem acontece na produção dos efeitos de sentidos inscritos nas materialidades linguísticas que estão em questão neste trabalho.

A seguir, são enfocadas algumas categorias discursivas que pretendem facilitar a compreensão e as análises do *corpus*, o qual trata de um tema circunscrito ao universo político – a construção discursiva do processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff pelo dispositivo midiático. Portanto, a definição de alguns conceitos, como discurso, ideologia, efeitos de sentido, formação discursiva, formação

ideológica, memória, interdiscursos, sujeito, entre outros, são fundamentais para as análises que são feitas no capítulo 03.

1.3.1 Acepções sobre discurso, ideologia e efeitos de sentido

Orlandi (2009) define a noção de discurso como um dispositivo pelo qual podemos interpretar e analisar as representações sociais e imaginárias inscritas na língua ao longo da história. Segundo a autora, tal definição se difere da forma como o conceito de discurso é usado no esquema elementar da comunicação, pois, nesse esquema, há uma organização linear de eventos, tomando como elementos básicos o emissor, o receptor, o código, o referente e a mensagem, concebida esta como o próprio discurso.

Numa perspectiva discursiva, não podemos restringir o conceito de discurso como sendo língua, fala ou texto. Todos esses elementos são essenciais no processo de realização da comunicação, mas a ideia de discurso no âmbito da AD vai além de questões estritamente linguísticas e implica compreender a língua a partir de uma exterioridade que contempla aspectos sociais e ideológicos materializados pelos sujeitos por meio da linguagem.

No espaço de interação social, os sujeitos falam a partir de diferentes posições e lugares socioideológicos, de onde eles comunicam seus pensamentos, permitindo, assim, a interação em forma de debate ou divergência de posições ideológicas.

Em Orlandi, podemos ver que “O discurso é efeito de sentidos entre locutores” (2009, p. 21). Dito isso, não se pode conceber o sujeito discursivo de forma individualizada no mundo, pois, nos discursos, o sujeito se identifica, se subjetiva e produz sentidos. Ele também é influenciado pela exterioridade da língua, envolvendo questões não só de natureza linguística, mas também as inter-relações, tendo como pano de fundo elementos históricos, sociais e ideológicos apreendidos por meio das palavras. A partir dessa ideia, vemos que “A ideologia não é ocultação mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro” (ORLANDI, 2009, p.

47). Logo, os discursos são carregados de ideologias, e estas refletem as formações discursivas e as posições que o sujeito ocupa.

Com base em aspectos ideológicos, por meio dos fios discursivos, vemos a inscrição dos sentidos e, consoante a isso, em Bakhtin, podemos ver que “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (2010, p. 42). Como podemos notar, é indispensável, ao abordarmos o conceito de discurso, destacar o papel da ideologia no processo de constituição dos sentidos, haja vista que ela é o mecanismo que possibilita a interpelação dos indivíduos em sujeitos de seus dizeres.

De acordo com Orlandi, a Análise do Discurso, por meio da linguagem, ressignifica o conceito de ideologia e elege como mecanismo indispensável para atestar essa noção o dispositivo da interpretação, pois “diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer?” (2009, p. 45). A ideologia na AD é um conceito herdado e readaptado da teoria de Althusser (1985), visto que, para esse estudioso, toda prática discursiva acontece através de e sob uma determinada ideologia imposta pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Ainda segundo esse estudioso, a formação social é resultado de uma maneira de produção dominante, e o processo de produção atua por meio das forças produtivas de caráter ideológico.

A Ideologia é uma “‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p.85). Sendo assim, ela é uma concepção de mundo, depende da crença dos sujeitos em um imaginário, o qual tem a ver com a realidade, mas não corresponde à realidade específica e material das coisas. Através da interpretação, tem-se, portanto, a ideologia que pode ser concebida como uma ilusão.

Por outro lado, “A ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1985, p. 88), e, sendo assim, cada aparelho ideológico possui em sua prática, ou práticas, a ideologia, por isso nos referimos ao seu caráter material, porque ela é responsável pelas representações sociais dos sujeitos.

Ao articular o histórico e o social na produção e interpretação dos discursos que são produzidos e circulam em sociedade, a ideologia exerce um papel bem relevante, tendo em vista que “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição

do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2009, p. 46). Dessa maneira, esse pensamento complementa-se com este, althusseriano: “Cada grupo dispõe da ideologia que convém ao papel que ele deve preencher na sociedade de classe (...)” (ALTHUSSER, 1985, p. 79).

Para Althusser (1985), os Aparelhos Ideológicos do Estado compreendem as instituições que se apresentam variadas e especializadas, que englobam: AIE religiosos; AIE político; AIE sindical; AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão); AIE cultural, etc. Eles são responsáveis por assujeitar o corpo do indivíduo às vontades da superestrutura. Em Foucault, vemos que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (2014, p. 134). Nesse sentido, vemos que a AD ressignifica a noção de ideologia dentro das relações de poder no meio social, e os sentidos são materializados pela linguagem produzida na relação do histórico com o simbólico.

Ademais, a linguagem e a história parecem transparentes, sem espessura e opacidade, pelo efeito da ideologia que produz evidências, “colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2009, p. 46). Assim, o sujeito se constitui pelo processo de interpelação/assujeitamento, mediante sua identificação com uma determinada ideologia. Esse assujeitamento se dá pela complexidade das formações ideológicas, que dão sentido e produzem os discursos que se encontram nas relações entre sujeitos mediados pela linguagem. Para Pêcheux (2009, p. 146): “[...] o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos o todo complexo das formações ideológicas”.

Ao descrever a existência material do sentido como dependente das formações ideológicas, Pêcheux (2009) enfatiza que as palavras, as expressões, as proposições etc. não têm sentido em si mesmas, pois, para significá-las, é necessário ir além da relação transparente com a literalidade. É preciso, para tanto, atentar para as posições ideológicas, que, dentro de um processo sócio-histórico, mantêm uma relação de jogo em que se produzem os sentidos. Dessa maneira, podemos colocar que as formações discursivas, que refletem posições ideológicas, são referências para analisarmos os efeitos de sentido produzidos na e pela linguagem.

1.3.2 Conceitos sobre: formação discursiva, memória e interdiscursos

Em Orlandi (2009, p. 43), encontramos que “As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações”. Entendemos, com isso, que elas se configuram e podem mudar de acordo com a posição ideológica que o sujeito assume na prática discursiva.

Indursky (2016) nos mostra que, quando o sujeito se identifica com uma dada formação discursiva, ele passa por um processo de identificação inconsciente e fortemente lacunar com os conhecimentos da memória discursiva. Dito isso, as FDs se constituem no espaço contraditório, heterogêneo e não estabilizado, podendo ser e outra hora não ser, fazendo-se novos arranjos sempre para atender à lógica das relações estabelecidas pelos sujeitos mediante a prática discursiva.

Segundo Pêcheux (2009, p. 147), “[...] os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. No caso das formações discursivas inscritas nas materialidades linguísticas da Revista Veja, percebemos, nas análises do capítulo três, que elas refletem a posição do sujeito-autor do discurso nas sequências discursivas (SDs) que trazem a temática política sobre o *impeachment*.

Ainda sobre a formação discursiva, podemos dizer que ela pode, por meio da transparência do sentido, mascarar a dependência do sujeito em relação às formações ideológicas. Estas, por sua vez, são constituídas de forma complexa, deixando implícito o fato de que elas acarretam consequências ao sujeito, uma vez que os submetem a uma relação de forças que subordina e influencia na formação discursiva do sujeito:

Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

Diante do que foi posto na afirmação de Pêcheux acima, podemos dizer que os interdiscursos têm um papel central na formulação do discurso do sujeito, pois ele comunica por meio de seus discursos a partir de sua realidade. Há uma relação do sujeito com o mundo meio que contraditória, na qual ele comunica através de um idealismo entre o real e o imaginário; além disso, o sujeito pensa ser livre e ao mesmo tempo é assujeitado a um discurso de um Grande Outro. Para Pêcheux:

Compreende-se, pois, que o idealismo não é, de início, uma posição epistemológica, mas, sobretudo, o funcionamento espontâneo da *forma-sujeito*, por meio do qual se dá como essência do real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito (2009, p. 150).

Sabendo da importância dos interdiscursos baseados na teoria de Pêcheux, podemos dizer que há duas formas de elementos que os constituem. A saber, temos: o “pré-construído” e as “articulações”, que são elementos que fazem parte da interpelação e da determinação do sujeito. Em Pêcheux, vemos algumas distinções entre eles:

[...] o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito* (2009, p. 151).

De acordo com o pensamento de Pêcheux, podemos dizer que os sujeitos incorporam esses elementos e, assim, passam a enunciar discursos por se identificarem com eles. Coexistem aí o efeito-sujeito e o efeito de intersubjetividade. É possível explicitar isso quando, nos discursos, vemos os sujeitos se utilizando dos seus próprios discursos ou dos de outrem para comunicar, e fazem isso a partir de um já dito. Recorrem, para tanto, à paráfrase e à reformulação. Tudo isso é feito na esteira de uma formação discursiva à qual o sujeito se encontra assujeitado, ainda que tenha a ilusão da autonomia. Notamos, diante disso, que, mesmo sem querer, é como se, no universo discursivo, existissem os sujeitos com s minúsculo subordinados a um Sujeito.

Segundo Teixeira (2005), Michel Pêcheux, por ter sido aluno de Althusser, amplia alguns conceitos althusserianos, trazendo-os para o estudo da linguagem, e, dentre eles, temos a ampliação do significado de “Sujeito (com S maiúsculo) – sujeito absoluto e universal”, que, na concepção pecheuxtiana, “pode ser identificado com o que Lacan designa como o Outro (com O maiúsculo)” (TEIXEIRA, 2005, p. 47). Além disso, podemos atestar em Pêcheux que:

[...] a marca do inconsciente como “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, que faz com que todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição “em total consciência e em total liberdade”, tome iniciativas pelas quais se torna “responsável” como autor de seus atos etc. [...] (2009, p. 159).

Percebemos, assim, que, no fio formador do discurso, o sujeito subtrai a ideia de que ele é constituído por determinações ideológicas de ordem histórica e social. No entanto, apesar de agir dessa maneira, se utiliza do pré-construído, o qual é representado pelos saberes já existentes.

A retomada do pré-construído, ou seja, dos saberes historicizados pela língua, acontece pela memória discursiva, pois a produção de todo e qualquer discurso não surge do nada. Sabemos que o indivíduo, ao nascer, é imerso na língua, a qual é constituída de uma estrutura capaz de materializar-se, ultrapassando nossos pensamentos por meio do discurso, e, ao praticarmos o ato de enunciação, o fazemos utilizando tanto a memória quanto o esquecimento.

Para Indursky ([1997]2013 *apud* INDURSKY, 2016, p. 41), “memória e esquecimento são indissociáveis de todo e qualquer discurso”. E é na teia contraditória do esquecer e do lembrar que se tece o discurso, haja vista que, de uma forma bem estranha, como explicar a importância do esquecimento como parte fundamental na produção do discurso, já que esquecer é apagar fatos em detrimento de outros, para materializarmos o que está a ser dito? Essa é uma questão complexa e ao mesmo tempo simples do ponto de vista da prática discursiva. Antes de recorrer a Pêcheux para explicar esse fenômeno tão inerente ao discurso, citemos Indursky (2016, p. 41), que afirma o seguinte: “é preciso esquecer que os sentidos preexistem para poder dizer”.

Pêcheux afirma que há a existência de dois tipos de esquecimentos que são muito importantes quando consideramos a produção e também a interpretação dos dizeres: o *esquecimento número 02* e o *esquecimento número 01*. A respeito do esquecimento nº 02, o teórico diz:

Concordamos em chamar *esquecimento nº2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada* (2009, p.161).

Sendo assim, o esquecimento nº 02 está ligado à forma como enunciamos os discursos por meio de processos parafrásticos e, portanto, vemos que não há uma forma única de transmitir o que pensamos por meio da linguagem. Além do mais, os dizeres que selecionamos, apesar de refletirem a nossa formação discursiva, se inscrevem também em outros lugares.

Para Pêcheux (1975), há uma espécie de conexão entre pensamento, linguagem e mundo, transparecendo a ideia ilusória de que o discurso que proferimos só pode ser materializado de forma x ao invés de outras tantas formas de dizer, e isso tem a ver com uma ilusão referencial, o que mostra que o esquecimento faz com que haja uma nova produção de dizeres.

O modo como o homem está na língua e na história é que dá “corpo” ao seu discurso: “Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas” (ORLANDI, 2009, p. 35).

Em relação ao esquecimento nº 01, Pêcheux o explicita por meio de “questões do inconsciente” originadas em Freud, afirmando a seguinte posição:

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão (2009, p. 162).

Com base na afirmação sobre os esquecimentos postulados por Pêcheux, constatamos que os dizeres ocultam outros não-ditos, os quais estão abertos a várias interpretações, porque o que o sujeito tem é a impressão da realidade de seu pensamento como sujeito falante.

A produção dos discursos emerge da relação do sujeito com a história no espaço social; portanto, nenhum sujeito é capaz de produzir o seu discurso do nada, visto que devemos levar em conta que a materialização das linguagens vem de um lugar inscrito na história por meio da *memória discursiva*, a qual pode ser entendida também como interdiscurso: “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2009, p. 33).

Em todo ato de linguagem, somos instados a pensar estabelecendo redes de sentidos em que, ao sabor da ideologia e do inconsciente, o indivíduo se inscreve na língua. Na AD, o sujeito é suscetível ao acaso da memória, ao esquecimento e ao equívoco. Então surge daí a necessidade da compreensão dada pela interpretação posta em Orlandi, que diz que:

[...] a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é “garantida” pela memória, sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da construção do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo) (2009, p. 47- 48).

Para Indursky (2016), a prática de retomada discursiva por meio da memória pode estabelecer, possivelmente, dois objetivos básicos: o primeiro pode ter a intenção de rememorar os sentidos, enquanto o segundo nasce da tentativa de resistir aos sentidos que sua identificação ideológica lhe mostra como explícitos e passar a interrogá-los à luz da interpretação, que, por sua vez, os remeterá à deriva, fazendo com que seja interrompida a continuidade da repetibilidade.

1.3.3 A paráfrase, a polissemia e a metáfora

Pensar discursivamente a linguagem implica aceitar que é difícil estabelecer fronteiras estritas entre o mesmo e o diferente no que tange aos enunciados que produzimos, a não ser que o sujeito tenha a “ilusão” de ser a origem e o fundador de seu discurso.

É importante observar que, quando o sujeito interage discursivamente no espaço social, ele transita entre discursos parafrásticos e discursos polissêmicos: “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2009, p. 36). Dessa maneira, pensar o sentido das palavras e dos enunciados requer aceitar que o já dito anteriormente em outras ocasiões e lugares é essencial na formulação de novos dizeres. A paráfrase, além disso, é um recurso que está relacionado à memória discursiva, atuando como um mecanismo de retomada de sentidos, e, ainda em Orlandi, atestamos que “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas” (2009, p. 32).

Já os processos polissêmicos instauram novos sentidos, ou seja, sentidos outros ao enunciar. Ao fazer referência à polissemia, Orlandi expõe a seguinte ideia: “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (2009, p. 36).

A polissemia é caracterizada como necessária para que haja a discursividade, pois instaura elementos que promovem a diversidade de interpretações no que diz respeito aos sentidos e à identificação das diferentes posições que o sujeito ocupa ao dizer algo, ao praticar a linguagem, tendo em vista que a teoria da AD é aberta a interpretações diversas. Em Orlandi, vemos que:

[...] a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte de linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer (2009, p. 38).

A paráfrase e a polissemia são articuladas pelo sujeito num jogo simbólico em que o político e o ideológico, numa relação de forças, definem o estabelecimento de sentidos e o que deve ou não ser dito numa conjuntura sócio-histórica.

Em face do exposto, as palavras e os discursos na AD não podem ser interpretados literalmente, uma vez que sofrem “deslocamentos” e tanto processos parafrásticos, polissêmicos e metafóricos são usados como recursos para a produção dos efeitos de sentidos.

Todo discurso se realiza nos meandros do mesmo e do diferente e tanto a polissemia quanto a paráfrase movimentam os sentidos, traçam um percurso e significam as ações de linguagem no espaço de interação.

Para Orlandi (2009), o real da língua é sujeito à falha, assim como o real da história está sujeito à ruptura, pois só assim há a transformação, o movimento dos sujeitos e dos sentidos. Segundo essa autora, a paráfrase possui relação intrínseca com a produtividade discursiva, por meio da criação de infinitas formas de enunciação da língua, ou seja, “o homem num retorno constante ao espaço dizível: produz a variedade do mesmo” (ORLANDI, 2009, p. 37). Em contrapartida, são instaurados, através da polissemia, sentidos novos, rupturas, isto é, a “simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico”, como afirma Orlandi (2009, p. 38). Portanto, nessa concepção, a polissemia simboliza o modo de fazer criativo quando realizamos, por meio dos discursos, os atos de linguagem.

Um fenômeno discursivo também muito utilizado na realização dos dizeres são as metáforas, visto que são usadas não num sentido retórico ou como figuras de linguagem, mas por meio de uma superposição que altera a ordem primeira de seu sentido, de modo que uma palavra ou uma ideia podem dizer ou significar outra. Nesse contexto, de acordo com Pêcheux (*apud* ORLANDI, 2009, p. 44), “[...] o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, parafrases, formação de sinônimos) das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório”.

As metáforas também ocupam um lugar essencial no fazer discursivo, pois elas têm o poder de ativar palavras e sentidos da memória discursiva, estabelecendo novas filiações de sentidos, e as materialidades linguísticas analisadas neste trabalho

utilizam tanto a metáfora quanto a polissemia e a paráfrase em seus discursos, fazendo-se presente o confronto do simbólico com o político.

Por se tratar de discursos provenientes da mídia jornalística, ao nos depararmos com as análises do capítulo 3, veremos que a linguagem é objetiva, mas, como é típico desse gênero discursivo, as suas matérias são bastante criativas no tocante aos percursos gerativos de sentido, daí seus enunciadores utilizarem com frequência processos parafrásticos e polissêmicos, assim como uma linguagem metafórica como estratégia discursiva que objetiva interpelar/assujeitar o sujeito leitor a uma dada ideologia, e é por isso que se fizeram necessárias essas breves considerações acerca desses mecanismos linguísticos que balizam os sentidos dos discursos do *corpus* em análise.

1.3.4 O sujeito discursivo

O sujeito da AD parte de uma concepção lacaniana que o considera como produto do processo discursivo, dando ênfase à questão do inconsciente, advinda da teoria psicanalítica. Segundo Brandão (2012), a psicanálise concebe o sujeito como um efeito de linguagem que se apresenta como um ser dividido, sendo que seu pensamento transita entre consciente e inconsciente.

É importante colocar aqui que a AD integra, além da teoria da psicanálise, a teoria do marxismo e do materialismo histórico, que contribuem para a formação do sujeito. Contudo, é necessário frisar que esses elementos tomados de empréstimo das outras áreas das ciências não devem ser interpretados ao pé da letra das suas áreas originais. Isso porque eles foram reconfigurados com a finalidade de explicar os fenômenos discursivos no campo da linguagem.

Dessa forma, a existência do sujeito na Análise do Discurso considera a questão do inconsciente, originada em Freud, mas revista por Lacan, quando se refere ao sujeito discursivo, como também ocorre no caso da ideologia Marxista que foi adaptada pelo pensamento de Althusser e serve de base para a determinação dos processos constitutivos do sujeito na AD.

Lacan dispõe conceitos para tratar do inconsciente de maneira estruturada, mas não o concebe dentro de um sistema fechado, haja vista que o coloca como fazendo morada no interior da linguagem, e esta sendo tomada pelo efeito do simbólico. Pêcheux, por sua vez, se apropria desses conhecimentos numa constante reelaboração da sua teoria e representa a linguagem como uma estrutura que é formada por um sistema aberto, sujeito a reformulações, indagações e incompletudes.

Apesar de ideologia e inconsciente apresentarem pontos que não se imbricam, essas duas vertentes se articulam mutuamente e exercem papéis importantes na AD, ainda que de forma paradoxal. Pode-se dizer que a ideologia é o terreno fértil para a realização do assujeitamento, ao passo que o inconsciente é a esteira de onde “brota” o desejo do sujeito.

Implicitamente, a concepção de sujeito vem da teoria de Freud, ainda que ele não trabalhe claramente esse conceito; já em Lacan, vemos um sujeito que se constitui a partir do efeito do significante, que se apresenta descentrado, e a base do sujeito se encontra na articulação do real, do simbólico e do imaginário. Lacan constrói uma noção de sujeito por meio da articulação entre os elementos inconsciente, linguagem e ideologia, chamando tal noção de nó barromeano. Isso vai explicar a interdependência entre eles, de modo que, se um se fizer ausente, comprometerá a constituição dos sentidos estabelecidos pelo sujeito que é colocado no meio desse nó que o determina.

De acordo com Orlandi (2009, p. 50), “A forma-sujeito histórica que corresponde à sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso”. Assim, na AD, a noção de sujeito é concebida também como um indivíduo que é incompleto, sujeito ao equívoco, à falha e à incompletude.

Já sabido que o sujeito emana da ideologia, as transformações sociais são elementos operantes para significar o sujeito no mundo, e, a despeito dessa afirmação, podemos dizer que, por um período na história das sociedades, o homem era subordinado ao poder da religião. De acordo com C. Haroche (*apud* ORLANDI, 2009, p. 51), existia, durante a Idade Média, uma forma-sujeito-religioso que imperava por uma subordinação clara do homem ao discurso religioso. Com isso, ele era dominado e subserviente.

Através de alguns poderes que são delegados ao sujeito, percebemos uma submissão menos visível, mais latente. Ele se torna um sujeito de direito onde se considera livre. Para Orlandi (2009), esse sujeito é fruto de uma formação social bem estruturada e que não segue os mesmos conceitos de uma identidade psicológica. Ele reflete as características da sociedade capitalista e as determinações do Estado. O sujeito é, portanto, determinado e ao mesmo tempo individualizado.

Marcados pelas suas experiências em busca de fatos que reclamam sentidos, esse sujeito age pela memória discursiva, que por vezes estabiliza, outras cristaliza e outras vezes desloca os sentidos. Esse sujeito se encontra em um constante vai-e-vem de discurso e sentidos em que a paráfrase e a polissemia são presenças constantes. Ao mesmo tempo em que ele retoma já ditos, seu discurso dá margem a novos sentidos que possuem infinitas possibilidades de interpretação. Isso nos faz pensar na incompletude da linguagem, dos sentidos e também dos sujeitos, observando que “A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente” (ORLANDI, 2009, p. 52).

Para Brandão (2012), o sujeito é concebido e representado pela forma histórica e produz seu discurso de um lugar situado no tempo. A sua forma histórica emana da relação com os interdiscursos que fazem surgir a historicidade. Dessa forma, o sujeito é ideológico porque se insere no espaço social e, através de sua linguagem, representa uma FD que transparece a ideologia em sua forma de pensar e dizer. Assim, ele não se apresenta em sua forma languageira de maneira homogênea: a dispersão e o discurso atravessado demonstram o caráter heterogêneo da linguagem que ele materializa.

1.4 Os sentidos do silêncio no modo de interpretar

Na análise de discurso, uma questão central para que se entenda o caráter simbólico da linguagem está no ato de interpretação, a qual “está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação” (ORLANDI, 2012, p. 11). Dessa maneira, pode-se dizer que o sujeito interpreta de diferentes modos, em virtude das diversas materialidades da linguagem e também porque,

quando interpretamos, denotamos um modo de pensar que é explicado por meio da nossa formação discursiva.

De acordo com Orlandi (2007), o silêncio é um elemento fundante, é ele quem constrói os sentidos e o sujeito da linguagem. A autora lhe atribui – ao silêncio – um valor positivo porque ele é um objeto de reflexão que proporciona a interpretação das materialidades discursivas. Pelo caráter fundador do silêncio se estabelecem relações de sentido entre o dizível e o indizível, por conta da incompletude da linguagem e seus sentidos sempre abertos a novas significações: “Nem um sujeito tão visível, nem um sentido tão certo, eis o que nos fica à mão quando aprofundamos a compreensão do modo de significar do silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 13).

A questão do silêncio torna-se muito pertinente neste trabalho, na medida em que o tema abordado pertence ao universo político discursivizado no ambiente da mídia, e, para enunciar nesse espaço, muitos discursos são silenciados: “As palavras são cheias de sentidos a não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas” (ORLANDI, 2007, p. 14). Vemos, portanto, que é no interior das formações discursivas que o silêncio sustenta todo dizer e não dizer; ele é responsável pelo mover dos sentidos.

O silêncio, com base em Orlandi (2007), tem uma dimensão política que pode operar como mecanismo de opressão/controle ou como forma de resistência no jogo das relações de poder. Trabalhar com as formas de silêncio nos discursos analisados neste trabalho torna-se pertinente porque elas são, nos entremeios dos discursos, muitas vezes relegadas a segundo plano ou até mesmo ignoradas, uma vez que “Há uma ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio, muito pronunciada nas sociedades contemporâneas” (ORLANDI, 2007, p. 35).

Diante das considerações expostas sobre o silêncio, procuramos interpretar, nos fios discursivos da materialidade linguística que compõem o *corpus* desta pesquisa, discursos silenciados ou apagados, pois “o silêncio não fala, ele significa” (ORLANDI, 2007, p. 42). Assim, baseados na teoria de Orlandi, procuramos trabalhar o silêncio fundante e a política do silêncio que permeiam os discursos aqui analisados. Nesse sentido, faz-se necessário dizer que o silêncio não significa ausência de palavras, muito pelo contrário, as palavras são carregadas de silêncio, como afirma a autora.

1.5 Discurso, mídia e poder: articulações e sentidos

Quando abordamos a produção de sentidos materializados pelos discursos numa sociedade, vemos que eles – os discursos – se apresentam sob formas diversas, inclusive nas veiculadas pelas tecnologias, a exemplo da mídia. Partindo da ideia de Gregolin (2003), podemos dizer que a mídia tem a responsabilidade de ser porta-voz dos processos discursivos que veiculam as informações por meio da “objetividade” e da “verdade” dos fatos para os seus espectadores e leitores.

Olhando numa perspectiva política, ao mostrar os fatos/acontecimentos, Gregolin (2003, p. 14) diz que: “Nesse papel de porta-voz, em que pode olhar o envolto e secreto e desvelá-lo, a mídia promete representar (interceder em favor de) uma dada coletividade e, ao mesmo tempo, confrontar-se com os agentes políticos”. Dessa forma, este capítulo norteará a nossa pesquisa, que traz em seu *corpus* uma temática política, a fim de interpretar os mecanismos de produção de sentido de que a Revista Veja lança mão para tratar do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

De antemão, vemos que no espaço midiático há uma disputa de forças que engloba a cultura de uma determinada sociedade e a relação de poder que emerge de uma perspectiva política. De acordo com Piovezani Filho (2003), política e mídia se relacionam desde a metade do século passado. Portanto, a politização da mídia não é um fato novo, o que vem a ser novidade é o fato de surgir uma nova maneira de tratar as informações/acontecimentos sob a égide da espetacularização.

Sabe-se que, com o advento do capitalismo, com as novas organizações do trabalho e com as novas formas de comunicação proporcionadas pelo avanço da tecnologia, os padrões e costumes que regem o convívio social ganharam novas configurações. Esses acontecimentos são refletidos na maneira de transmissão de informações, que, por sua vez, alteram formas de pensar e comportamentos das pessoas, as quais são moldadas por valores ideológicos que emergem do Estado.

“É na sociedade civil, compreendida como o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – mídia, escola, igreja, partidos, sindicatos, instituições culturais (museus, nomes de rua, etc.) – que se legitima (ou se contesta) a dominação”, como

afirma Coutinho (2008, p. 46). Pensando assim, percebe-se, no que concerne à disseminação da informação imposta pela mídia, que nesse espaço pode haver tanto a contestação, como forma de resistência, quanto a dominação, por intermédio de um certo discurso, como maneira exemplar de docilização dos corpos a um modo particular de pensar e agir. Isso vai depender do poder persuasivo do discurso, das condições históricas e sociais vigentes que se colocam em confronto contínuo com a capacidade de resistência a várias formas de doutrinação do pensamento.

No espaço social, político e pós-moderno, é comum um discurso midiático que visa a passar uma imagem sob a ótica de uma crítica hermenêutica que noticia informações de forma a representar os acontecimentos para mostrar a profunda verdade dos fatos que estão em questão. No entanto, essa vontade de se enveredar no âmago da transparência da informação, ou de atender a uma linha ideológica específica, faz com que o enunciador, no caso específico da escrita jornalística, recorra a estratégias que acabam produzindo a espetacularização dos acontecimentos.

Através de seus discursos, os meios de comunicação podem representar um fato discursivo/acontecimento de maneira espetacularizada, procurando, por meio de seus enunciados, persuadir o telespectador mediante inúmeras estratégias discursivas, das quais falaremos mais um pouco adiante. Há uma justaposição de ideias que movimenta os sentidos por meio de uma recorrência rotineira a uma lógica de sentidos originados pelo uso de jogos metafóricos. Isso acontece muito no discurso jornalístico, no qual é possível ver uma “cultura do espetáculo”. Há uma constante batalha discursiva que nos possibilita ver as relações da língua com a história, a ponto de resgatar, para a memória atual da sociedade, imagens, fatos e conhecimentos inscritos nos interdiscursos.

Diz Gregolin: “A aparente instantaneidade da mídia interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais, compondo o movimento da história presente, por meio da re-significação de sentidos enraizados no passado” (2003, p. 105). Decerto, há uma ordem natural dos discursos midiáticos que controla tudo o que vem a ser exteriorizado por meio dos dizeres, pois eles são direcionados para a cultura do espetáculo e para transformar mentes ao sabor de uma ideologia imposta por uma determinada formação discursiva.

Acompanhando o movimento do processo histórico e político das sociedades contemporâneas, podemos dizer que houve, com o passar dos anos, o que se chama de “politização da mídia”. Hoje, mais do que nunca, a mídia integra discursos políticos à sua prática discursiva ao reportar acontecimentos, e isso interfere no modo de pensar do leitor/telespectador, tendo em vista que os fatos são passíveis de inúmeras interpretações.

Para Gregolin (2003, p. 17), “Mobilizando diferentes maneiras de falar sobre um mesmo fato, a mídia provoca diversas interpretações e deixa ao leitor a tarefa de resguardar a coerência dessa fragmentaridade”. Mas a mídia, mesmo em sua “objetividade”, não deixa de seguir uma vertente que intenciona recrutar e moldar sujeitos às suas posições ideológicas. É necessário então que digamos que os discursos produzidos pela mídia trabalham para construir um “real” que se tece por meio de uma rede polissêmica de sentidos revelados pelos enunciados.

De modo a promover a movimentação discursiva e estabelecer o efeito do simbólico, o enunciadador lança mão de diversos artefatos linguístico-discursivos, a fim de impactar com as suas notícias. São utilizados jogos de palavras e alguns recursos linguísticos, como a ocorrência de ironias, oxímoros, antífrases, caricaturas, trocadilhos etc. As caricaturas são maneiras recorrentes de se estabelecer o conteúdo discursivo. Também se aplicam a utilização de enunciados no discurso direto, as citações confessionais, assim como outras estratégias. Isso tudo com o propósito de convencimento diante do que está sendo dito, com o objetivo de criar o efeito do real dos fatos. De acordo com Baczko (*apud* GREGOLIN, 2003, p. 97), “Funcionando como uma extensa rede de criação de símbolos que, por sua vez, alimentam o imaginário social, a mídia constitui verdadeiras *comunidades de imaginação* ou *comunidades de sentido*”.

Vale ressaltar que o efeito realístico dos fatos/acontecimentos narrativizados por publicações de revistas como as da Veja, por exemplo, se deu, nos últimos anos, em grande parte, graças ao acesso à mídia virtual, que, numa velocidade significativa, constituiu-se como uma ferramenta utilizada em larga escala pelos usuários que produzem ou reproduzem discursos para promover a interação, seja através de vídeos no Youtube, ou por meio de transmissões ao vivo em redes sociais, bem como a partir de outras formas de comunicação online.

No âmbito do jornalismo impresso ou virtual, a materialização dos discursos tem funções significativas no que concerne a escrever a história de um país e também em escala mundial. Percebemos, em sua prática discursiva, que os jornalistas, em sua posição de enunciadore, fazem da prática histórica a sua prática também. Para Barbosa (2003), essa responsabilidade de cunho historiográfico implica conferir ao discurso da mídia a característica de discurso histórico, bem como coloca os enunciadore, em uma posição e um lugar que comumente são dados aos historiadores, isso porque, quando o jornalismo impresso produz sentidos através de seu discurso, também faz história e representa os acontecimentos.

Para Barbosa, “No discurso jornalístico, o lugar midiático articula-se também com o saber e com o poder. O jornalista não pode falar como quiser, pois tem de se submeter a certas regras internas e externas da instituição midiática” (2003, p. 113). Obedecendo a um código de ética, a mídia, através de seu discurso, constrói a imagem dos fatos e dos sujeitos na história. Podemos relacionar essa questão também à construção de imagens de figuras públicas, a exemplo de agentes públicos. A depender da relação de forças entre a mídia, a elite e os detentore, do poder, pode haver diferentes configurações dos discursos. Diante disso, a mídia, em especial a aqui enfatizada, tem o poder de construir ou destruir a imagem de sujeitos ou de acontecimentos perante a opinião pública: “A mídia cria, portanto, mocinhos e bandidos, heróis e derrotados” (BARBOSA, 2003, p. 113).

Ao tratar do discurso midiático, vemos que, no que se refere ao jornalismo, há um processo de construção de sentidos em torno dos acontecimentos contados que nos permite entender que o trabalho é feito por etapas. De acordo com Dines, Vogt e Melo, “a prática midiática deve, em princípio, apurar os fatos, checar as fontes, considerar as versões conflitantes e contrapor opiniões divergentes; tomar uma distância tal que possa ter uma visão geral e, ao mesmo tempo profunda dos fatos” (*apud* BARBOSA, 2003, p. 113). Nesse contexto, deve haver tanto a isenção quanto a imparcialidade por parte do jornalista ao mostrar os acontecimentos.

É por meio da construção discursiva que o “real” da história se estabelece, fazendo sentido. Na concepção de Barbosa (2003), a materialização das informações e dos discursos é representada em forma de texto. No tocante ao jornalismo escrito, notamos que é comum, nas chamadas de jornais e nas capas das revistas, o destaque dado a certos temas que o enunciadore elege como mais interessantes e importantes.

Dessa maneira, através de frases impactantes, o leitor é atraído a ler a matéria por completo no interior desses materiais. Ainda segundo Barbosa, essa é uma estratégia de que os profissionais de jornalismo lançam mão para dar um certo tom de apuração total dos fatos em questão, uma vez que “[...] o jornalista deve operar com as restrições impostas pelas normas de editoração e pelos gêneros discursivos da prática midiática, os quais incidem sobre o conteúdo temático – o *que dizer* – e sobre a organização textual – como dizer” (2003, p. 113, grifo do autor).

O jornalista procura publicar na mídia, por meio de seu discurso, a “história imediata”. Ele produz a “história testemunho”, e esse seu interesse pela notícia faz com que ele recorra várias vezes ao mesmo fato para fornecer com presteza de detalhes os fatos que noticia, por isso o tempo adquire uma conotação importante e se torna um objeto para o jornalista.

Quando os discursos são postos na mídia em forma de textos, há uma linguagem que nos permite ver o encontro dos interdiscursos como forma de estabelecimento dos sentidos. Esse ponto nos faz lembrar da memória e dos esquecimentos tão bem definidos por Pêcheux. Muitas vezes o enunciador lança mão de fatos inscritos no passado com a intenção de contar fatos do presente que têm relevância histórico-social. Na visão de Ribeiro (2008, p. 188), “As memórias são reinterpretações, reconstruções, continuamente atualizadas e reconfiguradas a partir das necessidades e das demandas do presente”. Já em Barbosa vemos que:

A mídia não somente transforma o presente em acontecimento jornalístico, como também lhe confere o estatuto histórico. Desse modo, a sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída, no interior dos aparelhos de comunicação de massa, sob a tirania do acontecimento (2003, p. 116).

Diante da afirmação acima, é possível perceber que os meios de comunicação exercem influência no processo de construção do pensamento dos sujeitos. Além disso, a mídia torna-se uma espécie de arquivo que se diferencia do arquivo a que chamamos de memória. Nessa compreensão, esse arquivo de mídia serve para ativar e colocar em ação a memória discursiva.

A mídia reporta o acontecimento, e ele significa a depender das estratégias de discursos de que o enunciador lança mão. Como diz Barbosa (2003, p. 116), “[...] o

acontecimento é, antes de tudo, produto de uma montagem e de escolhas orientadas de imagem, que lhe garantem o efeito de acontecência a impressão do vivido mais próximo daqueles que o vivem”. Ou seja, os acontecimentos discursivos, dependendo de como são mostrados, adquirem a forma de espetáculos. Daí, surge a necessidade de indagar, muitas vezes, até que ponto a imparcialidade é o eixo norteador do discurso e até onde vai a imparcialidade da mídia, isso sem contar que pode haver relações de poder envolvidas politicamente na mídia. Ademais, não podemos esquecer que é no tempo presente que a história e os sentidos se fazem e se cristalizam.

É na mídia que se pode perceber o discurso em formas heterogêneas, uma vez que nela atuam vários agentes. Para tanto, os textos existem em suas diferentes formas: em linguagem verbal, não-verbal e também por meio de sons ou configurados por imagens fotográficas. Em relação ao uso de imagens como suporte discursivo, Pacheco afirma que:

Se a invenção da imprensa revolucionou a sociedade européia, disseminando conhecimento que possibilitou a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo, a fotografia mudou a forma como a notícia passou a ser transmitida pela redação e como passou a ser recebida pelo público, já que fotografia de imprensa procura transmitir a própria cena, o real literal, com a finalidade de convencer o leitorado da veracidade da sua informação (2008, p. 2-3).

Por isso, dizemos que a mídia não se satisfaz apenas transmitindo informações, pois, através da história, de forma instantânea ela produz cultura. O que podemos ver também é que o discurso da mídia se utiliza de imagens no processo de construção dos sentidos e de identidades culturais, por isso os dizeres são possíveis não somente por palavras, mas também por imagens, logo, segundo Barbosa (2003, p. 118), “O funcionamento da eficácia simbólica e semântica da imagem faz com que ela funcione como um operador da memória social, o que lhe possibilita, de uma certa maneira, agregar uma comunidade de olhares”. Podemos constatar, com isso, que, ao se colocar diante de uma revista, por exemplo, o que impacta e chama a atenção do leitor são muitas vezes as figuras imagéticas representativas dos fatos abordados naquele objeto simbólico.

Ainda de acordo com Pacheco no que se refere ao uso de imagens, tem-se que

Os objetos que aparecerão na fotografia são previamente selecionados pelo fotógrafo com a intenção de elaborar sua mensagem fotográfica, de modo a ser compreendida pelo público-alvo, mas não só a seleção do objeto, também como ele será fotografado (2008, p. 4).

São utilizadas, assim, técnicas de disposição das imagens que favorecem a formação de sentidos dos discursos. As imagens agem também como verdadeiros dispositivos que acionam a memória, trazendo acontecimentos do passado para o presente e dando novos sentidos ao que se está expondo através do discurso.

A imagem tem o poder da síntese e da objetividade. Uma história, um fato ou um acontecimento discursivo podem ser contados a partir, e tão somente, de uma imagem, ao mesmo tempo em que ela também corrobora para o processo de historicização dos discursos. Em Barbosa (2003), também vemos que as imagens têm o poder de apagar o caráter de anonimato dos protagonistas dos fatos postos em questão. Além disso, os jornalistas as usam como forma de flagrantes de situações e acontecimentos, o que faz com que os fatos contados possuam um tom de veracidade.

Para Barbosa (2003), quando o enunciador midiático faz uso de uma imagem que representa o que ele conta, ele cria o “efeito testemunha”, e a foto se transforma na prova contundente de que o fato aconteceu. Assim, por meio das lentes dos fotógrafos, são mostradas cenas com o antes e o durante dos acontecimentos. E, quando se produz texto dessa forma, “Essas imagens invocam a convergência entre imagem e o evento e entre o discurso jornalístico e o histórico” (BARBOSA, 2003, p. 121).

O enunciador midiático, ao dizer e produzir a historicização dos fatos, utiliza-se de uma práxis mimética que remonta a Aristóteles não somente no sentido de imitação, como mostra Benjamim, que diz que: “[...] essa atividade não se reduz a uma imitação. É, pelo contrário, uma mediação simbólica entre as coisas e os discursos” (*apud* BARBOSA, 2003, p. 122). Observamos, diante disso, que imagens são filiadas a uma rede de memória que dá a entender uma coletividade de pensamento, por isso há, constantemente, o deslocamento e a produção de novos sentidos.

Como já foi colocado aqui, a recorrência a fatos do passado ajuda a construir a história presente. Em Gregolin (2003), vemos que a produção de sentidos pela mídia

se dá por meio de um recorrente retorno de figuras através de elementos que representam o imaginário social e, também, por meio de narrativas que sobrevivem ao esquecimento, com a ativação da memória. Consequentemente, a circulação dessas figuras ajuda a construir a “história presente”.

No espaço midiático, há uma relação entre memória e imaginário que presentifica uma “ilusão” de identidade social. Já dissemos que, na AD, o discurso agrega e reflete as formações discursivas que provêm de uma dada formação ideológica, logo, podemos ver que discurso, memória e identidade são fatores que representam o sujeito como agente de produção da cultura e que é determinado por ela também.

Diante da grande circulação de sentidos presente na mídia, vemos que, como afirma Gregolin (2003), é um desafio entender como os saberes se relacionam na produção dos discursos, isso porque cada vez mais os sentidos são construídos por meio de conhecimentos efêmeros e inconstantes que fazem com que as informações cheguem aos enunciatários de forma espetacularizada, em que o que interessa para o produtor da informação muitas vezes é causar impacto e audiência diante de seu público.

Sabendo que um texto se tece pela presença de interdiscursos, Gregolin (2003) diz que eles são em sua totalidade inapreensíveis. Dessa maneira, é impossível tomar como totalidade a interpretação absoluta dos discursos. O sujeito não tem total controle de interpretação sobre os fatos, por isso mostra um só lado do “real” da história. Destarte, os fatos estão estruturados e dispostos de tal modo que se tem a ilusão de uma unidade de sentido. Ainda de acordo com Gregolin:

A criação dessa ilusão de “unidade” do sentido é um recurso discursivo que fica evidente nos textos da mídia. Como o próprio nome parece indicar, as *mídias* desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta (2003, p. 97, grifo do autor).

Sabemos que os sujeitos se inserem em práticas sociais e interagem com outros sujeitos, fazendo uso de diversos meios comunicativos. A mídia constrói um elo entre essas relações, pois, a partir do que é transmitido por ela, os sujeitos seguem

exemplos, padrões, modos de viver, comportamentos, assim como formas de pensamento, de tal modo que o indivíduo se encaixa no grupo que reflete seus valores ideológicos que são oriundos das formações discursivas. Com isso, ele cria um senso de coletividade no qual é parte também integrante desse coletivo. Nas considerações de Gregolin no que se refere a isso, temos que “O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, que se materializam em símbolos, alegorias, rituais e mitos” (2003, p. 97).

Vemos, então, que a mídia constrói o imaginário social no qual os sujeitos mantêm suas práticas discursivas, haja vista que nele são expressos valores e crenças incutidos pela ideologia. Por sua vez, os sujeitos são moldados por esse imaginário, e sua identidade é alicerçada em princípios que refletem a ideologia imposta por determinada cultura. Portanto, há um movimento constante de sentidos que faz com que o estado das coisas se preserve, ou então se modifique, dentro do espaço histórico-social.

De acordo com Baczko, “Funcionando como uma extensa rede de criação de símbolos que, por sua vez, alimentam o imaginário social, a mídia constitui verdadeiras *comunidades de imaginação* ou *comunidades de sentido*” (*apud* GREGOLIN, 2003, p. 97, grifo do autor). E, na concepção de Castoriadis (*apud* GREGOLIN, 2003), é no interior delas que os sujeitos tomam para si referências simbólicas que lhes possibilitam trocas com as instituições que são reconhecidas e refletem sentidos que são compartilhados pelas comunidades.

Gregolin (2003), ao enfatizar as relações de poder entre os sujeitos no espaço social, faz referência a Foucault, que defende a ideia de que há uma relação de poder e submissão em que os corpos passam por um processo de modelamento do comportamento para viver em sociedade de forma harmônica. Isso acontece por meio da disciplina a que é submetido o sujeito, numa espécie de adestramento em que suas atitudes e ações são docilizadas por um determinado discurso, numa verdadeira tecnologia do poder.

De acordo com Foucault (2014, p. 134), “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Transpondo esse pensamento para o campo de produção dos discursos da mídia, é conveniente destacar que nele há discursos estratégicos que levam o sujeito a se

reconhecer em práticas discursivas que promovem o assujeitamento. Notamos, com isso, que a mídia representa uma forma sofisticada de convencimento das pessoas às suas interpelações ideológicas. Há, portanto, nesse sistema, toda uma tecnologia disciplinar que molda os corpos e os torna submissos.

Em contrapartida, Gregolin (2003) mostra que a mídia não é somente um aparato ideológico de discursos que só dominam mentes e ditam comportamentos. Segundo essa estudiosa, a mídia também é um espaço em que o sujeito tem a oportunidade, por meio de posições em seu discurso, de resistir e ir de encontro aos discursos oficiais. Nas sociedades contemporâneas, existem fissuras que abrem espaços para o travamento de lutas sociais e ideológicas entre classes e poderes, e, a depender dessas lutas, pode haver rupturas e mudanças ou até mesmo a continuação da dominação.

Por fim, entendemos, de acordo com as considerações de Gregolin (2003, p. 104), que “As sociedades são sempre constantes construções de suas próprias referências: como as lutas pelo poder são lutas por fixação de significados, tem poder quem detém os canais de produção e circulação de informações”. Contudo, há, no percurso histórico, a possibilidade de os sujeitos resistirem, construindo, assim, identidades de lutas, mesmo em uma sociedade que pratica a disciplinarização constante dos corpos, servindo-se da mídia como recurso estratégico para a manutenção de uma ordem que define as regras de quem pode mais, numa constante luta de relações de poderes.

CAPÍTULO II – O MÉTODO EM ANÁLISE DO DISCURSO

Como já mostramos anteriormente, a AD concebe a linguagem como opaca, sujeita ao equívoco e à incompletude, fazendo-se necessário, para que o analista compreenda as questões de sentido trabalhadas em suas análises, lançar mão de um dispositivo teórico com base nas questões que ele, o analista, elegeu como fundamentais em seu *corpus*. Pelo fato de haver esse caráter interpretante da linguagem e por entender que os discursos que os sujeitos proferem se inscrevem em formações discursivas, o analista parte de uma abordagem discursiva sob uma perspectiva que valoriza os fatores ideologia e inconsciente.

Podemos dizer que o sujeito se inscreve na história por meio da língua. Dessa forma, é salutar perceber que o analista tem a necessidade de buscar, por meio da memória, as filiações históricas que representam os discursos dos sujeitos, a partir das relações sociais que eles estabelecem.

Assim, as relações de sentidos na Análise do Discurso não são compreendidas de forma literal, pois a linguagem clara, objetiva, tal como é apresentada pela superfície linguística de um texto, não é objeto de interesse do analista, mas isso não quer dizer que ele não se sirva do texto como suporte para as suas análises. Para Orlandi (2009), o analista não elimina a evidência mostrada pela matéria bruta que é o texto em si, mas procura tirar proveito dessa obviedade discursiva para compreender como se dá o processo de produção de sentidos.

Para o analista, é através da escuta discursiva que é possível descrever e interpretar os fatos postos na língua. Além do mais, é por meio da busca pelo equívoco, pela falha e pelos pontos de deriva que são inerentes à linguagem que se podem mostrar outros sentidos possíveis dos dizeres. Em Orlandi (2009, p. 60), podemos ver que “Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes”.

Diante dos fatos discursivos a serem analisados pelo analista, sua posição não é neutra. Porém, à luz de um dispositivo teórico, o analista deve mostrar uma posição deslocada, referendando sempre, nas análises do seu objeto simbólico, uma maneira científica de ver e trabalhar o discurso. Logo, a mediação teórica deve ser contínua,

trabalhando de forma alternada a descrição e a interpretação. Agindo assim, chega-se à identificação das formações discursivas, que, por sua vez, agregam princípios de ideologias. Vale dizer que, para a AD, não existe um sentido estanque em relação à interpretação da linguagem, isto é, não há verdades absolutas, assim, “A análise de Discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2009, p. 59).

Em relação ao conceito do que vem a ser leitor do discurso, a AD fez surgir uma nova representação. Diferentemente do sujeito leitor comum, o sujeito leitor é considerado um perspicaz, pois utiliza seu dispositivo de análise para enxergar além da literalidade da superfície linguística. A AD também concebe o sujeito como descentrado e analisa a linguagem pelo viés da metáfora, sujeita à falha e ao equívoco. Para Orlandi (2009, p. 61), “A construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir”.

Ao adentrarmos no modo como são construídos os processos de compreensão do discurso na AD, uma questão de tratamento particular é a forma como o analista constitui seu *corpus* para análise. Para ele, não interessa trabalhar o seu objeto de forma exaustiva de modo a encontrar uma única resposta para as suas questões. O objeto de análise, por isso mesmo, é considerado uma fonte inesgotável de pesquisa. Quanto a isso, Orlandi (2009, p. 62) diz que “Ele é inesgotável. Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro”.

Sabendo que cada analista tem um modo particular de explorar o seu objeto, vale ressaltar que o suporte teórico, assim como o recorte de seu *corpus*, vão depender da temática escolhida e dos objetivos que o pesquisador almeja alcançar. Para o analista, não interessam os aspectos formais da língua, haja vista que eles são elementos inerentes à língua. Para ele, o que interessa é fazer uma análise vertical acerca dos fatos da linguagem, então, diante disso, é possível perceber que a base semântica vai ser um aspecto fundamental, uma vez que é dela que emana os sentidos a serem interpretados.

No tocante ao método e aos procedimentos de análise pela busca desses efeitos de sentido, o analista tem em mente, de forma clara, a distinção entre texto e

discurso. De acordo com Orlandi (2009, p. 63), “O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte”. Dessa forma, quando o analista identifica as FDs presentes na materialidade da língua (texto), é que se torna possível perceber os discursos e trabalhar de fato o seu *corpus*. Portanto, “A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza” (ORLANDI, 2009, p. 64).

Diante das afirmações acima, percebemos que a AD não é uma disciplina que possui métodos de análises com o propósito de ser objetivo em relação ao estabelecimento de sentidos e à interpretação única. O analista procura ser o menos parcial e subjetivo possível ao trabalhar o seu objeto. Tanto é assim que a intervenção de um dispositivo teórico deve ser rigorosa e contínua, visto que sua capacidade de analista vai ser determinada por meio da seriedade e responsabilidade com que ele trata as questões postas em análise. Por isso, podemos constatar que não basta lançar mão de um *corpus* e de um dispositivo analítico-teórico. Antes de tudo, é preciso que o analista do discurso saiba o seu lugar de inscrição quanto a seu relacionamento com o seu objeto e em relação a si mesmo. Ademais, é preciso perspicácia para ser sensível às relações de sentidos que o discurso estabelece com a exterioridade.

Como vimos em Orlandi (2009), a linguagem na AD não se apresenta de modo transparente, mas sim opaco, então o analista não pode ter uma concepção tradicional sobre o que é um texto. Para o analista, o texto não é um amontoado de ideias pré-concebidas, da mesma forma que, em sua interpretação, não há sentido estanque, passível de uma única interpretação. O texto, no qual se encontram as FDs, apresenta-se como uma fonte inesgotável de interpretação, podendo ser feitas nele diversas leituras. Em face disso, tal objeto simbólico representa muito mais que um conjunto de enunciados explícitos: ele possui em sua materialidade uma forma linguístico-histórica na qual se pode descrever e compreender como funcionam os discursos. Estes, por sua vez, são ativados pela memória discursiva, de onde se pode ver uma dada ideologia, propensa a ser exteriorizada pelo inconsciente, com suas falhas, seus esquecimentos e com vários pontos de deriva.

Quanto ao método de análise de qualquer *corpus* em uma perspectiva relacionada à AD, o analista entra em contato primeiro com a superfície linguística do texto, de onde provêm os discursos, a fim de torná-lo um objeto discursivo:

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão da ‘realidade’ do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas (ORLANDI, 2009, p. 66).

O que podemos notar, com base na citação acima, é que, para fazer a de-superficialização², faz-se necessário “decompor” o texto em várias perspectivas propositalmente, de forma a entender como a materialidade linguística se constitui. É necessário, para tanto, reconhecer o sujeito do discurso, como ele se comunica, em quais circunstâncias estão inseridos os fatos da enunciação. Diante disso, percebemos, também, que é da relação estabelecida entre sintaxe e enunciação que podemos ver a posição em que o sujeito se inscreve e como o seu discurso demarca fronteiras e exterioriza sentidos emanados da ideologia.

As formações imaginárias que o analista cria em relação aos sujeitos que participam seja da constituição do texto, seja da atuação no processo interpretativo, ajudam o analista a compreender como o seu objeto de pesquisa (no caso, o discurso) se textualiza para poder significar. A partir dessas formações imaginárias, através de vestígios de ordem linguística, discursiva e ideológica, podemos compreender as relações de sentido e de forças que permitem à língua a propriedade de historicizar-se à medida que “[...] o analista encontra, no texto, as pistas dos gestos de interpretação, que se tecem na historicidade” (ORLANDI, 2009, p. 68).

A historicidade, enfocada por Orlandi (2009), é percebida quando olhamos a estrutura da linguagem – com seus modos de construção e circulação de ideias – que se reflete na maneira pela qual os dizeres são enunciados, permitindo ao analista atravessar a superfície linguística, após ter delimitado seu objeto e, assim, avançar no processo de análise discursiva.

Assim, ao fazer a análise da discursividade presente na língua, o analista utiliza-se de um dispositivo analítico que lhe permite fazer um deslocamento do

² De acordo com Orlandi (2009), a de-superficialização se refere ao primeiro tratamento dado pelo analista ao objeto discursivo, por meio de uma análise superficial do *corpus*. Esse processo consiste em fazer uma análise do que chamamos materialidade linguística, ou seja, o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc., mostrando-nos pistas de como o discurso que pesquisamos se textualiza.

sujeito, de-superficializa o seu material bruto (texto), fazendo aparecer um método de análise a partir da produção de recortes para compor o seu *corpus*. Diante dessa estratégia de trabalho, ele confronta seu objeto com memórias discursivas, visando a descobrir o modo de funcionamento pelo qual opera o discurso. Logo, o analista atua em diferentes superfícies linguísticas, mesmo que utilize um mesmo processo discursivo.

De acordo com Orlandi (2009, p. 68), “O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele”. Dessa maneira, para a AD, os discursos presentes nesse objeto de análise (texto) é como se fossem uma espécie de vestígio, em que a ideologia “fala” por meio das FDs. Baseados em Orlandi (2009), dizemos que o conceito de texto na AD, na verdade, vai além do modo pelo qual ele se configura em sua extensão. Podemos dizer isso porque uma simples letra, imagem, frase ou som podem ter a capacidade de significar e produzir sentidos dentro de uma contextualidade. Portanto, concluímos que “não é a extensão que delimita o que é um texto. Como dissemos, é o fato de, ao ser referido à discursividade, constituir uma unidade em relação à situação” (ORLANDI, 2009, p. 69).

Quando o analista usa o texto para as suas análises, podemos ver que é possível fazer uma distinção entre o que vem a ser sujeito e o que vem a ser autor. Nesse sentido, podemos ver a importância do sujeito em relação ao discurso: só há a materialidade deste porque o sujeito existe e é interpelado pela ideologia. É necessário entender, também, que só é possível a configuração de qualquer texto a partir da criação pelo autor. De acordo com Orlandi:

Assim como definimos o discurso como efeito de sentidos entre locutores [...], assim também consideramos o sujeito como resultando da interpelação do indivíduo pela ideologia, mas o autor, no entanto, é representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito (2009, p. 73).

Portanto, em face da afirmação acima, podemos dizer que, enquanto o discurso tem a função de promover a dispersão, a falha, o equívoco, a incompletude, diante do ato de interpretação, é o sujeito-autor que tem a missão de presentificar a ideia “imaginária” de unidade e completude que os discursos aparentam ter. Nas palavras

de Orlandi, “O autor é então considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência” (2009, p. 75).

Ainda para a mesma estudiosa, “O que nos interessa é o que o texto *organiza* em sua discursividade, em relação à ordem da língua e das coisas: a sua materialidade” (ORLANDI, 2012, p. 57). Vemos, a partir dessa afirmação, que o que interessa para o analista não são os dados, pois eles sofrem um deslocamento, produzindo o que chamamos de fato na perspectiva analítica da AD. Isso acontece porque os fatos têm o poder de conduzir a memória, instigando o sujeito a produzir e a interpretar a linguagem, logo é na memória que o sujeito e o sentido produzem a historicidade.

Mediante a concepção de que na AD o texto é discurso, percebemos que um texto representa FDs, mas ele se projeta para fora, para a exterioridade, e é interpretado em relação às diversas FDs que atravessam esse objeto simbólico, fato esse que corrobora para que haja a historicidade. Também podemos dizer que os sentidos e a relação simbólica preexistem no texto. Em Orlandi (2012, p. 61), vemos que “Quando se trata de discurso, não temos origem e não temos unidade definitiva. Um texto é uma peça de linguagem de um processo discursivo muito mais abrangente”.

2.1 Aspectos metodológicos em relação à análise do *corpus*

Propomos aqui um trabalho de análise com as edições 2474, 2446, 2455, 2456 e 2490 da Revista Veja, as quais recobrem o período da nossa pesquisa e são consideradas as mais emblemáticas para a interpretação do fato discursivo analisado – o *impeachment* –, isso porque os discursos delas representam uma linguagem que estabelece a cultura do espetáculo midiático e politizado, ao narrativizarem o prosseguimento do processo de *impeachment* junto ao senado federal até o seu desfecho final.

Consideramos que os enunciadores da revista procuraram legitimar seu modo de contar os fatos discursivos por meio de uma postura de denúncia das mazelas e

dos escândalos do universo político brasileiro, numa guerra discursiva, tendo como alvo específico o PT, e usaram como arma uma linguagem satírica, com jogos de palavras irônicos para compor a sua discursividade. Tais fatores também foram importantes na escolha do *corpus* analisado por causa dos efeitos de sentidos produzidos nos enunciatários.

Orlandi (2009) nos leva a entender que, em se tratando de pesquisas em análise do discurso, a escolha do *corpus* não segue pressupostos empíricos de ordem positivista, mas, sim, teórica. Portanto, o olhar do analista é imprescindível na seleção do material com o qual trabalhará. Em Orlandi (2015), também vemos que os gestos de interpretação fazem parte da atitude do analista e constituem elemento essencial, uma vez que eles intervêm “no real do sentido”, que é evidenciado no final das análises.

Em relação ao tratamento dado ao *corpus* em Orlandi (2009, p. 62), vemos que “Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos de horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável”. Dito dessa forma, e entendendo o discurso como aberto a inúmeras possibilidades interpretativas, são recortados e analisados os discursos que possibilitam dar respostas às questões propostas segundo os objetivos e critérios adotados pelo analista.

Partindo da ideia de que toda forma de texto se enquadra como elemento de Análise do Discurso, entendemos que as imagens, as cores e as SDs, tanto nas capas quanto no interior das revistas analisadas, constituem-se em materialidades linguísticas que produzem sentidos de notável relevância e, em face disso, não podem passar despercebidas pelo olhar do analista.

Portanto, mediante as várias estratégias discursivas empreendidas pela revista, mobilizamos, além dos conhecimentos preconizados pela Análise do Discurso de linha francesa, que é o arcabouço teórico principal deste trabalho, alguns conceitos da semiótica greimasiana focadas por Fiorin (2008) e Pietroforte (2015), com o intuito de ampliar os significados das análises e mostrar a relação semissimbólica produzida pelos discursos quando são articuladas várias formas de linguagem, como, por exemplo, a verbal e a não verbal, no processo de constituição dos sentidos discursivos em questão.

Vale frisar que os discursos são analisados não obedecendo a uma ordem cronológica de acontecimento dos fatos referentes ao *impeachment*, mas, sim, de forma a estabelecerem uma relação de sentidos que explicita como os processos discursivos vão construindo posições ideológicas que foram decisivas no que tange à interpelação a favor do acontecimento discursivo perante a população brasileira.

Como a AD trabalha utilizando a descrição e a interpretação, fazemos uma exposição dos recortes e, em seguida, focamos na interpretação que conduz ao processo de entendimento da organização de como os discursos significam, percebendo, de fato, como eles se estabelecem dentro dos contextos de produção. Nesse sentido, levamos em conta o lugar do sujeito do discurso, as formações discursivas atravessadas nele, bem como os elementos de cunho ideológico que favorecem a interpelação.

CAPÍTULO III – DAS MATERIALIDADES DISCURSIVAS EM ANÁLISE

Este capítulo foca na análise do *corpus*, que é composto por 5 edições da Revista Veja, como foi dito anteriormente, e tem como contexto histórico imediato o acontecimento do *impeachment* que ocorreu em 31 de agosto de 2016. As materialidades linguísticas aqui analisadas pertencem, portanto, ao domínio discursivo jornalístico.

O site *Poder360*, através da fonte do IVC (Instituto Verificador de Circulação), mostra que a Revista Veja, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017, atingiu a marca de 344.563 assinaturas digitais e 860.523 exemplares impressos, perfazendo um total de 1.205.086 exemplares por semana. Esses dados colocam a Veja como a mais lida no país, à frente de revistas como a *Época* e a *IstoÉ*. Tal fato foi um dado relevante para a constituição do *corpus* desta pesquisa, que trata de um acontecimento político gestado pela mídia desde o início de seu processo.

A Veja apresenta uma linguagem de retórica representativa de camadas sociais mais favorecidas e com um nível de escolaridade considerável. No entanto, ainda que represente uma minoria da camada social, essa revista consegue influenciar, por meio de seus discursos, outros leitores oriundos de camadas diferentes por conta do acesso à internet. Com isso, podemos perceber que o semanário constrói uma linguagem “espetacularizada”, e uma dada forma de discurso é responsável pela disseminação das informações em larga escala. Consequentemente, as estratégias discursivas para atrair a atenção do público-leitor fazem com que as notícias sejam reportadas de forma impactante, numa tentativa de interpelar o sujeito a uma determinada ideologia.

Vale salientar que o suporte teórico principal é a teoria da Análise do Discurso de linha francesa, que se compõe de elementos e categorias de análises indispensáveis à observação e interpretação de como os sentidos são construídos no interior dos discursos jornalísticos impressos, os quais, por sua vez, são objeto de análise no referido trabalho.

Ao longo dessa empreitada, serão utilizados recortes jornalísticos que melhor exemplifiquem e respondam aos objetivos propostos nesta pesquisa, sem levar em consideração uma ordem necessariamente cronológica de análises dos discursos.

Como está posto nos princípios metodológicos da Análise do Discurso, o analista utiliza de forma alternada o objeto simbólico constituído (que são os textos) e aplica a todo momento a teoria da AD, com a finalidade de embasar as constatações e conclusões das análises, a fim de responder às questões propostas por esta pesquisa, dando sentido, desse modo, à escolha do *corpus* em questão.

3.1 As condições de produção e o contexto histórico-social à época dos discursos sobre o *impeachment*

Segundo Oliveira e Chacon, em um artigo publicado no Blog da Boitempo, em 20/12/2013, os acontecimentos políticos têm nos mostrado, nos últimos dois séculos, que há, em muitos países do mundo, a predominância do Estado de Exceção, conceito esse que tem origem jurídica precisa e leva a um acontecimento social particular: a suspensão do Estado de Direito por meio do direito. Ainda de acordo com esses estudiosos, a exceção transforma-se em uma ferramenta de dominação. Diante disso, as sociedades de fato democráticas são um caso excepcional, uma vez que “fica claro que é um peso grande para o Estado, para as classes dominantes e para o capital financeiro” a democracia, pois ela é um entrave para “o trabalho da política capitalista” (LÖWY, 2016, p. 61).

Nos primeiros anos do século XXI, a maioria dos países da América Latina elegeram governantes de esquerda, tendo como lema o combate às políticas neoliberais de líderes anteriores. Apesar de os partidos de esquerda não combaterem de forma efetiva as estruturas básicas do sistema capitalista, as classes populares conseguiram avanços positivos e muito relevantes em vários países de esquerda, com a implantação de políticas econômicas que visavam a distribuir melhor a renda.

No entanto, na contemporaneidade, vários países do mundo têm seu sistema democrático ameaçado. O Brasil não foi o primeiro a sofrer um golpe que atingiu a sua democracia com a destituição de Dilma Vana Rousseff da presidência. Países como Honduras e Paraguai também tiveram seus políticos depostos, reduzindo-se a participação democrática e adotando-se medidas de exceção.

De acordo com Löwy (2016), a oligarquia tradicional tenta recuperar, no contexto latino-americano do século XXI, o poder através de vários tipos de golpe, apesar da resistência por meio da mobilização popular, a exemplo dos casos da Venezuela, da Bolívia e do Equador. Mas em Honduras, em 2009, o presidente Manuel Zelaya sofreu uma intervenção pseudo legal da Corte Suprema e caiu. Já no Paraguai, por sua vez, o presidente Lugo foi deposto, em 2012, pelo Senado.

Ainda de acordo com Löwy (2016), o combate aos governos de esquerda, apoiado pelo imperialismo americano, tem se intensificado, ganhando algumas vitórias substanciais por meio de várias estratégias. Na Argentina, por exemplo, a esquerda, liderada nos últimos anos pelo casal Kirchner (2003 a 2015), perdeu as eleições para Mauricio Macri, candidato de direita, a favor do imperialismo e do neoliberalismo. Já na Venezuela, a direita ganhou as eleições parlamentares, constituindo-se em uma ameaça ao sucessor de Chávez, Nicolás Maduro. Segundo Löwy (2016, p. 62), “No caso do Brasil, temos um golpe pseudolegal, supostamente dentro do Estado de direito, mas com uma restrição cada vez maior dos direitos”.

De acordo com Armando Boito Jr. (2016, p. 27), “Sob os governos do PT e desprezando as variações que ocorreram de um governo para o outro, podemos dizer que a política brasileira esteve dividida em dois campos”. De acordo com esse estudioso, esses campos envolviam a presença de várias classes sociais, e em cada um havia o controle de uma fração da burguesia. De um lado, havia uma frente política heterogênea, que agrupava a grande burguesia interna compreendida por empresas brasileiras dos vários ramos da economia; havia também a baixa classe média, formada pela classe operária, pelo campesinato e pelos trabalhadores da massa marginal.

Esse campo, liderado pelo PT, defendia o estímulo ao crescimento econômico, valorizando as empresas nacionais ao invés da política econômica internacional, sendo o defensor de um modelo neodesenvolvimentista e neonacionalista. Essa frente governamental privilegiou o estreitamento das relações econômicas com os países da América Latina, da África e da Ásia em contraposição com as políticas externas dos governos de Fernando Henrique Cardoso, as quais se alinhavam às políticas de mercado dos Estados Unidos.

Segundo Boito Jr. (2016), o outro campo político que existia era o neoliberal “puro” e “duro”, e seus líderes vinham de uma parte da burguesia brasileira ligada ao capital internacional e defendiam uma política econômica de abertura comercial ampla, sendo a favor da venda das estatais e servindo aos interesses econômicos dos Estados Unidos. Os partidos políticos principais que compunham esse lado eram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM). A classe média apoiava eleitoralmente os planos desse campo político, pois tinha em mente que as políticas sociais do PT ameaçavam a sua posição econômica e social. Além disso, uma parte das classes populares foi atraída pelos discursos da mídia a favor do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff à época das manifestações de 2013.

Os campos políticos citados acima estiveram bem definidos de 2003 a 2014. Entre os anos de 2006 a 2012, a política econômica do PT se desenvolveu, e o campo neoliberal ortodoxo manteve-se no combate. No entanto, em 2011, a crise internacional do capitalismo e os erros de gestão das políticas internas do Brasil provocaram o declínio do crescimento econômico do país.

Em 2013, uma parcela da burguesia conduzida pelo capital internacional deu início a um forte combate às políticas do governo Dilma. As forças sindicais na era PT ganharam direitos, mas estavam ainda insatisfeitas e lutavam por mais conquistas. A classe média baixa teve, durante os governos do PT, acesso à universidade por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni); as universidades foram contempladas com o Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais); também havia o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), que promoveu a formação de milhares de jovens no ensino superior.

Apesar das conquistas das classes populares, com a crise, o mercado brasileiro não conseguiu absorver o grande número de diplomados. Dessa forma, as pessoas que foram beneficiadas com as políticas de neodesenvolvimento voltaram-se contra o governo de Dilma e do PT, com a influência da mídia, aliando-se a outros grupos opositores, nas manifestações de 2013.

Na época em que foi instaurado o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, havia muitos discursos a favor e outros contra a condenação da então presidente. Ribeiro (2016, p. 2) discursiviza, em um artigo de opinião no site da Revista

Carta Capital, sobre o *impeachment*, alegando que “Estamos prestes a assistir uma presidenta eleita democraticamente ser afastada de forma ilegítima por um processo de impeachment sem base legal (...)”. Notamos, com isso, que a Carta Capital, diferentemente dos discursos produzidos pela Revista Veja, abre espaço para opiniões contrárias à condenação de Dilma. No entanto, a maior parte da mídia do Brasil manteve um discurso de concordância com o *impeachment*.

De acordo com Lopes (2016), as grandes mídias nacionais assumiram um protagonismo político decidido contra as políticas do PT. A imprensa nacional escrita, por meio de manchetes convocando manifestações contra o governo de Dilma, aliada aos vazamentos de investigações em articulação com a Lava Jato³ e à produção de artigos, de entrevistas e de pesquisas, enfraqueciam cada vez mais a opinião da população brasileira sobre o então governo.

Lopes (2016) mostra que, na era Dilma, a grande mídia do Brasil empreendeu uma “briga” forte até mesmo com a imprensa internacional na narrativa do “golpe institucional” contra a presidente. Enquanto a maior parte da mídia nacional dizia que o *impeachment* era um processo constitucional, outros meios de comunicação internacional narravam o contrário, como aponta Lopes:

Dois editoriais consecutivos do *The New York Times* desmontaram todo o edifício discursivo do império midiático brasileiro. No primeiro, em 15 de maio, o mais relevante jornal do planeta afirmou que Dilma caiu por “permitir” as investigações contra a corrupção. O segundo, em 6 de junho, intitulado “Brasil, medalha de ouro em corrupção” foi um ataque direto ao governo golpista: “As nomeações [de Temer] reforçaram as suspeitas de que o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff no mês passado, por acusações de maquiar ilegalmente as contas do governo, teve uma segunda intenção: afastar a investigação[de corrupção]”. Para o NYT, os sucessivos escândalos no recém-empossado ministério forçaram “Temer a prometer, na semana passada, que o Executivo não interferirá nas investigações na Petrobrás, nas quais estão envolvidos mais de quarenta políticos. Considerando os homens de quem Temer se cercou, a promessa soa oca” (2016, p. 122).

Como podemos notar, para a imprensa internacional, o *impeachment* de Dilma soava como um ataque ao regime democrático do Brasil. A essas acusações, a grande mídia brasileira oscilou entre o silêncio e a indignação, dizendo que a imprensa do

³ De acordo com informações do site Poder – Folha de São Paulo, em 14/11/2014, a expressão Lava Jato é uma operação que teve início em março de 2014 e investiga um grande esquema de lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do país e políticos.

exterior era desinformada acerca dos verdadeiros escândalos políticos e a verdadeira situação do país.

3.2 Análises discursivas da construção do sentido *pró-impeachment* no dispositivo midiático Veja

a) 1ª análise

A Edição Especial da Veja, número 2474, de 21 de abril de 2016, inicia o seu processo de geração de sentido a partir da capa, que traz imagens que reforçam o sentido do prosseguimento do *impeachment* junto ao Senado Federal. A seguir, são analisados alguns elementos semânticos e imagéticos que ajudam a construir o percurso linguístico do enunciador (a Revista Veja), antes mesmo de prosseguirmos as sequências discursivas no interior dos textos produzidos pela revista. Nesse caso, observemos:

Figura 01 – Edição Extra Veja: Impeachment.



Fonte: Revista Veja, edição 2474.

O enunciador dá um tom de brasilidade ao fato de o processo de *impeachment* seguir adiante e, para isso, parte de um nível concreto, como a utilização do símbolo da bandeira (a sua imagem estampada), seguida da articulação gestual de uma jovem, objetivando passar a mensagem de que ela é a representação da juventude que luta por um Brasil “melhor”. No entanto, a *Veja* deixa escapar um discurso que reforça estereótipos, pois quem aparece na figura 01 não representa a maioria da população jovem do Brasil, por ser uma pessoa de classe média, de cor branca e cabelos lisos. Além disso, o enunciador tenta passar para o leitor, com a sequência discursiva “Isabella Marquezini, 13 anos, na segunda manifestação popular de sua vida”, que o *impeachment* de Dilma Rousseff é um apelo de caráter popular.

Para uma compreensão mais abrangente da mensagem que a imagem 01 transmite, recorreremos a alguns conceitos da semiótica discursiva de Algirdas Julien Greimas, usados por Pietroforte (2015) – que desenvolve pesquisas nesse campo –, e, baseados nesse estudioso, consideramos que a capa da revista constitui-se como um texto que articula uma forma de conteúdo a uma forma de expressão, promovendo, assim, uma significação proporcionada tanto pelos gestos mostrados no rosto da jovem quanto pelas SDs estampadas na capa. Nesse contexto, podemos ver uma semiótica plástica, de cores e desenhos, articulada à semiótica verbal, dando-se ênfase ao placar do prosseguimento do *impeachment*, e todos esses artifícios discursivos materializam a alegria em relação a esse acontecimento.

Por meio de signos, o porta-voz da revista desenvolve seu discurso demarcando os elementos utilizados para desempenhar a função comunicativa, e tais elementos se tecem através de um jogo discursivo desenvolvido por um feixe de relações de sentidos que vão além de uma analogia superficial e objetiva. Assim, podemos dizer que “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 60). Desse modo, além do óbvio, isto é, da descrição de instauração do processo de *impeachment*, pretende-se mostrar também o enorme contentamento do “povo brasileiro” com o fato narrativizado.

A expressão facial da jovem Isabella é sinônimo de alegria, de vitória. Para dar mais exatidão e sentido às informações narradas, também é informado na capa um dizer referente a um tempo (domingo, 17 de abril de 2016) e a um espaço onde os fatos contados acontecem (Avenida Paulista). Essa forma de enunciação é proposta por Fiorin (2008, p. 56-57), que, na perspectiva da semiótica greimasiana, atesta que “A enunciação é a instância que povoa o enunciado de pessoas, de tempos e espaços”. Daí a importância de dizermos que tanto o tempo quanto as pessoas e o espaço promovem a narratividade dos fatos, além de tanto a linguagem verbal como a não verbal induzirem o leitor a ter interesse pelo conteúdo da edição.

Em letras garrafais escritas em branco na parte inferior da revista, está inscrita a frase “*Impeachment*” e o placar: “SIM 367x146 NÃO”. Esse artifício de uso de dados, com expressão em números, também faz surgir um nível de análise mais abstrato, trazido implicitamente, que é a questão da democracia, pressupondo-se que o poder do voto é soberano, ou seja, vence quem/a proposta que tem a maioria.

Um outro sentido observado na figura 01 diz respeito à intertextualização que o semanário faz do momento vivido pelo país, com o movimento de protesto chamado *Os caras-pintadas*, o qual foi protagonizado por jovens brasileiros em 1992, quando ocorreu o *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

Em um plano de relação de sentidos que preexiste antes mesmo do dizer, as formações discursivas desempenham um papel essencial. Fazendo uso das ideias de Orlandi (2009), dizemos que o sujeito enunciadador organiza seu discurso através do “mecanismo de antecipação”, colocando-se no lugar do interlocutor, haja vista que o sujeito diz e já calcula os efeitos de sentido no enunciatário. Para Foucault (2016, p. 63), “As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos [...]”. Portanto, é possível considerar que o sujeito da Revista Veja fala a partir do lugar de jornalista.

Vemos em Melo que “[...] o jornal fornecerá, para o leitor que exige respeito, informações precisas de fatos que o interessam. O *sujeito*, consumidor de informações, é identificado, assim, pela negação do *sujeito desinformado* e *alienado*” (2004, p. 31, grifo do autor). Dito isso, perceberemos que o discurso jornalístico atende a uma clientela que almeja a informação como bem de consumo. Ainda de acordo

com Melo (2004), a característica do texto jornalístico é de cunho noticioso, sendo suas marcas a objetividade, a neutralidade e a clareza nas informações.

O que se percebe é que não há linguagem totalmente neutra no jornalismo e, por mais que o sujeito enunciatador procure seguir normas de estilo e redação advindas dos manuais, ele também imprime em seu fazer discursivo marcas ideológicas provenientes das formações discursivas do meio em que está inserido e, através do uso do mecanismo da persuasão, faz do texto o seu objeto específico de interpelação.

Enfim, passemos à análise do interior da revista, a qual está organizada em três seções. Na primeira, temos a inscrição em caixa alta, em cor preta, da SD “COMO É”. Na imagem, é retratada a figura de Dilma durante o processo do *impeachment*.

Figura 02 - Dilma: derrotada e próxima do adeus.



Fonte: Revista Veja, edição 2474.

Assim como na figura 01, baseamo-nos em Pietroforte (2015), que segue a teoria greimasiana ao considerar o texto em uma perspectiva semiótica discursiva, e fazemos alusão às definições de “plano de expressão” e “plano de conteúdo” para tratar do percurso gerativo do sentido da figura 02 da página 5 que compõe o texto. No que diz respeito a essa questão, a semiótica plástica da fotografia referente à figura analisada, por meio da disposição de imagem e das cores (linguagem não verbal), e o uso de SDs (linguagem verbal), na lateral direita, em forma vertical, produzem significações, pois, em ambas as formas de linguagem, temos um plano de expressão e um plano de conteúdo que marcam os significados no que concerne à discursivização de uma futura transição de governo e da provável ascensão de Michel Temer (PMDB) à presidência da República.

Podemos ver que o preenchimento cromático da fotografia tem um efeito de contraste proporcionado pelas cores azul, marrom claro e marrom escuro, provocando certos efeitos de sentidos: assim, a cor fria azul (cor do céu), a qual é pano de fundo da imagem, deixa proeminente a inferioridade da figura pública de Dilma Rousseff quando o seu rosto está parcialmente visível na parte inferior da imagem, iluminada por um tom marrom, denotando uma expressão fisionômica abatida, sendo que esse efeito é acentuado pelos contornos em marrom escuro dos seus olhos e sobrancelhas, visando a iluminar o seu rosto para chamar a atenção do leitor da revista, pois, segundo a Veja, Dilma se esconde.

Com os planos de conteúdo e de expressão manifestados na SD **“DILMA: derrotada e próxima do adeus”**, localizada na parte superior, do lado esquerdo da página, o enunciador da Veja objetiva induzir o leitor a acreditar que Dilma “colhe os frutos” que plantou diante da sua forma de governar. É possível notar que a foto está disposta de modo a levar também o enunciatário a achar que Dilma se esconde, mostrando só uma parte de seu rosto, talvez por vergonha ou medo. Nesse sentido, a Revista Veja já a caracteriza como uma perdedora, na iminência de dar seu adeus à presidência, imprimindo do lado direito da fotografia sequências discursivas que reforçam a ideia de transição de governo.

É preciso ressaltar que as imagens utilizadas pela edição extra da Veja são várias e constituem suportes e artifícios característicos da construção de manchetes jornalísticas. Davallon (2015), tecendo considerações acerca da utilidade das imagens na construção do discurso, afirma que elas funcionam como um operador de memória

social no espaço cultural no qual estamos inseridos. Dessa forma, nesta análise, optamos pela escolha das mais representativas. Vejamos a próxima imagem na sequência.

Figura 03 – O Brasil venceu.



Fonte: Revista Veja, edição 2474.

Nas páginas 2 e 3, o enunciador da Veja, por meio do efeito de sentido da imagem, aposta na aceitação do *impeachment* por parte da população como prova de união de forças da sociedade brasileira, reforçando esse discurso com a SD “O BRASIL VENCEU”. Para Gregolin, “O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, que se materializam em símbolos, alegorias, rituais e mitos. Através dessas textualizações, erigem-se visões de mundo, modelam condutas e estilos de vida” (2003, p. 97).

A análise da imagem da figura 03 nos mostra que a Veja objetiva passar a ideia de que agora, com o prosseguimento do *impeachment*, o Brasil torna-se vitorioso. No coração de São Paulo, a Avenida Paulista lotada, comandada pelo símbolo do Pato amarelo, que encabeça a luta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o semanário usa a movimentação popular, ocorrida no dia da votação sobre a continuação do *impeachment* de Dilma, para discursar de forma espetacularizada.

Em letras garrafais e de cor amarela, a SD “O BRASIL VENCEU” também estabelece um discurso que tenta representar um anseio coletivo. O *eu enunciador*

utiliza um elemento semântico eufórico⁴ que coloca o prosseguimento do *impeachment* como um acontecimento de valor positivo para a nação brasileira. Há, nesse contexto, uma relação de interação entre a linguagem verbal e a não-verbal, o que produz sentidos.

Nas páginas 6 e 7, o pano de fundo é a cor amarela, dando um tom de brasilidade ao sentido discursivo apresentado na sequência discursiva inscrita nas páginas. Observemos a imagem:

Figura 04 – Veja só vê um lado. O lado do Brasil.



Fonte: Revista Veja, edição 2474.

Propositalmente, o enunciador relaciona a cor verde em que está escrito o nome da revista com a frase “O lado do Brasil”. Toda a sequência discursiva inscrita nas páginas 6 e 7 adquire sentido por meio da antífrase. É preciso notar, sobretudo, que o enunciado se inscreve com a afirmação de que a “Veja só vê um lado”. No entanto, na segunda parte da SD, logo vemos a frase “O lado do Brasil” e se concretiza a enunciação, explicando de que lado a revista está, numa tentativa de demonstrar que ela não toma partido de A ou de B quando o assunto é o bem comum de uma nação. Segundo a revista, ela mostra e denuncia fatos, doa a quem doer.

⁴ De acordo com Fiorin (2008, p. 23), cada um dos elementos da categoria semântica de base de um texto recebe a qualificação semântica /euforia/ versus /disforia/. O termo a que foi aplicada a marca /euforia/ é considerado um valor positivo; aquele a que foi dada a qualificação /disforia/ é visto como um valor negativo.

Apesar de a revista em questão se autodeclarar imparcial, do lado da verdade e do povo, ela faz, em sua maneira de discursivizar sobre o *impeachment* de Dilma, uso regular da intertextualização com a cor amarela, que representa o Pato da Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo), federação essa composta por importantes industriais que promoveram as manifestações pelo *impeachment* de Dilma visando a interesses empresariais. Então, podemos compreender que a expressão O BRASIL VENCEU, estampada em amarelo, não representa os interesses dos vários segmentos de trabalhadores da sociedade brasileira e que a Veja produz um discurso contraditório, ideologicamente marcado e sem neutralidade.

Ainda na página 7, Veja se autointitula como verdadeiros “olhos do Brasil”, em que nada se passa na história do país sem que ela não mostre a verdade dos fatos. Isso é constatado com o trecho escrito na parte inferior lateral que diz: “Mais do que contar os fatos, VEJA participa da história do país. E traz tudo para você. Neste importante momento, não podemos nos calar. É preciso falar mais alto e mostrar de que lado estamos”. Diante disso, Veja “se considera” a porta-voz da informação, assim como a porta-voz dos anseios de um povo. E, por meio do excerto citado, a revista em questão tenta sensibilizar o leitor aos seus apelos ideológicos.

Ao dar continuidade às análises dessa edição, vemos que o enunciador utiliza enunciados no discurso direto, com citações confessionais, para dar credibilidade e fazer com que o leitor seja sensível aos seus apelos discursivos. As falas que seguem usam o mecanismo da *debreagem*⁵, em que podemos ver, no momento da enunciação, um “eu” que fala, estabelecendo um tempo (agora), e, pelo conjunto do texto, no contexto, há um espaço implícito (aqui – Câmara dos Deputados), onde acontece a sessão de votação sobre o *impeachment*, e podemos exemplificar isso com as seguintes passagens que seguem:

Com lágrimas nos olhos, ele disse: “Quanta honra o destino me reservou de poder da minha voz sair o grito de esperança de milhões de brasileiros” (p. 9). E em seguida temos: “Por isso eu digo ao Brasil sim ao futuro”. E para dar um tom de exatidão às falas, o narrador insere a informação: “Passavam sete minutos das 11

⁵ Em uma perspectiva semiótica discursiva greimasiana, Fiorin (2008, p. 58) se refere ao termo *debreagem* como o mecanismo em que se projeta no enunciado quer as pessoas (eu/tu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação, quer a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (alhures) do enunciado.

horas da noite". Estas passagens foram transcritas pelo enunciador, de modo a contar com riqueza de detalhes como se deu o último voto (o 342º), do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que foi favorável à abertura do *impeachment*. É como se o enunciador construísse uma espécie de simulacro fidedigno para mostrar o real da história dos fatos ocorridos naquele 17 de abril de 2016.

Mais do que dizer que "só vê um lado. O lado do Brasil", Veja faz questão de expressar com seu discurso que é a porta-voz da "vontade" de "milhões de brasileiros". No entanto, pela forma como os fatos são contados, com sucessivas ocorrências de momentos de euforia, a revista se coloca numa posição de parcialidade e subjetividade, uma vez que as expressões utilizadas pelo *eu enunciador* demonstram um profundo prazer em informar que havia sido dada a continuidade no processo de *impeachment*. Notamos, com isso, que, mesmo usando artifícios semânticos discursivos que sugerem que o *impeachment* é um anseio coletivo, é possível observar, nos enunciados que seguem, que há uma forte subjetividade no modo de narrar os acontecimentos por parte do semanário:

"Passavam sete minutos das 11 horas da noite. O plenário da Câmara explodiu em comemoração, deputados cantavam." (p.09)

"Pelas ruas das principais capitais brasileiras, ouviram-se fogos de artifício e buzinações." (p. 10)

"Na Avenida Atlântica, a multidão acompanhou a votação em três telões instalados na orla do Rio de Janeiro." (p. 10)

"Em Brasília, 79.000 pessoas posicionaram-se em frente ao Congresso, separadas pela polícia por uma barreira erguida para evitar pancadaria. A maioria, 53.000, defendia o impeachment."(p. 10)

As expressões "explodiu em comemoração", "ouviram-se fogos de artifícios", "a multidão acompanhou a votação" e "a maioria, 53.000, defendia o impeachment" caracterizam-se como um conjunto de orações que representam uma conjunção em relação à destituição de Dilma do poder através do *impeachment* e como uma disjunção em relação à manutenção da então presidente no cargo. Há aí uma "sintaxe" e uma "semântica do discurso" que convergem para a geração de sentidos de aceitação positiva do *impeachment*, o que está, de fato, materializado no texto.

Por meio das ocorrências discursivas, os fatos são colocados diante do enunciatário/leitor de uma maneira espetacularizada. Investe-se, nesse contexto, na tentativa de projetar a ideia de que a maioria dos brasileiros seria favorável ao *impeachment* de Dilma Rousseff.

Em seguida, serão analisados alguns trechos das páginas 10, 11, 12 e 13, em que o enunciador da Veja evidencia a condição de produção que embasa o seu discurso e, ao mesmo tempo, nos possibilita ver o contexto sócio-histórico e uma posição ideológica favorável ao *impeachment* por parte dele. Leiamos o trecho que segue:

“As verdadeiras democracias são aquelas em que a lei não sucumbe aos interesses dos poderosos. Lula e Dilma Rousseff acreditavam que subverteriam essa lógica. Acreditavam que a imprensa livre e os órgãos de investigação jamais descobririam que eles se mantiveram no poder fraudando eleições, subornando políticos e corrompendo partidos por meio de uma gigantesca estrutura de corrupção montada dentro do aparelho estatal.” (p. 10-11)

Essa passagem deixa claro que as circunstâncias de produção do discurso nos remetem a contextos específicos como o período de vigência dos governos de Lula, e agora o da presidente Dilma, eleita pelo regime democrático; remetem ainda a um contexto em que também a imprensa e a justiça atuam para, segundo a porta-voz do povo (a Veja), fazer valer as leis, as punições. Os dizeres do eu enunciador partem do interdiscurso, interpelam o leitor a pensar no sentido de democracia, e há uma lógica que leva a entender que subjaz ao poder das instituições que investigam os fatos. Para Orlandi (2009, p. 32), “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, sua relação com os sujeitos e com a ideologia”.

Nos discursos dos trechos que seguem, o enunciador sustenta seu dizer marcado por fatos históricos inscritos na memória, os quais possivelmente serão ativados no público leitor para interpelá-lo às suas formulações discursivas a respeito do assunto *impeachment*. Isso é feito também com o propósito de dar continuidade à discursivização do texto e, conseqüentemente, manter a sua posição ideológica. Vejamos:

“Duas décadas depois de votarem o impeachment de Fernando Collor de Mello, os deputados aceitaram a denúncia contra Dilma [...]” (p.11).

Nessa SD, o sujeito enunciador procura resgatar, por meio da memória, fatos do passado, com o objetivo de significar historicamente os sentidos postos. Para Achard, essa estratégia não seria possível apenas por meio da memorização de um passado, visto que “[...] o passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos” (ACHARD, 2015, p. 14). Posta essa ideia, o fato da aceitação da denúncia contra Dilma permite reenquadrar o sentido do acontecimento do *impeachment* à atual realidade, e, dessa forma, a memória serve para dar o pontapé para uma nova discursividade em relação a esse assunto.

Na SD “A esmagadora maioria das excelências evocou de tudo um pouco para justificar seu posicionamento, da ‘paz em Jerusalém’ aos ‘corretores de seguro’, passando pela ‘família’, pelos ‘meus netos’” (p. 11), vemos que há jogos de sentidos que se inscrevem e perpassam os enunciados, dando uma ideia de desejo coletivo no que concerne ao prosseguimento do processo de *impeachment*. Além disso, o eu enunciador que reporta os fatos o faz a partir do uso da ironia e da crítica, pois, pela enunciação, deixa claro que o *impeachment* de Dilma tornou-se uma questão pessoal para “A esmagadora maioria das excelências”.

Consideramos que a discursividade da SD da página 11 foi estabelecida por meio dos interdiscursos quando o enunciador acionou certas questões de caráter emotivo e os apelos emocionais. Como exemplo disso, vemos que o enunciador utilizou um léxico referente à família, aos netos e à paz como referência a valores. Nessa SD, de acordo com Davallon (2015), os interdiscursos evocados criam uma imagem simbólica dos dizeres que são determinantes no processo de criação de uma memória societal, condizente com a nossa época e com o nosso modelo de sociedade. Ainda segundo o mesmo estudioso, dessa relação discursiva haveria uma ligação com o que ele chama de “memória interna” – aquela instaurada nos membros do grupo –, e a “memória externa” – aquela dos objetos culturais.

Observando as possibilidades de produção de sentidos que o enunciador utiliza no processo de discursivização dos enunciados na Veja, atentemos para a próxima SD: “A esquerda, e nisso a culpa não é exclusivamente do PT, não encontrou uma

resposta para a sua crise desde o sumiço do comunismo soviético. Ou do socialismo real, como diziam os próprios comunistas. Ou o do comunismo histórico, como chamava o pensador italiano Norberto Bobbio” (p. 13). Mais uma vez, o semanário utiliza-se de fatos do passado que repercutem sentidos no presente e afetam a história e a sociedade. Dessa forma:

[...] lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. Há a necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social (DAVALLON, 2015, p. 23).

Segundo Foucault, “Quando se descreve a formação dos objetos de um discurso, tenta-se identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva e não se determina uma organização léxica nem as escansões de um campo semântico [...]” (2016, p. 58). Assim, por meio da utilização de um conjunto de enunciados dispersos, o sujeito enunciador demonstra uma regularidade pela qual evidencia uma dispersão, a fim de criar o seu objeto discursivo.

Ainda conforme o mesmo autor, os discursos são concebidos como práticas que formam de maneira sistemática os objetos de que falam, sendo, por isso, “um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (FOUCAULT, 2016, p. 66). Assim, o enunciador proporciona efeitos de sentidos quando explicita nas SDs em análise elementos que tentam validar seus argumentos ao produzir a narratividade sobre a continuação do processo de *impeachment* nos trechos transcritos até aqui.

Por meio da antífrase, do uso de uma linguagem irônica, a figura de Dilma Rousseff é associada a um campo semântico que representa como argumento de base elementos que possuem uma qualificação semântica com uma carga negativa (disfórica). Quando, nas passagens do texto, mencionam-se o PT e suas possíveis desvirtudes, tem-se o objetivo de relacioná-las à Dilma. Observemos isso na SD a seguir:

“Como guardião implacável da virtude alheia, o PT perdeu o rumo quando caiu a máscara de sua própria desvirtude.” (p. 12)

Se atentarmos bem para esse exemplo, o enunciador desconstrói uma imagem positiva do PT, fazendo uso da antífrase ao materializar o ato da enunciação. Notamos, pelo enunciado, que o referido partido nunca foi virtuoso, na concepção do enunciador. Isso é colocado a partir do uso dos verbos *perder* e *cair*, utilizados no tempo pretérito, agora reforçando o estado atual de “ser” de um partido político. Esse discurso é produzido exclusivamente para dar impulso à desconstrução da imagem de Dilma, ligando-a a escândalos políticos e reforçando o sentido de destituí-la do poder através do *impeachment*. Ademais, é possível notar que todos os escândalos que são imputados ao PT funcionam como um mecanismo de disjunção que corrobora para o desgaste da figura pública de Dilma.

Utilizando a teoria da semiótica greimasiana, através dos estudos de Fiorin, vemos que “[...] a imagem do enunciatário a quem o discurso se dirige constitui uma das coerções discursivas a que obedece o enunciador: não é a mesma coisa produzir um texto para um especialista numa dada disciplina ou para um leigo” (2008, p. 56), dessa forma, partindo desse pressuposto, podemos dizer que o enunciador da Veja enquadra o seu discurso a uma linha ideológica advinda de uma formação discursiva política. A partir disso, e referendando a ideia de Foucault, podemos dizer também, ainda com esse autor, que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2016, p. 47).

Entendemos que o enunciador destina o seu discurso a uma classe social, procurando atender, sobretudo, ao interesse empresarial midiático da sua empresa. Seus discursos são sedutores, pois são regulados por um certo parâmetro burguês, elitista. Todavia, intenciona-se também cooptar mentes de todas as classes sociais, demonstrando uma espécie de persuasão discursiva que objetiva manter uma determinada classe de pessoas no poder, considerando, também, que seu discurso distingue classes sociais. Em demonstração dos argumentos expostos aqui, prestemos atenção a um excerto extraído da edição em análise. Vejamos:

Nos treze anos em que esteve no poder, o PT achou que Bolsa Família era igual a Estado de bem-estar social. Confundiu nível de renda com classe social, confundiu oprimido com assalariado, confundiu doutrina com dogma, confundiu público com partidário, militante com servidor, atividade partidária com expediente comercial – e, sobretudo, confundiu a “ética na política” que defendia com tanto entusiasmo com uma roubalheira tão estruturada que chamou a atenção até dos velhos propineiros da política brasileira (VEJA, 2016, p. 13).

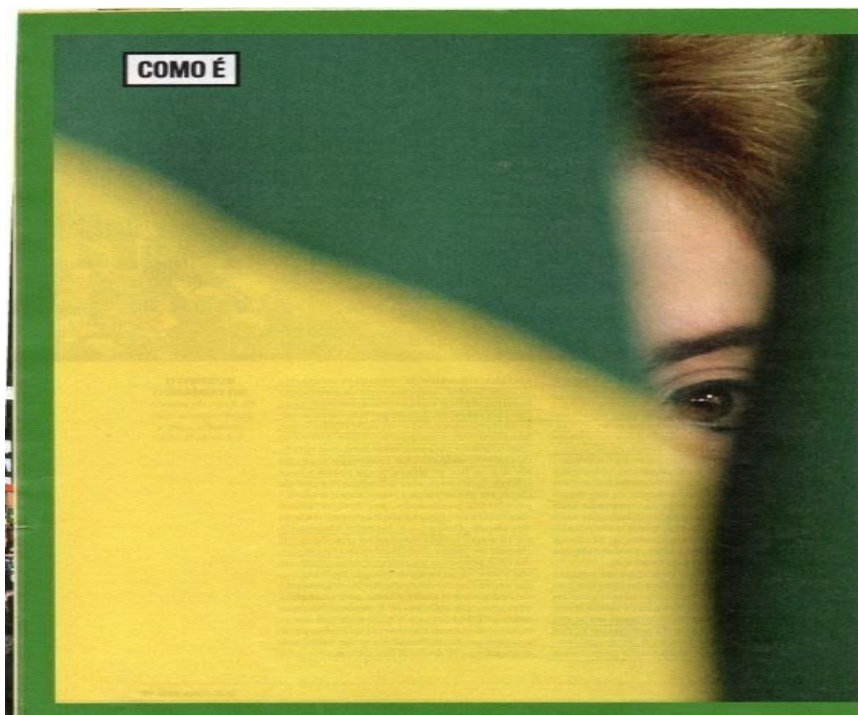
Notemos, logo de passagem, que o partido de Dilma (PT), na linguagem do enunciador da Veja, é um verdadeiro fracasso. Os sentidos dados a esse discurso só podem ser interpretados pelo conjunto da obra, uma vez que eles se estruturam por oposições de base semântica que inscrevem as atitudes do PT em uma relação negativa no que diz respeito a fazer política com competência.

Numa estrutura que usa uma linguagem irônica, é feita uma crítica através da citação da SD da página 13 ao Bolsa Família, numa tentativa de desqualificar esse programa social. Critica-se também a elevação do nível de renda da classe trabalhadora, e é dito de maneira mascarada que o proletariado não tem “classe”, mesmo que consiga aumentar o seu poder aquisitivo. E isso é feito de maneira implícita, bem articulada, de forma a não demonstrar qualquer tipo de violência linguística.

Ainda com relação à sequência discursiva da página 13, percebemos que o discurso da Veja prossegue em suas investidas de separar o cidadão da política e de mostrar o lado ruim de fazer política pelo governo petista, com a oposição semântica de palavras como: oprimido X assalariado; doutrina X dogma; público X partidário; militante X servidor; e, por fim, com as palavras ética X roubalheira, no setor da política. O enunciador utiliza os verbos em 3ª pessoa do singular, no tempo pretérito, a fim de se manter distanciado de todas as atitudes praticadas pelo partido aqui citado, haja vista que o falante não se identifica com o que “ele” (o PT) fez.

Como já foi dito, a mídia jornalística utiliza-se de diversos artifícios para a produção de sentidos em seus discursos, e um dos mais utilizados nas materialidades analisadas aqui é o uso de imagens que ajudam a significar o que está sendo dito. Para Davallon (2015, p.26), “ [...] aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação; esta não lhe é transmitida ou entregue toda pronta”. Dessa forma, passemos à análise das páginas 14 e 15.

Figura 05 – Como é.



Fonte: Revista Veja, edição 2474.

De início, observemos a figura da ex-presidente, que se esconde sob o manto da bandeira do Brasil. Na parte superior da mesma página, encontra-se a inscrição da SD “Como é”, numa espécie de relato sobre a vida de Dilma Rousseff, após continuação do processo de *impeachment*. A figura 05 faz uma intertextualização com a figura 02, que descreve o estado em que Dilma se encontra: sem nenhuma credibilidade, envergonhada e se escondendo da sociedade, há uma gradação no sumiço da figura de Dilma.

Na página 15, há um texto intitulado “Dilma cai no limbo”. O título da matéria está escrito em caixa alta e em cor preta. É possível notar que o substantivo *limbo* é utilizado aí para exprimir que a então presidente se encontra em um estado de indefinição em relação a seu futuro político, à espera do julgamento.

Ademais, o sujeito do discurso dessa matéria cita o *impeachment* do ex-presidente Collor, a fim de naturalizar o sentido do *impeachment* e diz, nas entrelinhas do texto, que o processo está trilhando o caminho rigoroso. Vejamos a SD abaixo:

“POUCO MAIS DE 48 HORAS depois do impeachment, Fernando Collor de Mello deixou de exercer a Presidência da República. [...] Com Dilma Rousseff, será diferente [...]” (p.15)

A SD começa com uma expressão escrita em letras maiúsculas e visa a mostrar que a corte suprema está lidando com total obediência aos trâmites legais.

Posteriormente, há a descrição do estado em que se encontra Dilma ao aguardar uma posição do Senado em relação ao afastamento ou não dela da presidência. Vejamos:

“Na cadeira, mas sem poder, Dilma será mais que um ‘pato manco’, como os americanos chamam os presidentes em fim de mandato. Será uma presidente zumbi, alijada das decisões sobre o país que há tempos já não governa.” (p.15)

Através do campo semântico utilizado pelo enunciador da Veja, podemos ver que o título da matéria tem tudo a ver com o estado em que se encontra a presidente agora: jogada para escanteio, completamente abandonada à própria sorte, em um verdadeiro limbo.

A imagem de Dilma na SD da página 15 é construída de forma negativa perante o país e, pelo uso da metáfora, ela é comparada à figura de um pato manco que nada pode fazer pelo país. Um verdadeiro Zumbi que está a vagar, afastada e excluída das decisões em relação ao país. Dessa forma, de acordo com o dicionário Aurélio, podemos dizer que, numa linguagem coloquial, Dilma foi jogada no limbo, lugar que serve para abrigar “coisas” inúteis, uma vez que ela nada significaria mais para o país. E, por fim, a SD “Dilma Rousseff: ainda no Palácio, agora sem poder” (p. 15) demonstra uma certa ansiedade do eu enunciador em vê-la destituída completamente do poder. Passemos à análise de outros trechos:

“Dilma Rousseff é hoje mais impopular do que era Collor quando caiu.” (p.16)

Nessa SD, por meio de uma comparação, acionam-se interdiscursos que falam de acontecimentos históricos do passado para significar acontecimentos presentes e dar a entender que o povo não suporta mais o governo de Dilma. No entanto, ela ainda se mantém no poder, fato muito diferente do que aconteceu com o governo de Collor, que foi imediatamente deposto. Em seguida, o enunciador é claro em dizer que a subida de Dilma ao poder se deve à imagem do ex-presidente Lula e elenca alguns

fatos que fizeram com que Dilma nos primeiros dois anos conseguisse um índice elevado de aprovação. Vejamos as SDs que mostram isso:

1ª – “Isso explica, em grande parte, pelo fato de ter assumido impulsionada pela popularidade recorde de seu antecessor, o ex-presidente Lula.” (p.16)

2ª – “Em seis meses, mandou embora sete ministros por suspeita de corrupção, no alucinante ritmo de uma cabeça a cada 26 dias.” (p. 16)

3ª – “No exterior, seu sucesso não era menor. Em 2011 e 2012, Dilma figurou na lista das personalidades mais influentes do mundo da revista Time.” (p. 16-17)

4ª – “Em agosto de 2012, foi capa da Forbes, em edição dedicada às mulheres mais poderosas do planeta.” (p. 17)

Posteriormente, apesar de elencar diversos fatos que põem em destaque a figura política de Dilma, Veja começa a descrever a então presidente como uma pessoa arrogante e autoritária perante o eleitorado em geral e o público-leitor.

De acordo com Brandão (2012, p. 82), “Estratégias discursivas como: a interrogação retórica, a reformulação tendenciosa e o uso manipulatório da ambiguidade” são recursos utilizados no discurso que geram efeitos de sentidos, até mesmo os não ditos na prática discursiva significam. Segue, para análise, uma SD representativa da polissemia, da ambiguidade: “Dilma sabia mais que todo mundo” (p.17). Podemos inferir dessa SD várias possibilidades de interpretação, como esta: o enunciador poderia estar afirmando que Dilma era quem dava as “cartas”, ditava as normas e, ao mesmo tempo, procurava esconder a real situação econômica do país. Fazendo uma outra conjectura, a SD também poderia estar afirmando que Dilma se colocava sempre como a detentora do conhecimento, sem governar em conjunto e demonstrava uma postura arrogante.

Observemos a próxima SD:

“Ao mesmo tempo em que desprezava o Congresso, forçou a queda de juro e travou queda de braço com os empresários [...]” (p. 17)

Essa SD foi utilizada pelo semanário para demonstrar ao leitor a arrogância de Dilma. O campo semântico usado insere as atitudes da presidente em um espaço autoritário. Os verbos no pretérito – *sabia*, *desprezava*, *forçou* e *travou* – levam o leitor a pensar que Dilma governava de forma antidemocrática e impositiva, e, no conjunto,

todas as formas verbais representam uma carga semântica de caráter disfórico em relação à figura política de Dilma.

Com o título “A ERA DA MENTIRA” (p. 18), escrito em caixa alta e em cor preta, e na sequência discursiva “Na campanha de 2014, sob o comando do hoje notório João Santana, o céu do Brasil era azul. Os que viam nuvens escuras na economia eram ‘pessimildos’”, vemos que, a partir de um efeito metafórico de sentido, a Veja descreve de forma negativa a imagem de Dilma e associa seu governo aos escândalos de corrupção da Lavo Jato, citando o seu partido, o PT, como responsável pelo saque à Petrobras e acrescentando, ainda, que a então presidente era à época presidente do conselho administrativo da estatal, ministra de Minas e Energia e titular da Casa Civil.

A Veja tem a intenção de fazer o leitor crer na desonestidade de Dilma e a retrata como uma pessoa mentirosa. Nesse caso, metaforicamente falando, o céu azul ao qual reporta o enunciador remete a um Brasil em que tudo parecia bem economicamente, sem mostrar as nuvens escuras no cenário econômico ocultado pelo governo durante a campanha presidencial de 2014. E ainda acrescenta que quem ousasse mostrar a escuridão pela qual passava o país era considerado um “pessimildo”. Segundo o jornal Folha de São Paulo, Pessimildo é um personagem ranzinza que ironizava aqueles que criticavam o governo do PT. Assim, Pessimildo era o retrato de pessoas que não acreditavam em um futuro melhor e viviam relembando a vida sofrida de muitos brasileiros à época dos 8 anos do governo FHC.

Como sinal iminente da derrocada de Dilma, o semanário coloca as manifestações populares de frente, para dar sustentação a seus argumentos. Podemos ver isso na SD “Dilma nem sequer conseguia mais ser ouvida. A cada vez que ameaçava um pronunciamento, uma sucessão de panelaços eclodia no país” (p.19). Os panelaços seriam a metáfora dos apelos da massa social contra o governo Dilma, isto é, contra o dismantelo econômico em seu governo. O enunciador também alude à queda da imagem da presidente à sua arrogância. E, encerrando a matéria, em um tom irônico, o semanário produz o seguinte discurso: “Dilma Rousseff ascendeu ao poder em 2010 pela graça de uma só pessoa, o ex-presidente Lula, [...]. Mas sua queda é uma obra pela qual ninguém mais do que ela pode responder” (p. 19).

Passemos à análise de mais uma seção da edição, intitulada “COMO FOI”, na página 40, que traz a descrição da manifestação popular que ocorreu no dia 17 de abril de 2016.

O título “BRAVA GENTE BRASILEIRA” está escrito em letras garrafais, de cor preta, e faz uma intertextualização com um verso do refrão do Hino da Independência do Brasil: “Brava gente brasileira!”. Esse artifício discursivo usado pela Veja conclama os brasileiros a lutarem, num sentimento de nacionalismo por uma nova “independência” do Brasil, no sentido de livrar o país das garras de um governo inoperante, o qual não faz o Brasil progredir.

Em seguida, tem-se o subtítulo: “Ao tomarem conta das ruas em diferentes momentos da história, as grandes manifestações populares tiveram papel decisivo na mudança de rumo da política nacional” (p. 40). Para Piovezani Filho (2003, p. 59), a revista, da forma como enuncia os acontecimentos, “[...] inscreve-se num lugar de enunciação próprio daquele que fala para e em nome dos outros (do ‘povo’) que, por seu turno, no campo político, não podem falar por si mesmos”. Mais uma vez, a revista apela por meio do discurso de que o *impeachment* é a vontade do povo. E a interdiscursividade do excerto se dá pela lembrança de manifestações populares brasileiras no passado.

Para Gregolin, “Os trajetos de sentidos materializam-se nos textos que circulam em uma sociedade, criando interdiscursos cuja totalidade é inapreensível. A coerência visível em cada texto particular é efeito da construção discursiva [...]” (2003, p. 96-97). O enunciador cita manifestações populares no passado para fazer alusão a diversos acontecimentos históricos de cunho político, com a intenção de mobilizar ações sociais em prol de mudanças no campo político presente e, nesse sentido, “As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 2009, p. 80).

Por meio dos interdiscursos, que trazem o sentido do movimento pelas diretas já, em 1984, e o do *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, o enunciador produz a discursividade através da estrutura e do acontecimento. Veja então tenta significar o *impeachment* de Dilma baseando-se em ideais de democracia, inscritos na história, deixando transparecer que a massa popular é protagonista desse acontecimento.

Na página 22, o semanário traz uma seção intitulada com a SD “COMO SERÁ” localizada na parte superior do lado esquerdo da página, e a figura do vice-presidente Michel Temer, de cabeça erguida, altivo, caracterizado como um verdadeiro líder político. Vejamos a imagem abaixo:

Figura 06 – Como será.



Fonte: Revista Veja, edição 2474.

A Revista Veja, nessa seção, trata a imagem de Michel Temer (página 22) de maneira totalmente oposta à imagem de Dilma, sendo possível notar explicitamente uma estratégia de *marketing* em relação à figura pública de Michel Temer. Por isso, a inscrição na página 23, da SD “A HORA E AVEZ DO VICE”, mostra uma figura política com uma conotação social positiva, completamente capaz de comandar o Brasil.

O plano de expressão manifestado na fotografia refere-se ao plano de conteúdo da mensagem que se pretende veicular ao leitor através de um sistema de significação verbal e não verbal (PIETROFORTE, 2015), e, dessa forma, com a disposição da imagem de Michel Temer no centro, em meio ao azul do céu, confere todo um ambiente propício ao seu futuro governo. A claridade de sua camisa branca dá um

tom de luminosidade e pureza, transparecendo sobriedade e atitude firme para comandar o Brasil. Sem contar que há uma substituição da figura de Dilma por Temer, o que pode ser visto até mesmo pela utilização das cores que aparecem nas imagens, proporcionando certos efeitos de sentido: enquanto Dilma é engolida por elas (as cores), Michel Temer se sobressai e ao mesmo tempo se harmoniza com elas. Com isso, Veja tenta abafar qualquer rumor de eleições diretas para escolher o novo presidente da República e aposta na figura do vice-presidente.

Para finalizar a seção COMO SERÁ, o enunciador investe na imagem de padrão de beleza e refinamento feminino, expondo, na página 28, um artigo que se intitula “BELA, RECATADA E ‘DO LAR’”, referindo-se à esposa do vice-presidente Michel Temer. Pressupõe-se, diante disso, que ela é um exemplo de mulher a ser seguido, diferentemente de Dilma Rousseff, que se mostra uma mulher fracassada como presidente da República. Esse discurso deixa transparecer um caráter misógino e sugere que o lugar da mulher é em casa, cuidando dos filhos, do lar e da beleza física, tudo exclusivamente em prol do marido.

b) 2ª análise

É no âmbito do espaço interacional, em que os sujeitos precisam estar informados dos acontecimentos que os cercam e, ao mesmo tempo, exercer a expressão do pensamento, que podemos ver a existência da máquina midiática que produz discursos, e os sujeitos configuram-se como agentes da linguagem, colocando-se em relação uns aos outros. Destarte, a mídia torna-se um campo de representação simbólica da linguagem. Em Bourdieu, podemos atestar que:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. Essa função exercida pela informação enquanto instrumento de acesso ao conhecimento do mundo, que contribui para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força (*apud* COSTA, 2016, p. 114).

Sendo assim, ao se pensar na relação de forças entre classes sociais e posições ideológicas, é que são analisados os sentidos da segunda edição da Veja. Tendo como princípio que os discursos são estratégias de alienação ou de transformação das relações na batalha da reprodução ideológica, passemos à análise, em primeira instância, da capa da revista.

Figura 07 – Ela passou a faixa.



Fonte: Revista Veja, edição 2446.

Ao atentarmos para a capa da revista, percebemos que a plasticidade da fotografia articula tanto a linguagem verbal quanto a não verbal, com o objetivo de produzir um percurso gerativo de sentido posto pelos planos de expressão e de conteúdo encontrados nas duas formas de linguagem. Assim, as formas e os tamanhos dados à figura de Lula e de Dilma se articulam com a mensagem do conteúdo linguístico que o enunciador transmite ao leitor da revista.

Em relação às representações imagéticas de Lula e Dilma, podemos afirmar, segundo uma perspectiva semiótica, que “Sobre o tamanho das coisas pesam conotações sociais [...]” (PIETROFORTE, 2015, p. 128). Esse detalhe se torna pertinente na análise dos sentidos, pois a representação social da figura de Lula na

capa tem um sentido disfórico pelo que representa a imagem do boneco gigante Pixuleco – um constructo extremamente negativo da figura política de Lula, o qual é caracterizado como um presidiário – em meio aos escândalos de corrupção focados na mídia. A imagem de Dilma, minimizada, também representa a sua pequenez diante de Lula (que dita as normas ao governo dela), segundo a Veja, e a relação entre a imagem e o conteúdo na capa do semanário não é, portanto, arbitrária, mas sim motivada pela intenção de desmoralizar a então presidente Dilma diante da sociedade.

Além disso, “Do ponto de vista simbólico, a observação da imagem possibilita o desenvolvimento de uma atividade de produção de significação” (BARBOSA, 2003, p. 118). Isso quer dizer que, quando a Veja, situando-se no universo político, coloca elementos que têm uma carga de sentido disfórica em relação ao governo Dilma, o enunciador objetiva fazer uma crítica ferrenha não só a ela, mas também ao PT.

A SD “Ela passou a faixa”, do lado direito da imagem, e a posição de Dilma em relação à de Lula, inscrevem-se numa relação de sentidos que dá a entender que Dilma renuncia à presidência. Podemos ver isso através da SD “Dilma entrega o núcleo do governo a Lula, os grandes ministérios ao PMDB e se enfraquece ainda mais”, escrita do lado direito da capa. O que se pode notar é que há uma intertextualização discursiva com a SD “Na cadeira, mas sem poder [...]” (p.15, da edição 2474, já referida anteriormente). Diante desse contexto, essa estratégia de dizer do enunciador ratifica a incompetência da então presidente Dilma em comandar o Brasil.

As SDs, juntamente com as imagens, intencionam mostrar que Dilma não governa mais, visto que, “Do ponto de vista do aspecto semântico, existe uma espécie de integração entre a materialidade e o sentido” (BARBOSA, 2003, p. 118). E aos poucos, por meio das marcas discursivas, temos pistas de que a melhor solução para Dilma seria a sua renúncia. É a partir dessas pistas engendradas no interior do texto que podemos perceber que o sentido do *impeachment* de Dilma começa a ser construído no espaço do *mass media* em função da interpelação às posições ideológicas da revista.

O que se percebe é que essa edição, datada de 07 de outubro de 2015, muito antes de ser instaurado o processo de *impeachment*, possui aspectos semântico-discursivos que dialogam com a edição extra 2474, de 21 de abril de 2016.

Figura 08 – O golpe do terceiro mandato.



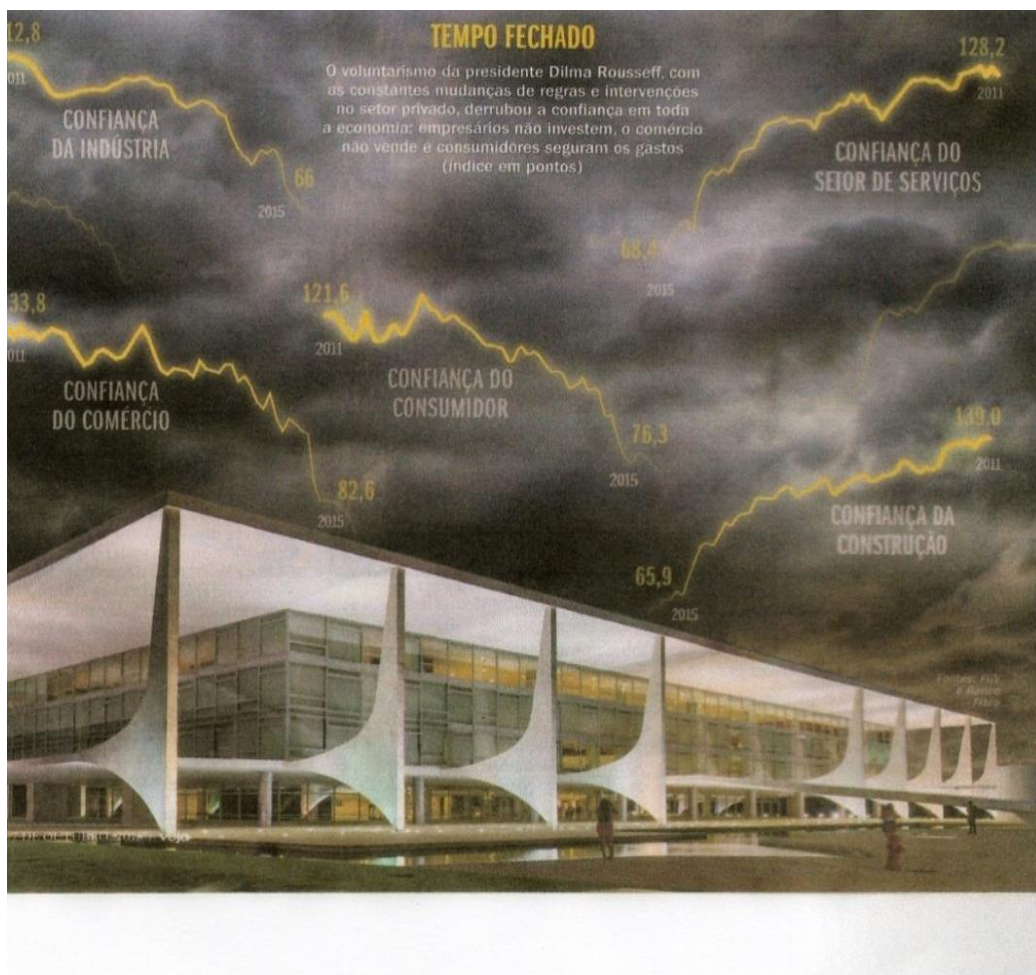
Fonte: Revista Veja, edição 2446.

A figura 08 (páginas 48 e 49) reproduz e intensifica o sentido instituído pela capa da edição. O enunciador, ao produzir a SD “O golpe do 3º mandato”, por meio do sintagma nominal e da posição das imagens de Lula e Dilma, passa aos leitores a ideia de que a reeleição de Dilma não passou de uma farsa e de que o seu verdadeiro sentido é Lula assumir o poder pela terceira vez. A imagem de Dilma é retratada como a de alguém que é cúmplice de todo o esquema de corrupção e culpada pela crise econômica pela qual o país atravessa. Ademais, o olhar sem entusiasmo, bem como a atenção às ordens de Lula, conseguem produzir um sentido de fragilidade do governo Dilma.

O campo semântico no qual é construído a SD que segue consegue retratar com propriedade isso: “Ameaçada de impeachment, cercada por escândalos de corrupção e pressionada pela crise econômica que se agrava, Dilma se rende e entrega o governo ao ex-presidente Lula e seus aliados do PMDB” (p.48). A figura que segue, por meio de uma construção metafórica, tem a intenção de mostrar de forma disfórica o resumo de todo o fracasso do governo Dilma. Por meio de “pretextos

político-ideológicos”, com o uso de informações que demonstram a queda do nível de confiança em relação a dados da economia brasileira, o enunciador da Veja avalia de forma negativa a atuação da presidente. Vejamos:

Figura 09 – Tempo fechado.



Fonte: Revista Veja, edição 2446

Podemos ver que, na perspectiva discursiva da figura 09, há uma relação sincrética entre os sistemas imagético e verbal, os quais adquirem efeitos de sentidos disfóricos em relação ao governo Dilma. Em Pietroforte (2015, p. 49), atestamos que esses sentidos estabelecidos foram possíveis porque “A fotografia, um sistema semiótico plástico, frequentemente aparece articulada com um sistema semiótico verbal, compondo o que a semiótica chama texto sincrético”. Sendo assim, o ano de 2011 marca o começo de toda instabilidade econômica provocada pelo “vontuntarismo” de Dilma no governo e, em 2015, atinge um pico alarmante no tocante

à confiança de vários setores em relação à economia do país, vemos isso a partir de uma interpretação sincrética da figura 09.

Metaforicamente, o tempo está fechado com raios e trovões para o governo Dilma em todos os aspectos e, principalmente, no que tange à avaliação da situação da economia, elemento que impulsiona vários outros setores do governo.

Podemos depreender que o rumor de *impeachment* é recorrente na edição e, para dar um tom de veracidade aos fatos narrados, o enunciador usa os verbos *ameaçar*, *cercar* e *pressionar* no particípio, a fim de validar as informações e mostrar ao leitor as razões pelas quais Dilma entregara seu governo a Lula e a uma parte da cúpula do PMDB. Para então construir a enunciação de um fato presente, o semanário recorre a estratégias discursivas de utilização de fatos já ocorridos em um passado recente.

A seguir, são elencadas algumas SDs de que o enunciador lançou mão para produzir um sentido disfórico em relação ao governo Dilma frente aos sujeitos leitores.

“Na semana passada, a presidente – aprovada por apenas 10% da população, sem apoio parlamentar e ameaçada de impeachment – aceitou transferir a tarefa de governar a nomes escolhidos por Lula e caciques do PMDB” (p. 50). Essa SD é uma frase de efeito que ratifica a falta de competência de Dilma no exercício de sua função, chamando a atenção para a desaprovação do seu governo perante a sociedade. Em seguida, temos a SD “Depois de meses de pressão, o criador, enfim, dobrou a criatura – e o terceiro mandato de Lula começou” (p. 50). Notamos, no enunciado, um tom irônico que remete à figura de Lula como o “todo poderoso”, o qual criara Dilma presidente em seus 1º e 2º mandatos. Parafraseando de certa maneira a imagem do “Deus Criador”, o enunciador diz ser obra exclusivamente de Lula a criação de Dilma no universo político.

Na SD “Lula interveio na gestão da sucessora porque quer manter vivas as chances de disputar a Presidência em 2018 e afastar o risco de ser preso em razão do petróleo” (p. 52), o semanário discursiviza sobre a tese de que o PT (partido de Dilma) não quer jamais perder o poder. Também transparece a ideia de que Lula esconde seus crimes atrás do governo de Dilma.

Observemos a SD que segue: “O ex-presidente é figura cada vez mais presente em Brasília. Longe dos holofotes, ele tem como prioridade convencer os ministros dos tribunais superiores a conter as investigações do petrolão” (p. 54).

O que podemos notar na SD acima é que a Veja coloca a imagem de Lula como a de alguém influente, capaz de exercer poder até mesmo no âmbito do judiciário. Na tentativa de mostrar Lula como um corrupto e líder do PT, Veja acaba demonstrando também que há uma certa fragilidade nas instâncias superiores (judiciário), quando menciona que Lula pretende conter as investigações do petrolão mediante articulação com o poder Maior.

Já na SD “A estratégia do Petista é fechar um grande acordo entre os presidentes dos três poderes que permita a condenação de políticos de baixo clero e o salvamento dos ocupantes dos cargos mais relevantes da República” (p.55), o lugar de onde discursiviza a Veja nos leva a perceber que Lula é “o cabeça” de todo o esquema de corrupção, tendo o poder influente de ditar as regras do jogo e até mesmo de fazer com que os três poderes se curvem a ele e deem privilégios aos partidos mais relevantes do governo, promovendo a condenação dos “políticos de baixo clero”. Vejamos mais uma passagem que confirma o estabelecimento desse sentido: “Dilma relutou, mas aderiu a esse esforço. Numa visita recente a Portugal, encontrou-se fora da agenda com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, para tratar do petrolão” (p. 55).

Por fim, para finalizar a análise dessa edição, a Veja, por meio de seu discurso, sugere que Dilma Rousseff renuncie à presidência, rememorando o gesto de Getúlio no passado, com esta SD: “No começo de sua carreira política, o ex-presidente Getúlio Vargas renunciou a um mandato de deputado sob a alegação de que ‘quem se agacha demais perde com a indignidade do gesto o respeito que lhe é devido’” (p. 55).

Através do interdiscurso, a Veja menciona a figura de Getúlio Vargas como forma de sustentação de que Dilma perdera toda a sua dignidade ao obedecer às ordens de Lula e da bancada política influente. Ainda coloca como imagem eufórica a postura de Getúlio Vargas, que preferiu a dignidade e o respeito, ao invés de se curvar a posições ideológicas contrárias a seu jeito de fazer política, bem diferente da postura de Dilma. Podemos ver isso nesta SD: “Dilma não renunciou formalmente, mas,

fragilizada e solitária, ajoelhou-se diante da turma do pixuleco, do PMDB e de seus bons contatos na Justiça” (p.55).

O semanário fecha a matéria fazendo referência mais uma vez ao Pixuleco, figura emblemática do movimento anti-Lula, que, nos últimos meses que antecederam o processo de *impeachment*, fora consagrada pela mídia como representativa da oposição ao governo Dilma, que, por sua vez, era aliado a todo esquema político de Lula. Analisando a discursividade da Veja, podemos entender, à luz de Bourdieu, que:

A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por conseguinte, política, lhe assegura (*apud* COSTA, 2016, p. 119).

Veja não diz *não* simplesmente à Dilma, ela discursiviza em nome de um julgamento em relação ao PT. Por meio do encadeamento de argumentos de pré-construídos, o enunciador fala de uma determinada posição que mostra, de forma explícita, a mídia politizada.

c) 3ª análise

Em Chauí (*apud* PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 51-52), vemos que “A competição pública não se faz entre partidos, ideologias ou candidatos, mas entre imagens que disputam valores como ‘credibilidade’, ‘confiabilidade’, ‘respeitabilidade’, ‘inovação’, ‘prestígio’”. Diante disso, afirmamos que, na edição 2455, de 09 de dezembro de 2015, há um discurso que evoca a legitimidade do *impeachment* e narrativiza os acontecimentos políticos através de um jogo de poder, no qual persiste o discurso de que Dilma Rousseff é sinônimo de desprestígio e incompetência no cenário político atual. Vemos também que a máquina midiática atua com regularidade na construção do sentido do *impeachment*.

Em relação ao *impeachment*, Costa (2016, p. 115) salienta que

O campo midiático atuou proporcionando informações procedentes dos demais campos, agindo como o operador central para transferir a informação das deliberações políticas, jurídicas e contextuais sobre as mudanças que o impeachment acarretaria no contexto social.

Diante do pressuposto, analisemos a capa da edição 2455.

Figura 10 – Impeachment.



Fonte: Revista Veja, edição 2455.

Na edição especial, de 24 páginas, o semanário investe no pano de fundo negro de sua capa, que traz em letras brancas e garrafais a palavra *impeachment*, a fim de chamar a atenção do público leitor para seu sentido. A cor branca da palavra *impeachment* poderia passar a imagem de que o Brasil precisa ser passado a limpo. Já a cor preta, por sua vez, poderia ser interpretada de forma metafórica como sendo a escuridão – num sentido negativo – pela qual passa a política do Brasil, aparecendo ainda como elemento distintivo para realçar e dar proeminência, por meio da luz, ao rosto de Dilma. À esquerda, há a figura de busto, em posição lateral, da então presidente, e, assim como em outras ocasiões, Dilma apresenta um semblante triste e pensativo. Do lado direito da capa, a Veja selecionou oito sequências discursivas

(SDs) que instigam o leitor a ler as matérias no interior da revista, as quais focam a presidente e o *impeachment*.

Na seção Carta ao Leitor (p. 14), há como título da matéria a SD: “A beleza do impeachment”. Notemos que o enunciador apresenta o processo de *impeachment* como algo positivo para a sociedade. Para o efeito de sustentação de seus argumentos, utiliza SDs que nos mostram o “efeito de incidência explicativa”. Podemos constatar isso nas seguintes SDs: “‘Impeachment não é guerra’. Também não é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira [...]. Não é também uma disputa pessoal, a despeito de a chefe da nação [...]”. Prosseguindo o seu discurso, o enunciador dá um tom explicativo a favor do *impeachment* e discursiviza, legitimando, assim, o processo. Isso pode ser explicitado na seguinte SD: “Executado estritamente dentro do rito regimental, o impeachment é tão legítimo para destituir um presidente quanto o voto popular o é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país”.

Observemos, por meio dos excertos citados, que a Veja opera num campo semântico discursivo que possui uma base eufórica em relação ao sentido do *impeachment* e da necessidade de sua realização. Nesse sentido, compara e atribui pesos iguais tanto à votação do *impeachment* quanto ao exercício dos cidadãos nas urnas em eleições diretas. No final do texto, Veja faz uma crítica à presidente Dilma e enaltece a importância de o julgamento acontecer. O modo de funcionamento do discurso nos mostra como a Veja atua, a partir do momento em que provoca uma movimentação discursiva em torno da figura da ex-presidente. A respeito disso, recorreremos a Piovezani Filho para dizermos que:

Desse modo, observa-se, na circunstância em que um agente midiático inscreve-se, na política, como um instrumento potente, porque enunciador, a posse de atributos específicos para sua atuação nesse espaço, bem como o estabelecimento da condição de porta-voz, com os privilégios que dessa condição advém (2003, p. 61).

Podemos constatar esse fato na SD “[...] o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê, mas inteiramente focados nas grandes questões nacionais [...]” (p. 14). Por meio dessa SD, vemos que Veja aposta na condenação de Dilma, na medida em que

apresenta o *impeachment* como uma alternativa positiva. Assim, Veja, como porta-voz, desempenha concomitantemente o papel do “tribuno, nas relações com os profanos” (pois fala em nome do e para o “povo”), e do “debater, nas relações entre profissionais” (haja vista que fala da, para a e contra a classe política) (BOURDIEU *apud* PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 61).

Mais adiante, nos próximos excertos analisados, veremos, que o semanário se preocupa com exclusividade em construir, por meio de um campo semântico discursivo e apelativo, a aceitação do *impeachment*, usando, para tanto, a desconstrução da imagem de um partido, no caso o PT, ao qual Dilma é filiada, em detrimento da de outros tantos partidos políticos no Brasil que estão envolvidos em escândalos de corrupção.

Observemos as próximas SDs: “A partir desta semana, quando será instalada a comissão do impeachment, o país enfrentará momentos de extrema tensão, conflitos de interesses, debates acalorados e tentativas de manipulação” (p. 56). Podemos ver que o enunciador age como se já soubesse de todos os outros passos sobre o *impeachment* e, dessa forma, alerta os brasileiros acerca da trajetória difícil pela qual o país irá passar até chegar ao julgamento de Dilma. Há aí a evidência da sobreposição de uma mídia politizada que deixa transparecer a tentativa de transformar a continuação do processo de *impeachment* em um grande espetáculo midiático.

Na SD “O deputado Eduardo Cunha deu seguimento na semana passada ao recurso formulado pelo jurista Hélio Bicudo, pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaina Paschoal” (p. 56), Veja inteira seus leitores a respeito dos passos de prosseguimento do *impeachment*, adiantando ao leitor, na SD da página 56, a respeito das possíveis tentativas de manipulação e das acusações a serem endereçadas a Eduardo Cunha (então Presidente da Câmara), como forma de retaliação pelo seu parecer favorável ao andamento do *impeachment*. Assim, na SD “Impeachment é remédio amargo, ou o mais amargo dos remédios contra uma autoridade pública, mas está devidamente regulamentado na legislação brasileira. Se há golpe em curso, como estrilam alguns petistas, é contra a inteligência alheia” (p. 58), o semanário não exita em legitimar o *impeachment*.

Notemos que, na citada SD da página 58, por meio de um jogo metafórico, o enunciador conceitua o *impeachment* como um remédio capaz de ser a solução e não um golpe, ainda que seja uma decisão amarga para se tomar, e discursiviza, de forma a manipular a opinião pública, quando coloca a ideia de que só uma “minoría” (alguns petistas) considera que o Brasil está prestes a sofrer um grande golpe parlamentar. Assim, através da ironia, o enunciador enfatiza que, do jeito que a situação política no país se encontra, “alguns petistas” golpeiam a inteligência alheia, ou seja, defende a ideia de que os brasileiros em sua maioria são a favor do *impeachment*.

Além disso, de modo a validar seus argumentos pró-impeachment, Veja também se utiliza da memória discursiva/interdiscurso e traz à tona fatos do passado, a fim de validar acontecimentos do presente. Segundo Pêcheux (2009, p. 154):

[...] o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos construídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita.

Vemos que esse discurso transverso a que Pêcheux se refere pode ser verificado em várias passagens dos discursos da Veja, por meio de figuras de linguagens e até de mesmo paráfrases. Analisemos, na sequência, a imagem 11 e a SD seguinte, uma vez que elas confirmam as ideias que são postas nesta análise: “O PT apoiou a campanha de impeachment de Fernando Collor de Mello. Mais tarde, repetiu a dose contra Itamar Franco, o vice que sucedeu Collor, e Fernando Henrique Cardoso” (p. 58).

Figura 11 – Fora Collor.



Fonte: Revista Veja, edição 2455.

Percebemos que a figura emblemática de Lula é utilizada no discurso da Veja para fazer uma crítica ao PT, que agora é contra o *impeachment* de Dilma. As atitudes do PT são apresentadas como parciais e, ao mesmo tempo, por meio de uma postura crítica e hermenêutica, a Veja se diz neutra ao reportar o processo de *impeachment*, ao contrário do PT, que, segundo a revista, faz exceções quando se fala em apurar irregularidades de seu partido.

Para ilustrar que sempre esteve ao lado da verdade no processo de narrativização dos acontecimentos históricos e políticos do país, o semanário estampa, na página 59, uma foto em que Lula aparece ao lado do povo, a favor do *impeachment* na época do governo Collor. Dessa forma, instiga o leitor a fazer a seguinte reflexão: por que, agora, Lula está contra o *impeachment*?

O fato de também a figura de Janaína Pascoal estar estampada nessa gravura configura-se como uma estratégia de legitimação dos fatos a favor do *impeachment*, pois a jurista representa a luta pela democracia, haja vista que ela foi uma das idealizadoras do pedido de impedimento do governo de Dilma. Nesse contexto, a imagem que se tenta passar para a sociedade é a de que, desde o *impeachment* de Collor, Janaína luta contra a corrupção no Brasil.

Por meio de formas marcadas e fazendo uso de uma heterogeneidade enunciativa, o semanário utiliza como um de seus argumentos de persuasão o discurso direto para reportar uma fala de Lula em relação ao *impeachment*, podemos ver isso nesta SD: “Não podemos subordinar o país inteiro a uma visão corporativa, pessoal e de vingança do presidente da Câmara” (p. 59). Assim, Veja investe na tentativa de contradizer Lula em relação à opinião dele acerca do *impeachment* hoje e no *passado*.

Diante da narrativização dos fatos sobre Dilma na Veja, não podemos deixar de explicitar a maneira como o semanário se refere ao, então à época, vice-presidente Michel Temer. Ele não é peça coadjuvante, nem tampouco está envolvido no suposto escândalo de corrupção do governo Dilma, isso é o que deixa transparecer o discurso do semanário. De maneira parcial, demonstrando uma preferência pelo sucessor Michel Temer (PMDB), Veja não esconde sua predileção por ele como futuro presidente.

Analisemos a foto a seguir:

Figura 12 – Em silêncio.



Fonte: Revista Veja, edição 2455.

Em Orlandi, atestamos que “a política do silêncio se define pelo fato de ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (2007, p. 73), portanto, a expressão “Em silêncio” (p. 60), usada pela Veja em letras maiúsculas e em negrito na parte inferior da imagem do vice-presidente, constitui-se numa tática geradora de sentidos, pois “o silêncio não fala, ele significa” (idem, p. 42). Por isso, em meio a tantas significações, esse silêncio pode expressar, em termos práticos, a articulação que o vice-presidente faz junto ao Congresso Nacional, na surdina, visando a assumir o lugar de Dilma.

O semanário coloca ainda que Michel Temer demonstra uma postura ativa, coerente e reflexiva no caso de ter de assumir a presidência. Podemos ver isso na SD “O vice Michel Temer já tem plano de governo e articula apoio no Congresso para a eventualidade de ter de assumir” (p. 60). Diante disso, notamos que, diferentemente do tratamento à imagem de Dilma, Veja sempre se refere a Temer como um político articulador, visto que sua imagem está relacionada à liderança e capacidade. Vemos que não se menciona qualquer tentativa de Michel Temer trair a aliança que fizera com Dilma na eleição de 2014, logo se justifica também a expressão “Em silêncio” (p. 60).

A expressão facial e gestual de Temer demonstra que ele pode ser uma saída para os problemas causados pela incompetência do governo Dilma. Essa é uma das possíveis interpretações dos sentidos colocados aqui, diferentemente da imagem posta de Dilma nas edições analisadas anteriormente, bem como nesta SD: “Dilma sabe que parcela do PMDB já discute com setores do governo e da oposição o dia seguinte à sua queda” (p. 60). Demonstra-se, aqui, que o Congresso está dividido, e a cisão pode ser evidenciada também nas SDs abaixo:

“É cada vez mais claro que Temer, mesmo jogando parado, em silêncio, está na disputa pelo poder.” (p. 61)

“O PSDB também apostou as fichas para tirá-la do cargo, ajuizando ações na Justiça Eleitoral e pregando o impedimento da mandatária.” (p.61)

“A presidente agora enfrentará o PMDB, seu principal parceiro na base aliada.” (p.61)

A partir das três SDs acima, podemos ver que a Veja agora discursiviza não só colocando a opinião pública como sendo o fator principal para o *impeachment*, como

em edições anteriores. Mais do que nunca, a questão do impedimento de Dilma é uma luta política entre partidos e, sobretudo, da bancada do PMDB. E mais: agora que Michel Temer escancarara o seu desejo pelo cargo de presidente, o governo Dilma estará sendo colocado à prova de fogo. A SD que segue nos permite ver isso: “Ao seu final, um novo presidente será apresentado ao Brasil. E ele pode ser a própria Dilma. Basta que ela convença o Congresso e a sociedade de que voltará a inspirar a confiança e autoridade exigidas para o exercício do mandato” (p. 61).

A Veja usa a forma linguística discursiva da pressuposição de acontecimentos futuros. Notemos que o enunciador tenta ser imparcial em relação a quem quer que seja o novo líder do país, mas seus argumentos não conseguem se sustentar, pois trabalham na construção da imagem negativa de Dilma como governante do Brasil, demonstrando, por meio das FDs, uma ideologia oposta ao partido de Dilma, assim “[...] a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva dominante, e que as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso determinam a dominação da formação discursiva dominante” (PÊCHEUX, 2009, p. 151).

Nas páginas 72 e 73 da edição em análise, a Veja aposta na tentativa de naturalizar e assemelhar o processo de *impeachment* de Dilma ao de Fernando Collor. Para tanto, ela utiliza duas SDs referentes aos pronunciamentos sobre *impeachments* na história política do país. Vejamos as SDs abaixo.

“Recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara dos Deputados de processar pedido de impeachment contra mandato democraticamente conferido a mim pelo povo brasileiro” (Dilma Rousseff).

“E qual o objetivo real dos meus adversários? Eles tentam, senhoras e senhores, eles tentam, em dez dias, cassar o mandato do presidente da República legitimado pelo voto popular” (Fernando Collor).

Com isso, a Veja mostra a semelhança de reação dos ex-presidentes ao sofrerem o processo de *impeachment*. Quando discursiviza dessa forma, o semanário, de maneira implícita, tenta já dar a condenação de Dilma, visto que o desfecho em relação ao *impeachment* de Collor foi contrário a ele. Assim, o semanário induz o público a entender que é natural dos acusados uma postura semelhante, por isso faz questão de mostrar que Dilma parafraseou Collor em seu discurso de indignação. Não

só na citação desse discurso, a Veja coloca também em relação de semelhança a situação política do Brasil no tocante ao *impeachment*, e podemos ver isso em outras SDs abaixo:

“Segundo a última pesquisa do instituto Datafolha, 67% dos brasileiros consideram o governo Dilma ruim ou péssimo. Collor era rejeitado por 68% da população quando o impeachment começou a tramitar na Câmara, em 1º de setembro de 1992.” (p. 74)

“No Congresso, a situação de Dilma e Collor também guarda semelhanças.”
(p.75)

“Por último, tanto ela quanto Collor, no discurso em que criticaram o pedido de impeachment, lançaram mão do argumento de que foram ‘democraticamente eleitos’ [...]” (p.75)

Notamos, assim, que em todas as três SDs acima os fatos levam a crer que o Brasil está passando pela mesma história do *impeachment* de Fernando Collor. Nesse sentido, algumas perguntas podem ser feitas: por que não o desfecho final ser igual, culminando com a perda do mandato de Dilma? É o que a Veja deixa transparecer através das analogias feitas com o *impeachment* de Collor? Afinal de contas, “A substituição de um chefe de governo que perdeu a capacidade de governar é um mecanismo previsto em lei tanto no regime presidencialista quanto no parlamentarista” (VEJA, 2015, p.75). Nessa perspectiva, formas marcadas que constituem os sentidos e tentam validar o *impeachment* podem ser explicitadas à luz das palavras de Authier-Revuz, que pressupõe o seguinte:

Assim essa representação da enunciação é igualmente “constitutiva”, em um outro sentido: além do “eu” que se coloca como sujeito de seu discurso, “por esse ato individual de apropriação que introduz aquele que fala em sua fala”, as formas marcadas da heterogeneidade marcada reforçam, confirmam, asseguram esse “eu” por uma especificação de identidade, dando corpo ao discurso – pela forma, pelo contorno, pelas bordas, pelos limites que elas traçam – e dando forma ao sujeito enunciador – pela posição e atividade metalinguística que encenam (1990, p.33).

Em mais essa edição, a Veja discursiviza e argumenta a favor do *impeachment*. Em se tratando da forma como o sujeito da Veja enuncia os acontecimentos, podemos dizer que há uma heterogeneidade discursiva demonstrada quando o eu enunciador

recorre a algumas estratégias discursivas para validar seus argumentos não somente contra a figura política de Dilma, mas também na crítica ao seu partido (PT) e a figuras emblemáticas, como a do ex-presidente Lula.

d) 4ª análise

De antemão, podemos dizer que a edição 2456, de 16 de dezembro de 2015, impulsionada por FDs de oposição ao governo Dilma, tece, nas entrelinhas de seu discurso, formas marcadas de enunciação que recorrem constantemente a um argumento de denegação, estabelecendo, assim, um ambiente discursivo politizado e anti-petista.

Segundo Orlandi (2012, p. 96), “A mídia é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação [...]”. Dito dessa forma, nos remetendo à mídia sensacionalista da Veja, percebemos que, na edição em análise, a 2456, o semanário gerencia seu fazer discursivo de modo a interpelar o leitor a entender o governo Dilma como um retrocesso político e histórico. Analisemos a capa dessa edição:

Figura 13 – A máquina do atraso de Dilma.



Fonte: Revista Veja, edição 2456.

A imagem de Dilma, posta pelo enunciador da Veja propagada por um televisor de modelo antigo, coloca um confronto discursivo a respeito de sua política governamental: tal como uma máquina velha e ultrapassada são as medidas da presidente para governar o Brasil.

Podemos analisar a imagem acima por meio de várias perspectivas no tempo e no espaço. Dito desse modo, “A máquina do atraso de Dilma” é uma construção metafórica que intenciona levar o leitor a rejeitar o retrocesso, fazendo analogia com a figura de um televisor antigo que ninguém mais quer levar para casa, uma vez que ele já não mais corresponde às necessidades tecnológicas que os seus usuários apresentam. Nos tempos de hoje, quem escolheria possuir um objeto assim?

O sujeito é afetado pelo interdiscurso da Veja, que utiliza um campo semântico extremamente negativo em relação ao desempenho de Dilma como mandatária do país. Podemos ver um exemplo disso nesta SD: “Como a presidente fez a indústria

retroceder 65 anos, a política econômica voltar ao tempo do estatismo militar, a recessão punir os brasileiros como não ocorria desde 1981 e a inflação de 10% rugir depois de treze anos domada". Tal é a inscrição na parte inferior da capa da revista. Dessa forma, Veja leva o enunciário a entender que ninguém levaria para casa um objeto, muito menos uma forma de governo, que não é condizente com a realidade atual do país, ou seja, que não corresponde às expectativas dos sujeitos.

Na seção Leitor, página 36, o semanário utiliza SDs no discurso direto, por meio de algumas citações que servem como pretextos político-ideológicos, com o objetivo de naturalizar o *impeachment* ou até mesmo forçar uma renúncia da presidente. Vejamos uma SD que explicita essa estratégia de tentar convencer o leitor a apoiar o *impeachment* por meio da utilização do apelo social: "Presidenta Dilma, desejamos ver o Brasil voltar a funcionar. Se a senhora não é capaz de nos ajudar, por favor, não atrapalhe. Evite o trauma do impeachment e renuncie!" (Hugo Coelho).

Notemos, com a citação de Hugo Coelho, na página 36, que a Veja escolhe bem os sujeitos que opinam acerca de Dilma. A linguagem do enunciador se inscreve no coletivo social (nos) e, por meio de um pedido no modo imperativo, apela para o bom senso da presidente Dilma. Dessa forma, há uma heterogeneidade marcada que fala a partir da posição ideológica da revista, pois, "No regime burguês, no qual a opinião pública é o fundamento da legitimidade da dominação política, a hegemonia envolve a mobilização e indicação de correntes de opinião por meio de instrumentos de informação [...]" (COUTINHO, 2008, p. 50).

Interpretando assim as estratégias políticas da Veja, podemos perceber que o semanário seleciona, nessa seção, apenas discursos de sujeitos que são compatíveis com as FDs da revista. Nesse sentido, não encontramos SDs que inscrevem dizeres que são contra o *impeachment*.

Passemos à análise da matéria intitulada "De volta ao passado", que começa na página 58. Para discursivizar sobre o presente, o enunciador do semanário recorre a fatos históricos, por meio da memória discursiva/interdiscursos, a fim de se posicionar e fazer um julgamento de valor da era Dilma. Para melhor situar a interpretação do fazer discursivo do enunciário, recorremos a Brandão, que postula que:

No nível da intertextualidade interna, interior ao campo, de maneira geral, a toda formação discursiva se vê associar uma memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas (2012, p. 95-96).

Para exemplificar a ideia que utilizamos de Brandão, citamos uma passagem do livro de ficção científica do escritor H. G. Wells, *A Máquina do Tempo*, que a Veja utilizou para iniciar o seu discurso, numa matéria intitulada “De volta ao passado”, entre as páginas 58 a 66, numa relação de metáfora para fazer alusão ao governo de Dilma. Eis a SD que demonstra isso: “Pode ser que ele tenha sido varrido para o passado e esteja agora entre os canibais hirsutos da Idade da Pedra; [...] ou esteja fugindo de lagartos grotescos, gigantescos monstros reptilianos dos tempos jurássicos...” (p. 58).

Com base na SD da página 58 acima, o semanário se utiliza do interdiscurso para fazer alusão a “um quadro real da viagem ao passado que a presidente Dilma fez empreender”. Consideramos que a produção dos elementos discursivos não acontece aleatoriamente, e, nesse sentido, em Brandão (2012, p. 99) atestamos que “A noção de memória discursiva, portanto, separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado [...]”.

Utilizando aspectos da memória discursiva, a Veja parodia uma expressão de governo da época de Juscelino Kubitschek: *50 anos em cinco*, que tinha como prioridade o projeto de desenvolvimento econômico nas áreas mais essenciais. Só que a Veja faz isso para produzir um sentido de efeito contrário e fortemente negativo, utilizando-se de um sarcasmo. Vemos isso na SD “Em certos aspectos, foram cinquenta anos em cinco – mas de atraso!” (p.58). Logo, Veja faz essa analogia para criticar o governo de Dilma em relação à política econômica adotada, uma vez que, na visão do semanário, nunca nenhum governo destruíra em tão pouco tempo o país como o da presidenta Dilma Rousseff.

O semanário prossegue em sua investida de criticar o governo Dilma através da demonstração de dados quantitativos retirados de fontes de pesquisa para mostrar o retrocesso da economia brasileira hoje, de maneira semelhante a tempos passados.

Como sempre, Veja aposta na figura de Lula para potencializar ainda mais os aspectos negativos da política econômica de Dilma. Analisemos a imagem que segue:

Figura 14 – Lula lá.



Fonte: Revista Veja, edição 2456.

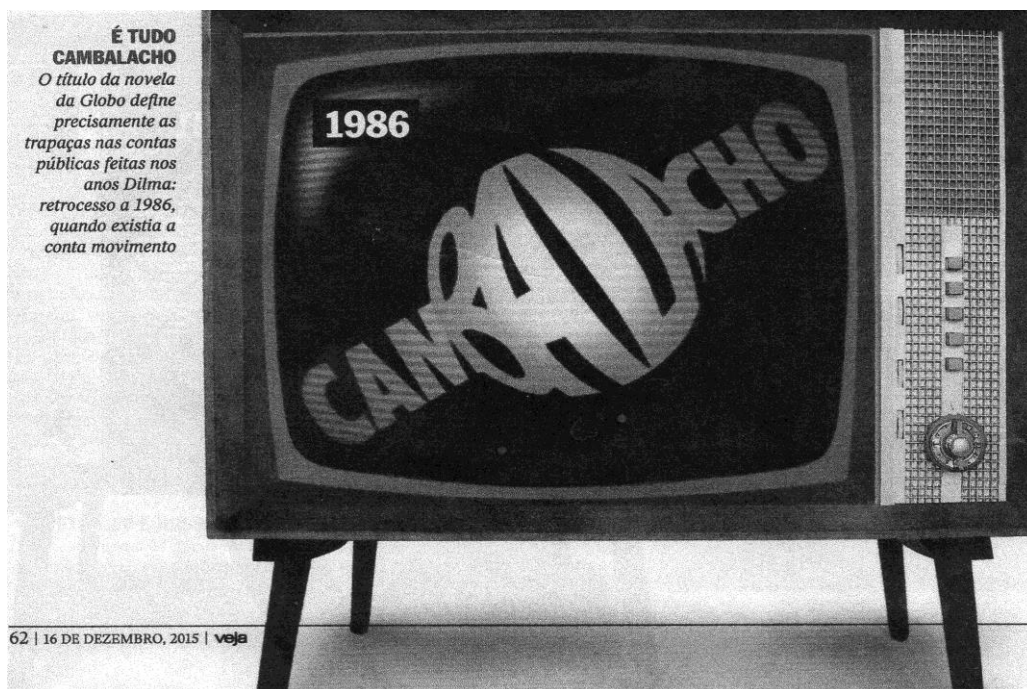
A imagem acima, juntamente com as SDs e os dados em números, fazem uma analogia referente aos anos de crise econômica no passado e discursivizam, por meio da memória, a situação de caos econômico da era Dilma em tempos recentes. Segundo a Veja, não se via recessão tamanha desde três décadas passadas até que Dilma ressuscitou os fantasmas do passado com o modelo de governo dela.

Com regularidade, o semanário não perde a chance de também associar todo o caos do Brasil à figura de Lula e vai buscar no túnel do tempo uma imagem do ex-presidente transmitida pela TV em tempos passados, e, nela, o sindicalista é tratado como uma figura proeminente e alvo de polêmicas, haja vista que ele fora preso no passado. A lembrança desse acontecimento é destacada pela Veja de forma proposital, uma vez que objetiva sempre associar a figura de Lula (PT) a escândalos, levando à degradação da imagem do político.

Para mostrar que o governo Dilma sempre manipulou a sociedade com seus cambalachos e acusá-la de praticar as famosas pedaladas fiscais – uma prática antiga nos governos passados –, Veja aposta na criatividade, por meio da exploração da

imagem e da função da mídia em denunciar as irregularidades da política do país. Segundo o semanário, Dilma só copia modelos equivocados para a política brasileira. Vejamos a imagem abaixo que é ilustrativa dessa alegação:

Figura 15 – É Tudo Cambalacho.



Fonte: Revista Veja, edição 2456.

Assim, no discurso da Veja, é como se o pesadelo do passado assombrasse o Brasil novamente. A SD que segue enfatiza a questão das pedaladas fiscais no governo Dilma, com o intuito de mascarar a real situação do país: “O descalabro do Orçamento federal, resultado de uma gastança em um volume superior em muito às possibilidades do país, havia sido mascarado por algum tempo pelas infames pedaladas fiscais [...]” (p. 60). Vemos, com isso, que o motivo pelo qual se deu a abertura do processo de *impeachment* de Dilma é citado no discurso da Veja com o intuito de não arrefecer as forças da opinião pública a favor do *impeachment*.

Veja não economiza em imagens para discursar sobre a política econômica do PT e, se repararmos nos detalhes, as gravuras analisadas nessa edição procuram fazer o brasileiro voltar a reviver anos do Brasil nada bons. As expressões governo militar e recessão profunda são só alguns dos exemplos de palavras que parafraseiam expressões de sentidos para se referirem a momentos ruins da política econômica do governo Dilma. Sendo assim, podemos dizer que “Todos esses mecanismos

caracterizam o estilo e dão a forma interna da formação discursiva” (ORLANDI, 2011, p. 125).

Notamos também que a *Veja* intertextualiza o momento político brasileiro à trama *Cambalacho* – uma novela estreada em 1986 na Rede Globo – e, assim, tem o objetivo explícito de articular sentidos de cunho negativo quanto ao modo de Dilma governar o país. Logo, a SD intitulada na gravura acima “É TUDO CAMBALACHO” diz respeito ao modo de fazer política de Dilma rousseff, e o semanário prossegue, ao longo do texto, com sua investida em demonstrar somente aspectos negativos da política do PT. Podemos ver isso nesta SD: “Fica difícil compreender como hoje, em pleno século XXI e na era da revolução da tecnologia de informação, um governo possa ressuscitar políticas antiquadas para beneficiar setores antiquados. Mas foi isso que Lula e Dilma fizeram” (p. 62-63).

A imagem de uma TV, usada com regularidade para retratar o governo de Dilma, nos leva a constatar que o jornalismo impresso da *Veja* intenciona articular os discursos que circulam no meio televisivo contra não só o governo de Dilma, mas também contra outras figuras políticas do PT, como Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao longo do texto, o enunciador discursiviza levando o sujeito leitor a entender que as políticas de governo do Regime Militar, consideradas um modelo nada agradável, voltaram pelas mãos de Dilma. Vejamos uma SD que mostra isso: “O que ainda é mais inescrutável é o fato de as políticas equivocadas dos militares terem sido reeditadas por líderes políticos que se forjaram para a vida pública justamente combatendo a ditadura militar” (p. 63). As palavras que o enunciador utiliza para se referir a Dilma contemplam um campo semântico que reflete o regime militar, tão abominado pelo povo, na história do Brasil. Vemos isso nesta SD: “O general e sua equipe se valeram da abundância do capital externo a custo baixo para inflar o crescimento econômico” (p. 63). Enfim, há vários outros exemplos que poderíamos colocar aqui como referência a uma linguagem que converge para um sentido disfórico em relação à imagem de Dilma e de Lula, ou seja, do próprio partido PT. Por ora, retratamos somente alguns.

O semanário, assim como em outras ocasiões, legitima o seu discurso por meio do uso de formas marcadas como, por exemplo, a utilização de discurso direto como forma de confirmação de seus argumentos anti-governo Dilma. Vejamos a SD que

segue: “Dilma conseguiu pegar o pior de cada governo que já tivemos”, sentencia o economista Sergio Vale, da MB Associados (p. 63). Com isso, Veja se apropria do privilégio “benefício de locutor”, termo concebido por Foucault, como afirma Piovezani Filho (2003, p. 60). Assim, podemos ver, com o mesmo autor, que:

De fato, o estabelecimento da posição enunciativa ocupada pela revista implica sua instituição como porta-voz, fazendo com que ela usufrua do “benefício do locutor” (FOUCAULT, 1999, p. 12), posto que se assume o dizer em meio a um espaço impregnado de silêncios, no qual a tomada da palavra, em si mesma, já adquire “um ar de transgressão deliberada [...], coloca-se, até certo ponto, fora do poder”, sem entretanto, abdicar de um investimento considerável de poder enunciativo, numa relação, essencial ao saber/poder que o discurso envolve, entre aquele que fala e aquilo de que se fala.

Veja desmente o discurso de Dilma quando diz que a crise mundial não atingiu em grandes proporções o Brasil e também manifesta uma opinião contrária quando a então presidente diz, por meio de seu discurso, que o Brasil está enfrentando de cabeça erguida a crise e tem grandes chances de voltar a crescer em breve. Reparemos, na SD que segue, a confirmação disso: “Dilma deve estar mal assessorada” (p.64).

A edição 2456 constrói seu percurso gerativo de sentido ilustrando, tanto em sua capa quanto nas matérias em análise, de forma recorrente, a imagem de uma TV antiga, e essa estratégia discursiva visa a mostrar para o leitor que não só na mídia impressa, mas também na mídia televisiva, a imagem de Dilma, assim como a de Lula e do PT, figuram de forma negativa. Isso se deve ao fato de que a mídia jornalística da Veja, juntamente com jornais impressos, como o Folha de São Paulo, e também a Rede Globo, assumiram um protagonismo em relação à narração do processo de *impeachment* de Dilma, com um discurso extremamente combativo e crítico às políticas do PT.

Assim, como forma de mostrar que Dilma gerencia mal o Brasil e que o país não segue os mesmos passos de países que são exemplos em sair de crise, o semanário expõe para o leitor que quem vai pagar o prejuízo da crise é o brasileiro: “No Brasil a conta vai sobrando para a população” (p. 66). E, ao final de seu discurso, o enunciador da Veja elenca várias medidas econômicas do governo Dilma que atingem diretamente a vida financeira do brasileiro. Como exemplo disso, temos a

reedição do imposto do cheque, a alta da taxa de juros, a queda do número de empregos etc. E, por fim, apela para a sensibilidade do leitor ao se referir à data do Natal com expectativas nada agradáveis para os brasileiros: “Por tudo isso, o Natal dos brasileiros será de aperto. É um presente da máquina de voltar no tempo da presidente Dilma” (p.66). O semanário, enfim, encerra sua matéria confirmando o sentido da frase escrita na capa do semanário: “A MÁQUINA DO ATRASO DE DILMA”.

e) 5ª análise

Finalmente, para concluir esta pesquisa, analisamos, com base na delimitação do *corpus* deste trabalho, a edição 2490, de 10 de agosto de 2016 – mês em que foi finalizado o processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff.

A edição segue a mesma estratégia de regularidade discursiva das focadas anteriormente, com críticas ferrrenhas a Dilma e, em contraposição, atenua os escândalos envolvendo o vice-presidente Michel Temer. A capa da revista segue um percurso gerativo de sentido que articula o plano de expressão ao plano de conteúdo, com a intenção de interpelar o leitor a suas posições ideológicas. Observemos, a esse respeito, a imagem 16 que deixa isso mais claro:

Figura 16 – Delações explosivas.



Fonte: Revista Veja, edição 2490.

Apesar de a edição trazer apenas uma matéria que se refere diretamente à “protagonista” do enredo *impeachment* – Dilma Rousseff –, o semanário, em sua chamada de capa, não economiza na produção de um discurso agressivo para falar da então presidente.

As seguintes SDs, estampadas na capa, “ODEBRECHT CITA TEMER” e “MARQUETEIRO DESTRÓI DILMA”, escritas em branco e preto, tendo como pano de fundo o vermelho, intencionam chamar a atenção do leitor para o conteúdo da matéria, e, sobretudo, a cor vermelha é utilizada como forma de alertá-lo em relação aos escândalos que envolvem o Partido dos Trabalhadores (PT), numa espécie de metaforização. Através da metonímia, o vermelho é usado para criticar o partido do PT, o qual é representado por essa cor.

A seguir foram recortados alguns trechos para análises em que propomos mostrar como os discursos referentes ao vice, Michel Temer, se distanciam dos discursos construídos em relação a Dilma Rousseff a apenas duas semanas que antecederam o julgamento final do *impeachment*.

Vejamos as SDs da página 48:

A ODEBRECHT MENCIONA TEMER.

Na delação que a empreiteira está negociando, um anexo diz que o então vice-presidente Michel Temer participou de uma reunião que resultou na doação de 10 milhões de reais em dinheiro vivo.

Temer pediu “apoio financeiro” ao empresário.

Marcelo Odebrecht, um campeão em contratos com o governo federal e um financiador generoso de políticos e campanhas eleitorais, prometeu colaborar.

Tudo declarado

O presidente interino Michel Temer: ele confirma o jantar com Odebrecht no Palácio do Jaburu, mas garante que pediu apoio financeiro dentro da lei e que tudo foi declarado.

A partir das SDs sobre Michel Temer, vamos aos sentidos produzidos pelo enunciador da Veja, a seguir.

Em primeiro lugar, quando são usados os verbos citar e mencionar, respectivamente na capa e em uma das SDs da página 48, percebemos que o enunciador procura amenizar fatos que colocam o vice-presidente em uma situação desfavorável quando se trata do assunto corrupção. Isso é notado porque a carga semântica desses verbos não traz certeza alguma em relação à veracidade dos fatos narrados contra Michel Temer, dando a entender que ele é citado apenas ligeiramente.

Por exemplo, a doação de 10 milhões de reais ao PMDB, na linguagem da Veja, é tratada discursivamente de forma leve e sem julgamentos ao vice, pois, ao reportar os fatos, o enunciador utiliza palavras como pediu (e não exigiu) e cita a expressão apoio financeiro (ao invés de propina), deixando confusa a relação de Temer com os supostos escândalos de corrupção. Além disso, enfatiza a réplica da expressão Tudo

declarado, em negrito, dizendo que todas as doações feitas ao partido de Temer ocorreram dentro da legalidade.

O discurso produzido pelo semanário sobre a situação do vice-presidente em relação aos fatos põe na condição de vítima de perseguição política, haja vista que ele era, naquele momento, o provável sucessor de Dilma na presidência. Podemos ver isso nesta SD: A citação a Temer na negociação do Palácio do Jaburu ocorre num momento especialmente delicado e deve ser usada por seus adversários políticos para tumultuar o processo de impeachment de Dilma Rousseff [...] (p. 51).

Também são reforçadas as tentativas de criminalizar apenas Dilma Rousseff, a companheira de chapa de Michel Temer, acerca dos escândalos de corrupção. Diante disso, podemos perceber que a Veja dá a entender que o então vice-presidente sofria com as acusações feitas contra ele. Vemos isso na SD: É um ambiente de angústia para o presidente interino, que, na terça-feira, pediu a senadores do PMDB, durante um almoço no Palácio do Planalto, que abreviassem o processo de impeachment de Dilma Rousseff, julgando-o até o fim de agosto (p. 51).

Além do mais, Michel Temer é visto como inocente até que se prove a verdade dos fatos, pois a Veja enfatiza, na SD que segue, a ideia de que: É natural que todos os políticos e partidos investigados na Lava-jato digam que só receberam verbas de origem legal e devidamente declaradas às autoridades competentes. E, até que se prove o contrário, vale a inocência dos acusados (p. 50). Com a expressão TUDO DECLARADO, em letras maiúsculas e em negrito, juntamente com a SD seguida, objetiva-se derimir qualquer dúvida em relação à postura de Temer.

O semanário se refere a todos os acusados no escândalo da empreiteira Odebrecht, mas objetiva mostrar que nada fora provado ainda com relação a Temer, ao contrário de Dilma, que já tem a sua sentença antecipada, com a afirmação da SD: Na semana passada, o Senado deu mais um passo para encerrar definitivamente o mandato de Dilma Rousseff, com a aprovação pela comissão especial do impeachment do parecer contrário à petista (p. 51).

Observamos que a revista em questão utiliza um discurso de caráter manipulador quando discursiviza sobre os escândalos da Odebrecht envolvendo Dilma e o seu vice, Michel Temer, visto que faz com que o enunciatório mantenha sua atenção focada em informações menos relevantes do que em outras mais

importantes, por meio da ênfase em detalhes menos importantes. Vemos isso nesta SD: Em nota, o presidente interino confirmou o jantar e afirmou que ele e o empresário conversaram “sobre auxílio financeiro [...], em absoluto acordo com a legislação eleitoral em vigor e conforme foi depois declarado ao Tribunal Superior Eleitoral” (p. 50).

As palavras “propina”, “dinheiro sujo”, assim como outras acionadas na memória do leitor quando o enunciador se refere aos repasses ilegais de dinheiro para o PMDB feitos pela Odebrecht, ficam subentendidas, e, no discurso da Veja, elas sofrem um deslizamento de sentido, sendo então metaforizadas por palavras ou expressões como “doação”, “apoio financeiro”, “auxílio financeiro”, quando relacionadas ao vice-presidente. Além disso, notemos nesse enunciado que a Veja abre espaço de fala para que Michel Temer se defenda das acusações, com a transcrição das próprias palavras do acusado dentro do texto. Em contrapartida, sequências discursivas relevantes são deixadas em segundo plano ou focadas de maneira superficial.

De acordo com Dijk (2015, p. 251), “O discurso manipulador ocorre tipicamente na comunicação pública controlada pela elite política, burocrática, jornalística, acadêmica e empresarial dominante”. Portanto, nas análises das SDs que se referem ao vice Michel Temer, o enunciador fala a partir de uma posição específica, e prevalecem algumas restrições contextuais, mostrando que a Veja não fala em tom acusativo, mas coloca o leitor diante de delações duvidosas. Assim, os enunciados sobre a doação, pela empreiteira Odebrecht, de repasses em dinheiro vivo às candidaturas de Dilma e Temer remetem ao mesmo fato, mas o modo como Veja discursiviza em relação aos dois políticos não constrói a mesma significação.

O foco da edição referida é acentuar o sentido do *impeachment* da então presidente Dilma, mostrando que há delações que a incriminam e ao PT, para assim repercutir na queda de sua popularidade, fazendo com que a sociedade seja passiva a qualquer manifestação de apoio à imagem política da presidente. Segundo Dijk (2015), algumas estratégias de manipulação presentes nos discursos promovem uma compreensão parcial ou incompleta dos fatos e, dessa forma, acabam por servir a interesses de um grupo poderoso ou instituição, sendo, portanto, contrárias aos interesses dos grupos que são dominados.

Na página 53, com a matéria intitulada “A DESTRUIÇÃO DE DILMA”, o semanário assume um tom acusativo quando se trata de Dilma e do PT, ao mesmo tempo em que atua como porta-voz da verdade da notícia que relata. Através de citações confessionais, tenta legitimar as delações feitas pelo marqueteiro de campanha de Dilma e do PT, João Santana, que finalmente “resolve” delatar Dilma e seu partido. Vemos isso nesta SD: “Eu, que ajudei a eleição dela, não seria a pessoa que iria destruir a presidente” (p. 53).

Veja prossegue, portanto, em seu discurso incriminatório contra Dilma com a seguinte SD: A principal revelação que Santana e sua mulher, Mônica Moura, se dispuseram a comprovar é que a presidente afastada autorizou ela mesma as operações de caixa dois de sua campanha (p.53). E, num tom explicativo e enfático, Veja acrescenta: Ou seja: não se trata de dizer que Dilma sabia do que acontecia nos bastidores clandestinos de suas finanças eleitorais, mas sim que ela própria comandava o jogo (p. 53). Para dar o tiro de misericórdia contra Dilma, a fim de convencer o leitor da revista da desonestidade da presidente, o semanário opina e faz julgamento: Faz sentido diante da personalidade meticulosa de Dilma, tão dada aos detalhes (p. 53).

Analisemos agora as sequências discursivas que seguem:

Os segredos do marqueteiro atingirão outras campanhas, Santana relatou aos procuradores que a reeleição de Lula, em 2006, também recebeu dinheiro sujo. (p. 54)

Santana contará ainda que o PT exportou o método para o exterior. (p. 54)

Sobre a campanha de Maduro, em 2013, João Santana admitirá que recebeu pagamentos clandestinos de empreiteiras envolvidas no petrolão, entre elas a Odebrecht e a Andrade Gutierrez. (p. 54)

Notemos, nas três últimas SDs, que o enunciador da Veja utiliza os verbos atingirão, conterá e admitirá no futuro do presente, respectivamente nos enunciados, e adianta, dessa forma, o conteúdo das delações a serem feitas por Santana, mostrando-se inteirado dos conteúdos bombásticos das delações, demonstrando saber muito, bem mais que a própria justiça, sobre os escândalos envolvendo a cúpula do PT e as empreiteiras.

Orlandi (2009), ao enfatizar a importância do sujeito em sua função-autor, baseada em Foucault (1971), considera que o discurso é controlado por processos internos, os quais levam em conta a classificação, a ordenação e a distribuição, objetivando domesticar a proporção do acontecimento e de acaso do discurso. Com base nisso, vemos que o modo como são feitas as referências, pela Veja, a Temer difere de como ela discursiviza a respeito de Dilma. Os mecanismos de controles semântico e discursivo têm, pois, finalidades específicas e atendem a interesses particulares, e “O autor é então considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência” (ORLANDI, 2009, p. 75).

Logo, com base nas SDs analisadas na edição 2490, a respeito de estratégias de controle discursivo na ação de narrar acontecimentos, concordamos com a ideia de Orlandi ao defender que “Tal controle pode ser observado em noções como as de comentário, de disciplina, e, justamente, na de autor. Essas noções têm um papel multiplicador mas têm também função restritiva e coercitiva” (2009, p. 74-75).

Para finalizar, trazemos que o eu enunciador da revista produz a SD O arsenal, como se vê, é gigantesco e, como previu o próprio João Santana, destruidor (p. 54). Assim, numa linguagem metafórica, a mídia da Veja dispara todo o arsenal de guerra contra Dilma, com a antecipação das declarações de denúncias de corrupção na mídia a serem feitas pelo marqueteiro João Santana na justiça. Notemos, pelo teor dos discursos, que a revista apresenta dois pesos e duas medidas nos julgamentos que faz a respeito de Dilma e de Michel Temer, haja vista que, com base apenas em delações, assim como nas edições anteriores, a revista se antecipa na condenação da então presidente afastada. Quando se refere ao vice-presidente, o semanário pondera as suas atitudes acusatórias, como mostrado nos discursos analisados anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises de como foram tecidos os sentidos dos discursos da Revista Veja sobre o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, podemos dizer que esta pesquisa encontrou respostas para os objetivos que de início nortearam este trabalho. Através do *corpus* em questão, foram mobilizados gestos de interpretação que nos permitiram constatar uma série de sentidos, os quais são elencados a seguir, sobre o protagonismo que o discurso midiático da Veja exerceu no que diz respeito à legitimação e naturalização do *impeachment* junto à população brasileira.

Ao analisarmos os recortes discursivos pelos quais o semanário transmitiu informações, o que podemos dizer é que o jornalismo da Veja, como já visto na teoria de Gregolin (2003), estabeleceu uma relação de interação com o público-leitor, relação essa em que se pode ver uma certa eficiência em relação à espetacularização dos acontecimentos que levaram ao *impeachment*.

Com frequência, em seus textos, que para o analista do discurso transformam-se em objeto simbólico, o semanário narrativizava seus discursos articulando imagens de manifestações de rua ao conteúdo verbal, intencionando, com isso, levar o leitor a pensar que as matérias refletiam o único retrato da realidade vivida por todo o Brasil durante o final do ano de 2015 e o primeiro semestre de 2016. A Veja objetivou estabelecer a função de “porta-voz” da opinião pública, porém o teor das informações veiculadas nesse dispositivo midiático girava em torno de discursos atravessados por formações discursivas que denunciavam apenas as possíveis atitudes errôneas em se tratando do fazer político de um único partido político, o PT.

As estratégias discursivas da referida revista para alcançar audiência demonstraram um caráter apelativo em tom de reprovação acerca da figura de Dilma Rousseff, e, a todo momento, foram feitas constantes críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT) nas materialidades discursivas analisadas, numa espécie de verdadeira espetacularização das notícias. Assim, o semanário atuou num cenário de oposição ao governo Dilma e tomou como estratégia de regularidade discursiva o argumento de que Dilma e o Partido dos Trabalhadores eram os causadores de todos

os escândalos de corrupção e de recessão econômica vividos no país. A Revista Veja persistia nessa mesma temática em todas as edições analisadas.

As formações discursivas das materialidades linguísticas em análise nos possibilitaram ver uma ideologia de ultra-direita, mostrada pelo enunciador por meio dos interdiscursos e de uma linguagem direcionada ao eleitorado brasileiro. Criou-se a imagem de que o Brasil na era Dilma atravessou momentos tão ruins que, numa espécie de “máquina do atraso”, expressão referida na edição 2456, fez com que o brasileiro revivesse dias difíceis, semelhantes, por exemplo, à época da ditadura militar ou ao tempo do governo de Fernando Collor de Mello, que foi acusado de envolvimento em grandes esquemas de corrupção política no Brasil.

Os discursos do semanário demonstraram também ser tendenciosos no que tange à abordagem da situação política do Brasil, pois se concentraram basicamente em atacar e incriminar apenas um determinado partido político, utilizando como alvo recorrente as figuras de Dilma e do ex-presidente Lula, a fim de dar impulso e legitimar o processo de *impeachment* da então presidente.

As análises feitas nesta pesquisa mostraram, portanto, uma mídia cada vez mais politizada, “pressupondo uma legitimidade já constituída, inscrevendo-se num lugar de enunciação próprio daquele que fala para e em nome dos outros (do povo) que, por seu turno, no campo político, não podem falar por si mesmos” (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 59).

Através da repetição de discursos ideologicamente marcados e de sentidos negativos para se referir ao governo Dilma, a Veja, na edição 2455, por exemplo, procurou ressuscitar na mente dos leitores e eleitores brasileiros, por meio da memória discursiva e de estratégias discursivas como a paráfrase e a comparação, uma demonstração da realidade política brasileira como a que existiu na época do acontecimento do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1992. Os fatos apresentados na ótica discursiva da Veja induziam o leitor a pensar que o processo de *impeachment* contra Dilma era legal e teria um desfecho final semelhante ao do ex-presidente Fernando Collor de Mello, com a perda de seu mandato.

Percebemos, também, que ao mesmo tempo em que o semanário, por intermédio do eu enunciador, alegava o crime das pedaladas fiscais como sendo o motivo principal que poderia fazer com que Dilma perdesse o mandato, a revista

espetacularizava o processo de *impeachment* imputando à então presidente vários outros crimes como, por exemplo, o de ser cúmplice de todo o esquema de lavagem de dinheiro e de corrupção dentro da Petrobrás, visto que, segundo a revista, Dilma e a turma do PT saquearam essa empresa. O semanário, baseado em convicções, e não em provas, mantém um discurso com tom acusativo, marcado por citações e pelo uso de discursos diretos e, em vários momentos, também tece comentários acerca dos fatos narrados, com o objetivo de acentuar e dar proeminência aos discursos que retratam o governo Dilma de forma negativa.

A Revista Veja apela discursivamente tentando influenciar e orientar o pensamento do sujeito leitor, e isso é feito quando tenta afetá-lo emocionalmente, ao construir, nas edições analisadas, a idéia de que o brasileiro está pagando a conta pela falta de competência de Dilma em governar o Brasil. O enunciador do jornal leva o sujeito leitor a pensar que escolhera mal votando em Dilma Rousseff pela segunda vez. Os discursos ideológicos contra a corrupção, a falta de emprego, a alta da inflação são alguns dos temas que são abordados constantemente nas edições analisadas, pois, segundo a Veja, o país padece de todos esses males por conta da herança negativa de governantes incompetentes como Dilma e Lula do PT.

Nas análises dos recortes discursivos, evidenciamos também um discurso de caráter pedagógico, no qual, edição após edição, objetivou-se formar uma opinião no leitor, que, por sua vez, por meio da interação com outros sujeitos, difundia a importância de haver o *impeachment* como uma saída para a resolução dos problemas do Brasil. Frases impactantes e de efeito, como algumas que aparecem na edição 2455, “O impeachment é previsto na Constituição brasileira [...]” (p. 14) e “Impeachment é remédio amargo [...], mas está devidamente regulamentado na legislação brasileira” (p.58), são colocadas como argumentos, que, para a Revista Veja, explicam a razão de o processo contra Dilma Rousseff existir.

Nesse sentido, a revista em questão se assemelhou a uma espécie de novela em que os protagonistas eram Dilma e PT, e, semana após semana, dava-se continuidade ao enredo dessa novela, tendo como expectativa um desfecho que supostamente agradaria ao telespectador – o *impeachment*.

O que percebemos, com base nos discursos analisados, é que a Veja deixou a desejar quando inscreveu seu discurso no campo midiático, pois demonstrou

parcialidade, embora em suas matérias sempre alegasse que tinha uma posição insenta de partidarismos que atendessem a fins eleitorais, dizendo-se, por isso, a serviço da disseminação da verdade, defendendo sempre o lado do Brasil, com base na justiça, como enfatizado na edição 2474.

No entanto, o semanário não tratou, nas edições analisadas, a respeito de questões consideradas relevantes num processo de *impeachment* como, por exemplo, opiniões de especialistas do meio jurídico com posições não só a favor do *impeachment*, como também as opiniões contra. Também não mostrou pontos de vista de sujeitos leitores que se diziam contra o *impeachment* à época do processo, dando espaço somente aos discursos dos sujeitos leitores que mantinham uma opinião pró-*impeachment*. Logo, a revista não deu voz à liberdade de expressão sobre pensamentos diversos sobre o *impeachment* dentro de uma sociedade democrática por direito. Percebemos isso na seção “Leitores”, uma vez que as opiniões eram todas a favor do *impeachment* e notamos que a atitude da Veja foi a de manipular opiniões a respeito do assunto, haja vista que, nas posições ideológicas evidenciadas pelas formações discursivas materializadas, o semanário faz questão de demonstrar sua aversão às políticas do PT.

No âmbito da comunicação, no espaço *mass media*, o semanário demonstrou um discurso político que interpela com o intuito de atender a certos interesses empresariais do setor de comunicação e da própria política. Assim, a Veja atuou como uma construtora de imagens políticas, e, em seu fazer discursivo, o sujeito enunciador vendeu uma ideia positiva do *impeachment* de Dilma, sendo que, em todas as edições focadas nesta pesquisa, a revista, através do sujeito enunciador, construiu a ideia de um país extremamente mudado para melhor se o *impeachment* acontecesse, sem mencionar nenhum aspecto negativo a respeito desse assunto.

Nos meandros das análises das sequências discursivas, constatamos que a revista não mostrou aspectos positivos dos momentos de atuação da presidente durante o seu primeiro mandato e início do segundo. O semanário se preocupa corriqueiramente em mostrar que Dilma, principalmente em seu segundo governo, só serviu de pretexto para que Lula exercesse o seu terceiro mandato. Na opinião da Veja, Dilma não governava o país, pois o Brasil estava nas mãos de Lula e de partidos como o PMDB.

Da forma como discursiviza, compreendemos que a revista se lançou na tarefa de naturalizar o *impeachment* por meio de estratégias discursivas que significam o sujeito jornalístico, revestindo-o de uma suposta autoridade jurídica em que julga o processo de *impeachment* usando como argumento as leis da Constituição, que a todo momento são usadas para apontar os erros de Dilma Rousseff como presidente, objetivando influenciar o leitor a apoiar as posições ideológicas contrárias a ela. Orientados por uma perspectiva da Análise do Discurso, constatamos que houve investidas constantes de interpelação/assujeitamento através de seus discursos persuasivos e manipuladores. O sujeito enunciador refletiu práticas ideológicas advindas dos interdiscursos que se filiavam a determinadas posições ideológicas, como atestado no dispositivo teórico da AD.

De acordo com a teoria da Análise de Discurso, para que haja o efeito de sentido é preciso atentar para a relação de forças dentro dos aparelhos ideológicos do Estado, e, nessa relação intrínseca entre sujeito e poder, vemos que se estabelecem os lugares e as posições de onde fala o sujeito. A posição de sujeito-leitor também foi peça-chave nesse contexto e, sendo assim, a Veja produziu os seus discursos para atingir um maior número do eleitorado brasileiro, pois a opinião pública foi e sempre será objeto de manobra para atender aos interesses nem sempre coletivos. No entanto, na condição de porta-voz do povo, o semanário alegava sempre que discursivizava em nome do povo e para ele. Como mostramos nas análises, porém, o campo midiático politizado atuou nos discursos analisados docilizando “os corpos”, por meio das suas investidas discursivas.

Por fim, a partir de formações discursivas contrárias ao PT, percebemos que a Veja, através do silenciamento de outros discursos, manteve uma postura de ultra-direita, atendendo a interesses de uma determinada classe, por mais que tentasse transmitir a ideia de uma posição de neutralidade ao abordar fatos da política brasileira. Chegamos a isso observando que a AD não se fecha a uma única possibilidade de análise do seu objeto, pois, segundo Orlandi (2001, p. 64), “Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição”. Portanto, partindo dessa ideia, tal foi a perspectiva em que foram abordados os discursos das edições da revista aqui analisados.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e Produção Discursiva do Sentido. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 11-18.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativas. In: **Cad. Est. Ling.** Campinas, (19), jul/dez, 1990. p. 25-42.

BAKHTIN, M. M. (Mikhail Mikhailovitch). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Prefácio de Ramon Jakobson; apresentação de Marina Yaguello; tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010. (Linguagem e Cultura, 3).

BARBOSA, Pedro Luis Navarro. O Papel da Imagem e da Memória na Escrita Jornalística da História do Tempo Presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 111-124.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Ilustração de Laerte Coutinho. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-29.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRAGA, M. S. S.; PASQUARELLI, B. Significados da chegada do PT à presidência da República: reflexões iniciais. In: **Ideias** – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. v. 2, n. 3. Campinas (SP), 2011. p. 27-41. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/612/486>. Acesso em: 23 mar. 2017.

COSTA, Amanda Caroline Rodrigues Brito da. Impeachment e jogo de poder: uma análise dos desdobramentos políticos no campo comunicacional. In: **II**

Interprogramas – XV se comunica. Universidade Católica de Brasília, DF – 19 a 23/09/2016. p. 111-123.

COUTINHO, Eduardo Granja. Gramsci: a comunicação como política. In: COUTINHO, Eduardo Granja; FILHO, João Freire; PAIVA, Raquel (Orgs.). **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 41-55.

DAVALLON, Jean. A Imagem, Uma Arte de Memória? In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 21-30.

DIJK, Teun A. Van; HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina (Orgs.). **Discurso e poder**. 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 14ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Do original em francês: Surveiller et punir).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. (Tradução de: L'Archéologie du Savoir).

GADET, Françoise; LEON, Jacqueline; MALDIDIER, Denise; PLON, Michel. II. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 39-58.

GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. 4ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 9-17.

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 95-110.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 11-38.

INDURSKY, F. As determinações da prática discursiva da escrita. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**. v. 12, n. 1, Jan./Jun. 2016. p. 30-47.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Ilustração de Laerte Coutinho. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 119-125.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Ilustração de Laerte Coutinho. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-67.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise de discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI FILHO, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2016. p. 39-62.

MELO, Sandra Helena Dias de. O Discurso de Neutralidade na Imprensa. In: **Linguagem em (Dis)curso** – LemD. v. 5, n.1. Tubarão, jul./dez. 2004. p. 29-40.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PACHECO, C. A. D. Veja FHC, Veja Lula: análise dos discursos de capas da revista Veja sobre os dois candidatos à presidência. In: **Revista Anagrama** – Revista Interdisciplinar da Graduação. Ano 1, edição 3. São Paulo, Março/Maio de 2008. p. 1-16.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 159-249.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 307-315.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio / Michel Pêcheux; tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. – 4ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Semiótica visual**: os percursos do olhar. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política Midiatizada e Mídia Politizada: Fronteiras Mitigadas na Pós-Modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 49-64.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Os meios de comunicação e as políticas de memória e esquecimento. In: COUTINHO, Eduardo Granja; FILHO, João Freire; PAIVA, Raquel (Orgs.). **Mídia e poder**: ideologia, discurso e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 187-204.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do Discurso**: perspectivas teóricas. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 209-233.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de discurso e psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

Veja. São Paulo: Abril, edição 2474, ano 49, abril 2016. 52 p.

Veja. São Paulo: Abril, edição 2455, ano 48, nº 49, 9 dezembro 2015. 152 p.

Veja. São Paulo: Abril, edição 2446, ano 48, nº 40, 7 outubro 2015. 108 p.

Veja. São Paulo: Abril, edição 2456, ano 48, nº 50, 16 dezembro 2015. 136 p.

Veja. São Paulo: Abril, edição 2490, ano 49, nº 32, 10 agosto 2016. 112 p.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grilo. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

Sites consultados:

Conheça a trajetória da presidenta Dilma Rousseff. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff> . p. 1-5. Acesso em: 14 nov. 2017.

Estado de exceção: O que é, e para que serve. Pedro Rocha de Oliveira; Clarice Chacon. Publicado em 20/12/2013. Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/estado-de-excecao-o-que-e-e-para-que-serve/>. p. 1-6. Acesso em: 14 nov. 2017.

Entenda a Operação Lava Jato. Publicado em 14/11/2014. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2017.

O impeachment e a onda de autoritarismo. Djamila Ribeiro. Publicado em 11/05/2016. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/impeachment-e-a-onda-de-autoritarismo>. p. 1-3. Acesso em: 14 nov. 2017.